

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUDMILLA SILVA CORCINO

**CONSTRUÇÃO DO ESTADO, CONFLITOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O KOSOVO E O SUDÃO DO SUL NO PÓS-
INDEPENDÊNCIA**

**GOIÂNIA
2020**

LUDMILLA SILVA CORCINO

**CONSTRUÇÃO DO ESTADO, CONFLITOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O KOSOVO E O SUDÃO DO SUL NO PÓS-
INDEPENDÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Corcino, Ludmilla Silva. 2020.

Construção do estado, conflitos armados e violência política: um estudo comparado entre o Kosovo e o Sudão do Sul no pós-independência / Ludmilla Silva Corcino – 2020.

93 p.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado – Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

1. Conflitos Armados. 2. Violência Política. 3. Construção do Estado. 4. Kosovo.
5. Sudão do Sul. I. Corcino, Ludmilla Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
III. Construção do estado, conflitos armados e violência política: um estudo comparado entre o Kosovo e o Sudão do sul no pós-independência.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUDMILLA SILVA CORCINO

CONSTRUÇÃO DO ESTADO, CONFLITOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE KOSOVO E SUDÃO DO SUL NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado – PUC Goiás (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Jose Ludwig – UFT

Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer – UFG

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer primeiramente a minha família, principalmente a meus pais, por desde o começo acreditarem em mim e investirem continuamente na minha educação. O apoio oferecido por eles, fosse emocional ou financeiro, foi essencial para que eu me dedicasse por completo, nestes últimos quatro anos, à universidade e a todas as atividades que ela me ofereceu. Com certeza foi um período bastante enriquecedor, repleto de muito aprendizado e crescimento pessoal. Aqui aprendi lições para a vida inteira, que me acompanharão em toda a minha trajetória pessoal e, claro, profissional. Tudo isso não teria se concretizado caso eu não tivesse o apoio constante da minha família ao meu lado, sendo assim sou eternamente grata a eles.

Gostaria de agradecer também, o meu professor orientador Giovanni Okado. Ao longo do curso Giovanni foi um mentor para mim e bastante essencial em minha carreira acadêmica. Se não fosse as atividades ministradas por ele, como a Geopolítica e a Iniciação Científica, eu nunca teria tido contato com a área da Segurança Internacional e dos conflitos armados, que é hoje uma área que eu adoro e me identifico bastante. Ao longo da minha trajetória acadêmica, Giovanni me ofereceu diversas oportunidades para participar de projetos e atividades que me enriqueceram tanto profissional quanto pessoalmente. Se não fosse pelo constante apoio dele, talvez eu nunca teria me encontrado dentro do curso de Relações Internacionais. Sem dúvidas, Giovanni é uma grande inspiração acadêmica para mim e fico feliz de ter tido o privilégio de ter sido orientada por ele ao longo destes últimos anos.

E, por fim, devo agradecer a Deus por ter iluminado minha trajetória acadêmica e por ter abençoado estes quatro últimos anos da graduação. Com certeza não foi fácil, muitos momentos foram difíceis, e em muitos momentos pensei em desistir, porém ao longo dos anos sempre tive fé e força que nunca me permitiram desistir de meus sonhos e de meus objetivos pessoais. Portanto, sou extremamente feliz e grata, pois se estou aqui hoje, tendo o privilégio de terminar um trabalho acadêmico e finalizar um curso superior, é por causa de todas essas pessoas e figuras que agradei aqui e que foram e ainda são essenciais para a minha vida.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a relação entre o processo de construção do estado e as dinâmicas de conflitos armados e de violência no período pós-independência. Para tanto, investigam-se os casos do Kosovo e do Sudão do Sul. Os dois países conquistaram a independência recentemente, de modo que seus respectivos governos assumiram as principais tarefas do processo de construção do estado. A relevância e a hipótese do trabalho se baseiam no fato de que a realização efetiva ou não da construção do estado pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente um país, pois o pressuposto é que o estágio em que se encontra o processo de construção do estado é responsável pela conflitividade e violência presente na região. A pesquisa é qualitativa e está baseada no método hipotético-dedutivo e no estudo comparado do tipo teórico. A conclusão principal que se alcança é que no cenário do Sudão do Sul foi possível comprovar a relação entre a conflitividade e o estágio inicial do processo de construção do estado enquanto no Kosovo não foi possível chegar a essa conclusão em função da intervenção estrangeira.

Palavras chaves: construção do estado; conflito armado; violência política; Kosovo; Sudão do Sul.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the relationship between the state-building process and the dynamics of armed conflicts and violence in the post-independence period. To this end, the cases of Kosovo and South Sudan are investigated. Both countries have recently gained independence, so their governments have taken the responsibility of doing the tasks of the state-building process. The relevance and the hypothesis of this paper are based on the fact that the effective, or not effective, realization of the state-building can influence a country positively or negatively, because the assumption is that the initial phases of the state building process is responsible for conflict and violence. This paper is of a qualitative type carried out through a comparative study, theoretical study and statistical datas. The main conclusion that is reached is that in the South Sudan's scenario it was possible to prove the relationship between the conflict and the initial stage of the state-building process, while in Kosovo it was not possible to reach this conclusion due to foreign intervention.

Keywords: state-building; armed conflict; political violence; independence; Kosovo; South Sudan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Modelo de análise: a construção do Estado, o conflito armado e a violência política.....	16
Figura 2. Processo de construção do Estado dos clássicos países europeus.....	21
Figura 3. Gastos militares do Kosovo em termos absolutos e em relação ao PIB e aos gastos do governo, 2008-2019.....	44
Figura 4. PIB absoluto do Kosovo, 2008- 2019.....	47
Figura 5. Índice de Percepção da Corrupção do Kosovo, 2012-2018.....	49
Figura 6. Número de ataques terroristas e mortes decorrentes do terrorismo no Kosovo, 2008 - 2017.....	56
Figura 7. Gastos militares em termos absolutos e em relação ao PIB e aos gastos do governo, 2010-2019.....	65
Figura 8. PIB absoluto do Sudão do Sul, 2010-2019.....	70
Figura 9. Índice de Percepção da Corrupção do Sudão do Sul, 2013- 2018.....	72
Figura 10. Número de ataques terroristas e mortes decorrentes do terrorismo e do conflito civil no Sudão do Sul, 2012-2017.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Definições e variáveis selecionadas do processo de construção do Estado.....	25
Tabela 2. Transferências de armas pequenas e armamentos leves ao Sudão do Sul, 2014-2016.....	66
Tabela 3. Transferências de armas convencionais ao Sudão do Sul, 2011-2019.....	67
Tabela 4. Indicadores do Conflito Armado no Sudão do Sul referente, 2011-2019.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACLED - Armed Conflict Location and Event Data Project
- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- CIJ - Corte Internacional de Justiça
- CNPC - China National Petroleum Corporation
- CPA - Comprehensive Peace Agreement
- ELK – Exército de Libertação do Kosovo
- EU – União Europeia
- EULEX - Missão da União Europeia para o Estado de direito
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- HIK - Heidelberg Institute for International Conflict Research
- IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
- KFOR - Kosovo Force ou Força do Kosovo
- NAS - The National Salvation Front
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa no Kosovo
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PIB – Produto Interno Bruto
- SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute
- SPLA - Exército de Libertação do Povo do Sudão ou Exército Nacional do Sudão do Sul
- SPLM-IO In opposition - Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição
- SSDM/A - Movimento Democrático do Sudão do Sul
- SSDM/A Cobra Faction - Movimento Democrático do Sudão do Sul – Facção da Cobra
- SSLM/A - Movimento de Libertação do Sudão do Sul
- SSLM - Movimento de Libertação do Sul do Sudão
- UCDP - Uppsala Conflict Data Program
- UNMIK - Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
- UNMISS - Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
- UNROCA - United Nations Register of Conventional Arms

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REFERENCIAL METODOLÓGICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
1.1 A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE.....	15
1.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, PROBLEMÁTICAS LIMITAÇÕES.....	18
1.3 CONFLITOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	27
1.3.1 Conflitos armados: entre a guerra civil e a independência política.....	28
1.3.2 Da violência organizada a violência política.....	30
2 REPÚBLICA DO KOSOVO.....	34
2.1 DA FRAGMENTAÇÃO DA IUGOSLÁVIA AO ACORDO DE BRUXELAS.....	34
2.2 A ESTABILIDADE KOSOVAR E A INFLUÊNCIA DA INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA.....	41
2.2.1 Os baixos gastos militares e transferências de armamentos do processo de construção do estado.....	43
2.2.2 A estável e favorável economia kosovar.....	45
2.2.3 A intervenção direta da interferência estrangeira no Kosovo.....	48
2.3 A NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS ARMADOS NO KOSOVO.....	51

2.3.1 O baixo nível de violência política Kosovar.....	52
3 REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL.....	56
3.1 DA GUERRA CIVIL SUDANESA À DECLARAÇÃO DE KARTHOUM.....	56
3.2 A INSTABILIDADE SUL-SUDANESA.....	61
3.2.1 Os excessivos gastos militares destinados ao processo de construção do estado.....	62
3.2.2 O declínio da economia em função do conflito armado e crise econômica.....	66
3.2.3 O bom relacionamento sul-sudanes com atores internacionais.....	70
3.3 O CONFLITO ARMADO E A VIOLÊNCIA COMO A REALIDADE DO SUDÃO DO SUL	72
3.3.1 A violência política como uma constante na conjuntura Sul-Sudanesa.....	74
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

Este trabalho é dedicado a estudar a construção do Estado e sua relação com conflitos armados e violência política. O Kosovo e o Sudão do Sul são países que tiveram processos iniciais bastante semelhantes entre si, ambos tiveram conflitos armados e episódios de violência política antes da independência, porém, enquanto o Kosovo se manteve estável após a independência, o Sudão do Sul continuou sendo palco de conflitos e violência, os quais levaram o país a uma das piores crises humanitárias da atualidade. Kosovo e Sudão do Sul são países recém-independentes, em que seus governos assumiram a tarefa principal de construir o Estado, mas desenvolveram uma trajetória muito diferente no pós-independência. Justifica-se, portanto, a importância de estudar o tema com a finalidade de compreender o porquê de os dois países terem seguido caminhos distintos no processo de construção do Estado.

A literatura científica normalmente sugere que países recém-independentes são propensos a atravessar um contexto volátil no processo de construção do Estado, o qual pode ser concluído de maneira exitosa ou não. Esse contexto tende a ser marcado por episódios violentos, como conflitos armados, e pela perspectiva de intervenção estrangeira, a qual pode tanto aumentar quanto diminuir a volatilidade doméstica. O Kosovo e o Sudão do Sul são países recém-criados e que ainda estão passando por esse processo de construção do Estado, porém, com trajetórias distintas. Enquanto o primeiro encontra-se em uma situação de estabilidade, o segundo vivencia uma situação de instabilidade. Dessa forma, é necessário investigar as razões do êxito kosovar e do fracasso (pelo menos inicial) sul sudanês durante os respectivos processos de construção do Estado.

Em vista disso, o objetivo geral do trabalho é identificar a correlação existente entre o processo de construção do Estado e a incidência ou não incidência do conflito armado e da violência política. Os objetivos específicos são: revisar a bibliografia, aprofundando o estudo dos conceitos de construção do Estado, conflito armado e violência política; realizar o estudo de caso do Kosovo e do Sudão do Sul utilizando-se de variáveis e indicadores selecionados; e, por fim, analisar as principais convergências e divergências entre os dois casos. A questão central deste trabalho é “os processos de construção do Estado após a independência são conflituosos e violentos?”

A hipótese investigada neste trabalho é: quanto mais inicial o processo de construção do Estado maior a incidência do conflito armado e da violência. Essa hipótese será investigada no cenário do Kosovo e do Sudão do Sul e para auxiliar na verificação (ou não) desta hipótese foi criado um modelo de análise. A variável dependente desse modelo são: conflitos armados e

violência política; a variável independente, o processo de construção do Estado; e a variável interveniente, a interferência estrangeira. As relações de causalidade entre essas variáveis podem gerar dois possíveis resultados: a consolidação do Estado e o fracasso do Estado, e estes ajudarão a pontuar as principais diferenças e similaridades existentes entre os dois países.

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa, com a utilização do método hipotético-dedutivo e da realização de um estudo de caso comparado do tipo teórico. A esse respeito, utiliza-se as principais teorias e ideias propostas por Mohammed Ayoob (2007) para elaborar o referencial teórico-metodológico e, posteriormente, analisar os dois casos. Segundo Ayoob (2007) há três elementos essenciais ao processo de construção do Estado: a guerra, o policiamento e a taxaço. Estas tarefas são primordiais para compreender se o país já deu início ao seu processo de construção do Estado e para auxiliar na análise das variáveis. Analisa-se, assim, as variáveis tendo como base alguns dados estatísticos retirados de bancos de dados específicos.

Os principais bancos de dados utilizados incluem: o *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP), o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o *Our World in Data*, Banco Mundial, o *Armed Conflict Location and Event Data Project* (ACLED) e o *Polity IV*. O UCDP disponibiliza dados relativos a conflitos armados. O SIPRI realiza pesquisas na área de conflitos e paz e é utilizado para a coleta de gastos militares e transferências de armamentos. O *Our World in Data* agrega dados sobre diversos problemas mundiais e é utilizado para complementar algumas bases de dados ou para apresentar informações a respeito da corrupção e do terrorismo. O Banco Mundial é uma instituição financeira, responsável por fornecer os dados econômicos. E, por fim, o ACLED e o *Polity* são bases de dados responsáveis por mapear crises e apresentar as principais informações a respeito da violência política. De modo geral, as bases são bastante completas e essenciais para a análise das variáveis.

Este trabalho está dividido em três capítulos. A finalidade do capítulo um é definir o referencial-metodológico, assim como realizar a revisão bibliográfica das principais variáveis da pesquisa: o processo de construção do Estado, os conflitos armados e a violência política. O capítulo dois contém o estudo de caso do Kosovo, e o capítulo três, o estudo de caso do Sudão do Sul. Ambos os capítulos apresentam uma contextualização histórica de cada país, desde a formação até a independência nacional. Por meio dos indicadores estatísticos são analisadas as três variáveis estabelecidas. Para o processo de construção do Estado utilizam-se os indicadores militares e econômicos; para o conflito armado e violência, abordam-se a existência de conflitos, protestos, golpes de estado e terrorismo; e por fim, para a interferência estrangeira,

analisa-se a interferência direta de atores internacionais ou o relacionamento dos dois casos com diversos países. Por fim, sintetiza-se os principais resultados encontrados nos capítulos por meio da avaliação segundo o modelo de análise estabelecido.

É importante salientar que o foco do trabalho é estudar apenas o processo de construção do Estado no âmbito do pós-independência e não do pré-independência. A proposta principal deste trabalho é investigar a conflitividade e a sua relação com a construção do Estado após a independência. Como é um trabalho que adota como parte de sua metodologia uma revisão teórica e bibliográfica fez-se necessário contextualizar os países tendo em vista seus principais acontecimentos no período pré-independência, porém, este recorte temporal auxilia a entender melhor a trajetória de cada país envolvido no estudo de caso. Sendo assim a hipótese, a questão central e os principais objetivos do trabalho se estendem apenas ao recorte temporal do pós-independência, no caso do Kosovo de 2008 a 2019, e do Sudão do Sul de 2011 a 2019.

1 REFERENCIAL METODOLÓGICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O objetivo principal deste capítulo é a definição do referencial-metodológico. As revisões bibliográficas auxiliam na construção deste referencial e são essenciais para definir os principais termos utilizados no trabalho: o processo de construção do Estado, os conflitos armados e a violência política. O capítulo é dividido em três seções. A primeira seção apresenta a metodologia do estudo de caso e sua justificativa, assim como a construção do modelo de análise que será utilizado. A segunda seção realiza um estudo aprofundado sobre o conceito de construção de Estado e suas implicações e apresenta também a perspectiva do Estado falido. Nesta, são utilizados quatro autores principais para as várias abordagens do processo de construção do estado: Charles Tilly (1975; 1985), Keith Jagers (1992), Francis Fukuyama (2004) e Mohammed Ayoob (2007).

E, por fim, a terceira seção apresenta a revisão dos conceitos de conflitos armados e de violência política. Nesta parte o conceito de guerra civil e conflitos secessionistas ganham bastante espaço, tendo como autores base Bethany Lacina (2006), Alessandro Visacro (2009) e Kristine Eck (2009). Na ótica de violência, a violência política recebe grande importância por meio da apresentação de autores como: Sinisa Malesevic (2017) e Therése Pettersson e Peter Wallensteen (2019) e de banco de dados como *Armed Conflict Location and Event Data Project* – (ACLED) e *Polity IV (Systemic Peace)*.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

A metodologia desta pesquisa é qualitativa com a realização de um estudo de caso comparado. Andrew Bennett (2002) explica o que é um estudo de caso e quais são os principais passos que o pesquisador deve seguir para o elaborar com exatidão. Segundo ele, um estudo de caso é um aspecto bem definido de um acontecimento histórico que o pesquisador seleciona para a análise. E o seu método pode referir-se tanto à pesquisa de casos únicos quanto a comparações de casos diversos. O autor cita cinco etapas essenciais para uma boa elaboração deste estudo:

Primeiro, o pesquisador deve definir o objetivo da pesquisa, incluindo a categoria de eventos a ser explicados, as hipóteses sob consideração, e o tipo de teoria a ser utilizada. Segundo o pesquisador deve especificar as variáveis independentes, dependentes e intervenientes, e decidir quais delas devem ser controladas e quais destas irão variar ao longo dos casos. Terceiro, o pesquisador seleciona os casos a serem estudados. Quarto, o pesquisador deve considerar como descrever a variação nas variáveis dependentes e independentes, considerando não apenas as variáveis individuais como também os tipos de caso. Finalmente, o pesquisador especifica as

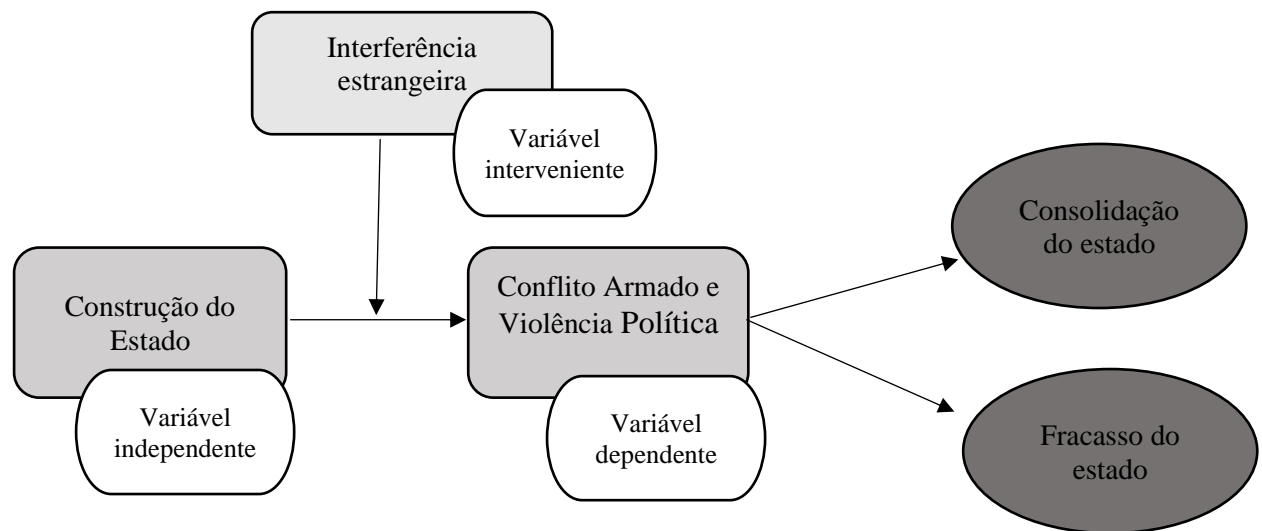
questões estruturais que devem ser feitas em cada caso” (BENNETT, 2002, p. 34, tradução nossa)¹

É fundamental entender as principais vantagens que o estudo de caso oferece, que incluem, em conformidade com Arie M. Kacowicz (2002): a operacionalização das variáveis quantitativas; a identificação de novas variáveis e hipóteses; o exame de mecanismos causais dentro de casos individuais; e a construção histórica e detalhada de explicações sobre casos particulares. Sendo assim, compreende-se que o método de estudo de caso é um dos melhores mecanismos para atingir o resultado almejado na investigação da construção do estado do Kosovo e do Sudão do Sul.

A metodologia de estudo de caso foi motivada em função do tema de pesquisa se encontrar no âmbito da segurança internacional. Conforme Kacowicz (2002), os métodos de estudo de caso têm um papel de grande importância na iluminação dos debates ontológicos, epistemológicos e metodológicos no campo das relações internacionais em geral e, mais especificamente, no estudo da segurança internacional. Segundo o autor, nem todos os métodos de estudo de caso em segurança internacional são ideais, entretanto, ao mesmo tempo, estes oferecem uma rica variedade de ferramentas para uma melhor compreensão da realidade. Ele salienta que a análise das relações internacionais deve centrar-se, em primeiro lugar, em questões substanciais ou problemáticas mais importantes, como a guerra e a paz, às quais as metodologias alternativas atuam subservientes e auxiliares. Nesse sentido, os métodos de estudo de caso revisados possuem vantagem adicional de ter uma proximidade com a realidade histórica e empírica que se procura compreender e explicar.

¹ No original: “*First, the researcher must define the research objective, including the class of events to be explained, the alternative hypotheses under consideration, and the kind of theory building to be undertaken. Second, the researcher must specify the independent, dependent, and intervening variables, and decide which of these are to be controlled for and which are to vary across cases or types of cases. Third, the researcher selects the cases to be studied. Fourth, the researcher should consider how best to describe variance in the independent and dependent variables, considering not only individual variables but also types of cases. Finally, the researcher specifies the structured questions to be asked of each case*” (BENNETT, 2002, p. 34)

Figura 1. Modelo de análise: a construção do Estado, o conflito armado e a violência política



Fonte: figura elaborada pela autora

A figura acima faz referência ao modelo de análise proposto neste trabalho para investigar a seguinte hipótese: quanto mais inicial o processo de construção do Estado, maior a incidência do conflito armado e da violência. Emprega-se esse modelo para descobrir os principais resultados da relação entre a variável dependente e a independente, isto é: se houve a consolidação bem sucedida do Estado, ou se não houve, e este caminha em direção ao fracasso do Estado. A variável dependente representa aquilo que se pretende explicar, aqui objetiva-se explicar se o conflito armado e a violência estão diretamente relacionados com o processo de construção do Estado. Este constitui a variável independente, ou seja, é o que explica a variável dependente. E, por fim, há a variável interveniente, que pode ou não interferir em uma relação entre as demais variáveis. Aqui procura-se entender se a interferência estrangeira, tanto no Kosovo quanto no Sudão do Sul, tem relação com a presença ou ausência do conflito armado e violência nesses países (BENNETT, 2002).

Para um alcance efetivo de resultados serão utilizados alguns indicadores bases para analisar as variáveis acima. Os indicadores empregados para a análise da variável dependente serão: conflitos armados, mensurados pelas partes envolvidas, tipo de conflito e número de mortes, e violência política, mensurada por golpes de estado, terrorismo e protestos. Para a variável independente, serão considerados os indicadores referentes à área militar e econômica, como por exemplo: gastos militares absolutos, gastos militares em relação ao PIB, gastos militares em relação aos gastos totais do governo e transferência de armamentos, assim como PIB absoluto e índice de percepção de corrupção. E para a variável interveniente, o indicador

utilizado será: interferência estrangeira, isto é, interferência direta e o relacionamento do Kosovo e do Sudão do Sul com atores externos.

Como enfatizado anteriormente a principal metodologia utilizada é o estudo de caso, este sendo comparado, pois será realizada a análise entre Kosovo e Sudão do Sul. O modelo de análise é baseado na variável dependente, independente e interveniente e nos seus dois possíveis resultados, estas variáveis serão investigadas com base em indicadores específicos analisados à luz de cada país. E este modelo foi construído objetivando investigar a hipótese inicial proposta.

1.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, PROBLEMÁTICAS E LIMITAÇÕES

O processo de construção do Estado é definido por Mohammed Ayoob (2007) como a acumulação primitiva de poder pelo Estado. Este processo deve incluir três elementos centrais: guerra, policiamento e taxaço. O primeiro, segundo o autor, se refere à expansão e consolidação do domínio territorial e demográfico sob uma autoridade política, incluindo a imposição da ordem dentro deste espaço territorial e demográfico. O policiamento diz respeito à manutenção da ordem no território onde a população vive, e por fim a taxaço faz alusão à extração de recursos do território e da população que está sob o controle do Estado, recursos essenciais para apoiar as atividades de guerra e policiamento, mas também necessários para manter os aparatos do Estado. Estas três grandes categorias dependem do sucesso do Estado em monopolizar e concentrar os meios de coerção em suas mãos. É por isso que a acumulação de poder se torna tão crucial: quanto mais primitivo o estágio de construção do Estado, mais coercitivas são as estratégias empregadas para acumular e concentrar o poder nas mãos dos agentes do Estado (AYOOB, 2007).

Tendo como base estes três elementos principais do processo de construção do Estado se torna indispensável ressaltar a importância que eles assumem segundo Oliver Richmond (2014). Conforme o autor, a guerra é a base da formação do Estado, pois leva à centralização do poder político sobre um território específico, e a taxaço é a base para uma expansão interna de uma autoridade política, se bem sucedida leva também à expansão da segurança, administração, capacidade política e um forte Estado. E o policiamento, como já enfatizado por Ayoob (2007), leva à manutenção da ordem no território.

O conceito de construção do Estado é definido por Keith Jagers (1992) como a habilidade do estado em acumular poder, é o processo pelo qual o Estado cresce não só em produtividade econômica como também em coerção governamental e poder institucional e

político. Este poder do Estado possui três faces distintas segundo o autor: o poder visto como capacidade nacional; capacidade política e coerência institucional. Um dos elementos mais importantes para a construção do Estado conforme Jagers (1992), é o alto nível de capacidade política, mas também a capacidade institucional do Estado de usar as capacidades nacionais e os recursos de forma eficiente, na busca de seus objetivos nacionais.

Mohammed Ayoob (2007) dialoga com a obra de Charles Tilly (1975) para aprofundar e estruturar o conceito de construção do Estado nos países do Terceiro Mundo. Defende-se que a construção de Estado na Europa Ocidental foi um processo que demorou centenas de anos e que custou mortes, sofrimentos e perdas de direitos. Para os países do Terceiro Mundo replicarem o processo pelo qual os Estados modernos foram criados é necessário ter dois elementos: muito tempo e capacidade de persuadir e coagir a população a aceitar a legitimidade do Estado e de suas instituições. Além disso, um elemento bastante necessário ao processo de construção do Estado é a democracia, que é vista como um estágio deste processo e não como algo que vem à custa dele (AYOOB, 2007).

Havia algumas condições comuns, segundo Charles Tilly (1975), que davam certa uniformidade ao processo de construção do Estado dos países europeus no século 16. A primeira condição era a homogeneidade, o que significa que muitos países europeus compartilhavam a mesma língua, lei, religião, prática administrativa, agricultura e parentesco, tal homogeneidade cultural era importante, pois representava a difusão de novos modelos de organização e administração. A segunda condição era a prevalência do campesinato, este representava a grande massa da população e grande massa dos recursos que mais tarde seriam utilizados por aqueles responsáveis pelo processo de construção do Estado. E a terceira e última condição era a emergência dos Estados de uma estrutura política extensiva, descentralizada, mas relativamente uniforme. Uma dúvida pertinente a estes três arranjos sociais seria: por que estes afetam necessariamente a emergência de estados? E tal indagação é respondida por Tilly da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, significava que a Europa como um todo já tinha uma grande riqueza e capacidade produtiva, mas uma riqueza e uma capacidade produtiva não apenas fortemente ligada à terra, mas também fortemente comprometida com um grande número de indivíduos e grupos locais. E em segundo lugar, estes moldaram os caminhos pelos quais os governantes poderiam obter acesso aos recursos.² (TILLY, 1975, p.20, tradução nossa)

² No original: “*First, it meant that Europe as a whole already had a great deal of wealth and productive capacity, but a wealth and a productive capacity not only heavily tied to the land but strongly committed to a large number of individuals and local groups. Second, it shaped the paths by which the state-makers could gain access to those resources*” (TILLY, 1975, p.20)

Tilly (1975) explica que o processo de construção do Estado nos países europeus ocidentais foi marcado por morte, sofrimento, perda de direitos, e relutância em entregar terras, bens e trabalho. Entretanto, este processo não poderia ter ocorrido sem grandes perdas. A principal razão para o alto custo do processo de construção de Estado na Europa foi seu início no meio de estrutura social predominantemente camponesa. A construção de organizações diferenciadas, autônomas, centralizadas e com controle efetivo do território implicava na eliminação ou na subordinação de dezenas de autoridades autônomas – deste modo muitos dos custos de atividade militar surgiram do esforço de eliminar rivais dentro e fora do território. O processo de construção de Estado também exigiu a extração de recursos de milhares de comunidades rurais, e os Estados europeus não conseguiriam adquirir muito poder sem serem responsáveis pela destruição de terras do campesinato.

É importante destacar que, segundo Tilly (1975), grande parte da população europeia resistiu ao processo de construção do Estado. A resistência era frequentemente combinada, determinada, violenta e ameaçadora para aqueles que detinham o poder (governo e elite). A prevalência de rebeliões sob a taxação, motins quanto à alimentação, movimentos contra o recrutamento e outras formas de protesto ajudaram a determinar a quantidade de coerção necessária para trazer as pessoas sob o controle efetivo do Estado. E assim, após certo nível de construção de Estado, os detentores do poder perceberam que eles precisavam aumentar a lealdade, comprometimento e consentimento da população a fim de expandir o poder do Estado, e perceberam que a única forma de alcançar este objetivo seria por meio da participação popular. Deste modo, estes detentores, sendo parte do governo ou da elite, ficaram dispostos a conceder à população em geral um envolvimento muito mais amplo no que tangia os assuntos governamentais.

Tilly (1975) não deixa de pontuar que as experiências de construção do Estado dos países europeus não irão se repetir nos novos estados, pois a conexão dos novos Estados com o mundo se alterou significativamente. Os estadistas do mundo contemporâneo possuem vários modelos alternativos no que se refere à construção do Estado. Na Europa do século 15 e 16 a disponibilidade era pouca, diferente, menos definida e menos apropriada para os objetivos daqueles que detinham o poder. Os recursos dos quais os governantes de hoje se utilizam, e as forças que lutam contra também são extremamente diferentes daquela experiência dos primeiros países europeus. E por fim, os governantes do mundo contemporâneo ocuparam-se de tarefas extremamente distintas de seus antecessores, como por exemplo: construção de um sistema econômico, institutos de pesquisas, bem-estar público, certo nível de patriotismo e

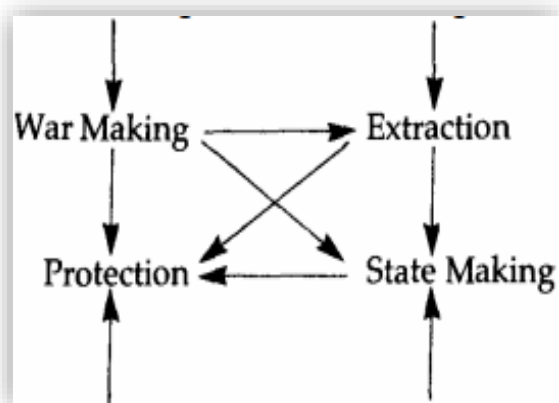
outras. E estas novas tarefas fluem de acordo com os novos modelos disponíveis de construção do Estado, em parte por causa das pressões do sistema internacional e em outras por causa das necessidades de cada país. Assim sendo, torna-se quase impossível deduzir sobre eventos do mundo contemporâneo com base apenas na história europeia.

É possível inferir que Ayoob (2007) criou os seus três elementos centrais do processo de construção do Estado tendo como base uma das obras centrais de Tilly (1985) - *War Making and State Making as Organized Crime*. E estes elementos, dos dois autores, se analisados de forma conjunta se tornam a base para o processo de construção do Estado. Tilly (1985) afirma que, sob a premissa de violência organizada, os agentes do Estado geralmente são responsáveis por quatro principais atividades: processo de construção da guerra, processo de construção do Estado, proteção e extração.³ O processo de construção da guerra é visto como a eliminação ou neutralização daqueles rivais que se encontram fora do território do Estado, rivais estes que são detentores da força e possuem claras prioridades; o processo de construção do Estado sugere a eliminação ou neutralização dos rivais que se encontram dentro do território; a proteção faz menção à eliminação ou neutralização dos inimigos de seus clientes; e por fim, a extração se refere aos meios utilizados para realizar as três atividades anteriores. Ayoob (2007) utiliza-se praticamente dos mesmos conceitos de Tilly (1985), a diferença é que o primeiro unificou o conceito de “processo de construção de Estado” e “proteção” em um só: “policiamento”, que ainda se assemelha com a ideia central de ambos os elementos.

As quatro principais atividades apresentadas por Tilly (1985) podem assumir uma série de formas, entretanto, todas elas dependem da tendência do Estado em monopolizar os meios de coerção. E se realizadas de maneira eficaz geralmente uma atividade reforça a outra. Todas essas formas de violência organizada, em concordância com Tilly (1985), produzem formas específicas de organização. O processo de construção da guerra fornece exército, navios, e serviços complementares. O processo de construção do Estado produz instrumentos de vigilância e controle dentro do território. A proteção depende substancialmente das duas atividades anteriores, e estas se realizadas efetivamente influenciam no aparato de tribunais e assembleias representativas. E a extração cria as principais estruturas fiscais e contábeis do Estado. Sendo assim, o autor ressalta que esta organização e desenvolvimento da violência são responsáveis por grande parte das principais características dos Estados europeus. Estas quatro principais atividades são claramente interdependentes, segundo o autor, e de forma geral o processo de construção do Estado dos países europeus seguiu o seguinte padrão:

³ No original: *war-making; state-making, protection and extraction*.

Figura 2. Processo de construção do Estado dos clássicos países europeus



Fonte: Tilly (1985, p.183)

A interdependência, produzida por estas quatro atividades, é explicada pelo autor da seguinte maneira.

O processo de construção da guerra levou ao processo de construção do Estado por meio da expansão da organização militar, como um exército permanente, indústrias de guerra, burocracias de apoio e (mais tarde) escolas que cresceram dentro do aparato do estado. Todas estas estruturas verificaram os potenciais rivais e oponentes. No processo de construir a guerra, extraíndo recursos e construindo o aparato estatal, os agentes dos estados formaram alianças com classes sociais específicas. Os membros dessas classes emprestavam recursos, forneciam serviços técnicos ou ajudavam a garantir a conformidade para qual o restante da população, tudo isto em troca de uma medida de proteção contra seus próprios rivais e inimigos. Como resultado dessas múltiplas estratégias, um aparato estatal distinto cresceu dentro de cada parte importante da Europa ⁴ (TILLY, 1985, p.183, tradução nossa).

Tilly (1985) ressalta que no processo de construção do Estado e no processo de construção da guerra a resistência popular possui grande importância, pois quando cidadãos comuns resistem vigorosamente, as autoridades fazem concessões, como por exemplo: garantia de direitos, instituições representativas e tribunais de apelação. O autor ainda salienta três características que conectam qualquer estado nacional com a rede europeia de estados: os fluxos de recursos na forma de empréstimos e suprimentos, especialmente destinados à guerra; a competição entre estados pela hegemonia em territórios disputados, o que estimulava a guerra;

⁴ No original: “War making likewise led to state making through the expansion of military organization itself, as a standing army, war industries, supporting bureaucracies, and (rather later) schools grew up within the state apparatus. All of these structures checked potential rivals and opponents. In the course of making war, extracting resources, and building up the state apparatus, the managers of states formed alliances with specific social classes. The members of those classes loaned resources, provided technical services, or helped ensure the compliance of the rest of the population, all in return for a measure of protection against their own rivals and enemies. As a result of these multiple strategic choices, a distinctive state apparatus grew up within each major section of Europe” (TILLY, 1985, p.183)

e a criação de coalizões de Estados que combinam seus esforços para forçar determinado estado a assumir certa forma e posição dentro da rede internacional.

A construção do Estado recebe uma classificação um pouco distinta por Francis Fukuyama (2004), para quem o conceito faz referência à criação de novas instituições governamentais e ao fortalecimento daquelas instituições já existentes. Ele argumenta que a construção do Estado é uma das questões mais importantes da comunidade internacional, pois os estados fracos são a fonte de muitos dos problemas mais sérios do mundo, como a pobreza, a AIDS e o terrorismo. Fukuyama (2004) ressalta que, mesmo com muitos estudos sobre o tema da construção do estado, ainda há muitos aspectos que não foram identificados com sucesso, como por exemplo a transferência de fortes instituições (instituições públicas, como hospitais e áreas de atendimento médico, e escolas e instituições de ensino) para países em desenvolvimento. Existe o conhecimento sobre a transferência de recursos por meio de fronteiras internacionais, no entanto, instituições públicas exigem certos hábitos e operam de maneiras bastante complexas para serem movidas.

Os Estados têm uma ampla variedade de funções, tanto para o bem quanto para o mal, salienta Fukuyama (2004), o mesmo poder coercitivo que os permite proteger os direitos de propriedade e fornecer segurança pública também os permite confiscar propriedade privada e abusar dos direitos de seus cidadãos. O monopólio deste poder legítimo exercido pelos Estados permite, segundo o autor, que os indivíduos escapem do que Hobbes rotulou de “guerra de todos os homens contra todos os homens”, porém, também pode ser utilizado como base para o conflito e guerra em nível internacional. Deste modo, a tarefa da política é dominar este Estado:

[A] tarefa da política moderna tem sido domesticar o poder do Estado, e direcionar suas atividades para fins considerados legítimos pelas pessoas, aqueles que servem para regularizar o exercício do poder sob um estado de direito. Os estados modernos, neste sentido, são tudo menos universais. ⁵(FUKUYAMA, 2004, p. 01, tradução nossa).

A maioria dos casos bem sucedidos de construção do Estado ocorreram, segundo Fukuyama (2004), quando uma sociedade gerou uma forte demanda interna por instituições e, em seguida, as criaram do nada, as importando de fora ou as adaptando as suas condições locais. O autor reconhece que muitos destes governos em desenvolvimento ainda têm dificuldade no que tange ao escopo das funções que procuram desempenhar. Entretanto, esta demanda por instituições deve ser prioridade para estes governos, o mais urgente para a maioria dos países

⁵ No original: “*The task of modern politics has been to tame the power of the state, to direct its activities toward ends regarded as legitimate by the people it serves, and to regularize the exercise of power under a rule of law. Modern states in this sense are anything but universal*” (FUKUYAMA, 2004, p. 01)

em desenvolvimento é reforçar as suas instituições existentes para que elas forneçam funções básicas a sociedade.

Em contraste com o processo de construção do Estado, é importante enfatizar a literatura do Estado falido:

Quando nós falamos de Estados falidos, nós estamos nos referindo a estados no qual o poder reside primeiramente fora das instituições formais do Estado. Em outras palavras, em 'Estados falidos' decisões sobre distribuição e redistribuição estão acontecendo fora e no meio de estruturas oficiais do Estado. Para aqueles no poder, isto não é necessariamente uma falha; de fato, talvez seja o objetivo, para melhorar a segurança do regime e consolidar redes de poder e enriquecimento para as elites.⁶(BØAS; JENNINGS, 2005, p. 386, tradução nossa)

O relacionamento entre o Estado falido e conflito interno é circular, pois um depende do outro. A fraqueza do estado fornece espaço político para a intensificação de conflitos entre facções políticas e grupos étnicos. Sendo assim, o principal método para prevenir que o processo de construção de estado resulte em estado falido é garantir a participação política para aqueles setores da sociedade que são excluídos do exercício do poder político (AYOOB, 2007).

Quando se aborda o conceito de construção do Estado, é necessário enfatizar as consequências negativas que este processo pode ter como o Estado falido. No entanto, é preciso ter cautela, já que a análise de países recém-independentes por essa ótica pode ser considerada um pouco prematura, e talvez até enviesada, pois países que conquistaram sua independência recentemente ainda estão no processo de construção do Estado. Inferir que os mesmos são estados falidos, tendo um processo de construção do Estado extremamente recente (se comparado com o processo de construção do Estado de centenas de anos dos estados europeus) pode levar a considerações errôneas e insuficientes.

Torna-se importante, assim, diferenciar os Estados frágeis (*fragile states*) dos Estados falidos (*failed states*). O termo Estados "frágeis", conforme Bøas e Jennings (2005), implica que as fraquezas dos Estados estão ligadas à possibilidade de ruptura ou secessão; já o termo "Estado falido" presume que todos os Estados são essencialmente semelhantes e devem funcionar da mesma maneira. A primeira suposição pode não ser aplicável na maioria dos casos; o segundo não é aplicável em nenhum. Deste modo, os problemas surgem quando há a utilização do termo Estado falido para focar na análise do Estado e de suas instituições, tanto em suas regras quanto organizações.

⁶ No original: "When we speak of failed states, we are in actual fact usually referring to states in which power primarily resides outside the state's formal institutions. In other words, in 'failed states' decisions about distribution and redistribution are taking place outside and in-between official state structures. For those in power, this is not necessarily a failure; in fact, it may be their objective, by improving the security of the regime and consolidating networks of power and enrichment for elites" (BØAS, JENNINGS, 2005, p. 386)

A indagação principal no âmbito desta abordagem não é quais Estados são Estados falidos, e sim para quem o Estado está falhando, e como? Ao fazer perguntas sobre as pessoas e comunidades para quem o Estado está falhando é possível ter uma perspectiva analítica sobre os fatores que prejudicam o desenvolvimento social e econômico, assim como a segurança estatal e humana. Uma suposição errônea é que estes Estados “falidos” podem ser avaliados com base em um modelo de estado avançado. Subentende-se por estado avançado como aquele que está presente no mundo ocidental. A noção de “Estados falidos” é uma abreviatura para aqueles Estados que estão passando por graves crises políticas, econômicas e humanitárias. E estes países são diagnosticados como tais porque as instituições do Estado são consideradas tão fracas que não conseguem manter a ordem e a autoridade além da capital (BØAS; JENNINGS, 2005)

[O] conceito de "Estado falido" se baseia na existência de Estado prototípico, é construído sobre uma falha suposição de uniformidade na organização, estrutura e comportamento de um Estado. Dizer que algo "falha" ou "está falhando" é um julgamento normativo que só é significativo em comparação com outra coisa; neste caso, essa outra coisa é a existência de um Estado "saudável" ocidentalizado que, infelizmente, tem pouca relevância para a maioria dos Estados em questão porque simplesmente nunca existiu ⁷(BØAS; JENNINGS, 2005, p.388, tradução nossa)

A importância que o processo de construção do Estado exerce para o Kosovo e para o Sudão do Sul se pauta no fato de ambos os países terem conquistado a sua independência recentemente, deste modo, os governos de ambos assumiram a tarefa principal de construção do Estado. Não é possível afirmar, por exemplo, que o conflito armado e a violência acontecem devido ao Estado falido, pois pode ser equivocado os classificar como estados falidos considerando seus processos recentes de construção do Estado. Torna-se mais importante investigar se a violência não está ligada com o estágio do processo de construção de Estado: quanto mais inicial ele for, maior a propensão à violência. Do mesmo modo é essencial entender o Estado falido como um processo conjunto ao processo de construção do Estado, que indica os principais problemas pelos quais os países estão passando, porém, não os classifica como Estados falidos apenas por não se encaixarem dentro dos padrões de estados ocidentais.

⁷ No original: “[...] *the concept of ‘state failure’, predicated as it is on the existence of the prototypical state, is built on a faulty assumption of uniformity in state organisation, structure and behaviour. To say that something ‘fails’ or ‘is failing’ is a normative judgement that is only meaningful in comparison to something else; in this case, that something else is the existence of a Westernised, ‘healthy’ state that, unfortunately, has little relevance to most of the states in question because it has simply never existed there*” (BØAS, JENNINGS, 2005, p.388)

Tabela 1. Definições e variáveis selecionadas do processo de construção do Estado.

Autor	Definição do processo de construção do Estado	Variáveis do processo de construção do Estado
Charles Tilly (1975, 1985)	Processo realizado por meio de quatro principais atividades. Todas as atividades dependem da tendência do Estado em monopolizar os meios de coerção.	Processo de construção da guerra; processo de construção do Estado; proteção e extração.
Keith Jagers (1992)	Habilidade do estado em acumular poder, é o processo pelo qual o Estado cresce não só em produtividade econômica como também em coerção governamental e poder institucional e político.	Acumulação de poder.
Francis Fukuyama (2004)	É criação de novas instituições governamentais e o fortalecimento daquelas instituições já existentes. Os Estados têm uma ampla variedade de funções, tanto para o bem quanto para o mal.	Instituições.
Mohammed Ayoub (2007)	É a acumulação primitiva de poder pelo Estado que deve incluir três elementos centrais. Dependem do sucesso do Estado em monopolizar e concentrar os meios de coerção em suas próprias mãos.	Guerra, policiamento e taxaço.

Fonte: elaborado pela autora com base nas bibliografias dos autores utilizados

Nesta primeira seção foram utilizadas diversas definições de “processo de construção do Estado”, a fim de uma maior contextualização e entendimento do tema. Como pode ser percebido pela tabela os principais autores utilizados para este fim foram: Tilly (1975, 1985), Jagers (1992), Fukuyama (2004) e Ayoub (2007). Na tabela, foi indicado de forma sintetizada, as principais definições e variáveis do processo de construção do Estado trabalhado pelos autores. É importante ressaltar que há muitas variáveis distintas entre si, como por exemplo, Jagers (1992) salienta que este é um processo baseado na acumulação de poder, enquanto Fukuyama (2004) enfatiza que é baseado nas instituições e no seu fortalecimento. Estes dois autores se distinguem de Tilly (1975, 1985) e de Ayoub (2007), pois enquanto os primeiros analisam apenas uma variável, estes dois últimos analisam de três a quatro, sendo estas as atividades essenciais para a realização do processo de construção de Estado.

Em contraponto, é essencial acentuar que estes dois últimos autores possuem, em princípio, variáveis distintas, entretanto, elas compartilham muitas características semelhantes. Os autores trabalham com variáveis similares, mas de forma diferente. Por exemplo, Tilly e

Ayoob possuem basicamente a mesma concepção de que o processo de construção do Estado deve ser realizado por meio de etapas essenciais, a diferença é que Tilly (1985) definiu quatro tarefas, enquanto Ayoob (2007) definiu três, que seguem basicamente a mesma lógica estabelecida pelo autor anterior. Ambas as obras anteriores também se assemelham com a lógica de Fukuyama (2004), de criação e fortalecimento de novas instituições, pois as atividades propostas tanto por Tilly (1975, 1985) quanto por Ayoob (2007) também passam pelo processo de criação e fortalecimento das instituições.

Jagers (1992) indica que o processo de construção do Estado está associado à acumulação do poder, coerção governamental e poder institucional, da mesma forma os três autores anteriores compartilham das mesmas perspectivas em suas variáveis. Este trabalho segue a lógica e definição de Ayoob (2007), este foi escolhido como autor-principal, pois seus conceitos e definições se assemelham com a proposta de análise referente ao Kosovo e Sudão do Sul e acredita-se que, com ele, há uma maior possibilidade de investigar a hipótese aqui estabelecida de que a violência está diretamente relacionada com o estágio do processo de construção do Estado.

1.3 CONFLITOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA

A importância de se estudar o tema dos conflitos armados se baseia na sua frequente ocorrência e número de mortes dos últimos anos. No ano de 2014, o *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP) registrou um total de 40 conflitos armados. Este é o maior número de conflitos registrados desde 1999. E destes 40 conflitos, 11 foram classificados como guerra⁸. Esta estatística de mortes é a maior desde o período de 1989, totalizando 101.400 fatalidades decorrentes de conflito, tornando o ano de 2014 o ano mais violento desde o fim do período da Guerra Fria. Entretanto, se comparado com as guerras interestatais de longa escala do século 20, o número de fatalidades dos conflitos armados foi relativamente baixo (PETTERSSON; WALLENSTEEN, 2015). Tendo como base a enorme relevância do tema de conflitos armados, como demonstrado pelos dados dos anos mais recentes, torna-se importante definir este conceito e entender suas principais categorias.

Inicialmente, adota-se a definição do UCDP para um conflito armado: uma incompatibilidade contestada que afeta tanto o governo quanto o território – ou ambos –, em que há o uso da força por duas partes e o número de mortes decorrente do enfrentamento delas

⁸ Segundo o UCDP, o conflito passa a ser classificado como guerra a partir do momento em que há pelo menos 1.000 mortes relacionadas com a batalha em um ano civil específico (UCDP, 2019)

chega a 25 durante um ano. No âmbito da concepção de conflitos armados há a distinção de quatro categorias existentes: “conflito armado interestatal” (*interstate armed conflict*), que ocorre entre dois ou mais estados; “conflito armado extraestatal” (*extrastate armed conflict*), que ocorre entre um Estado e um grupo não-estatal fora do território do primeiro; “conflito armado interno internacionalizado” (*internationalized internal armed conflict*), que ocorre entre um governo de um Estado e grupos internos de oposição com intervenção de outros Estados; e “conflito armado interno” (*internal armed conflict*), que ocorre entre um governo de um Estado e grupos internos de oposição sem a intervenção de outros Estados (PETTERSSON; THERESE, 2019).

É possível destacar a existência de outras categorias de conflitos armados além destas apresentadas pelo UCDP. Uma das categorias que possui grande visibilidade nos dias contemporâneos e também neste trabalho é a guerra civil. Esta se distingue dos conflitos armados comuns devido a algumas características básicas e por isso deve ser analisada separadamente para uma melhor compreensão de seu sentido.

1.3.1 Conflitos armados: entre a guerra civil e a independência política

Em geral, uma guerra civil é definida como um conflito armado que envolve: ação militar interna à capital do Estado; participação ativa do governo nacional; resistência efetiva de ambos os lados do conflito; e um total de pelo menos 1.000 mortes de batalha durante cada ano da guerra. Duas distinções importantes: a ação militar tem que ocorrer entre entidades políticas dentro das fronteiras da capital e o governo nacional em poder deve ser um participante ativo da guerra no momento em que as hostilidades começarem (SARKEES, 2010).

A guerra civil, conforme Bethany Lacina (2006), é a forma mais comum de guerra, sendo responsável por todas, exceto três das guerras que eclodiram de 1990 a 2002, e por 90 por cento das mortes de civis e combatentes durante o mesmo período. Salienta-se que a autora faz um contraponto à definição de guerra civil sugerida pelo UCDP, enquanto o primeiro classifica esse tipo de conflito armado apenas com base no número de mortes, Lacina (2006) considera uma série de fatores que podem determinar uma guerra civil, estes são: a quantidade de pessoas e de recursos que foram dedicados à luta no conflito, a extensão geográfica da violência e as perdas indiretas e diretas devido à guerra em termos humanos e econômicos. A autora também analisa as mortes em batalha, isto é, combatentes e civis mortos por meio da violência no decorrer de uma disputa militar. Entretanto, ela utiliza-se desses fatores para também comparar

a gravidade militar dos conflitos civis ao invés de os utilizar apenas como indicadores para classificar a guerra civil, como faz o UCDP.

A gravidade de um conflito militar, segundo a autora, está relacionada à oportunidade e ao ímpeto, tendendo a ser mais mortal à medida que os lados se tornam bem armados e organizados e cada vez mais convencidos de que a atividade militar é sua melhor estratégia para atingir seus objetivos. A capacidade do Estado, o tipo de regime e a diversidade étnica e religiosa podem determinar a vontade de iniciar uma guerra civil. A gravidade desta guerra também pode estar relacionada a considerações políticas que influenciam a vontade de continuar, aumentar e diminuir a luta. Vale destacar que um forte indicador da severidade de uma guerra civil é a disponibilidade de assistência estrangeira aos combatentes (LACINA, 2006).

Alessandro Visacro (2009) se diferencia de Lacina (2006), e também do UCDP, pois classifica a guerra civil como pertencente a outra categoria de guerra: a guerra irregular. Visacro (2009) salienta que neste tipo de beligerância não existem regras. É uma espécie de beligerância que transcende os limites do campo militar, destacam atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência às guerras de guerrilha, à subversão, à sabotagem e ao terrorismo. É uma guerra, que para se desenvolver, necessita de um ambiente que seja propício à manifestação da violência e, ao mesmo tempo, sensível a ela. Nesse contexto, a guerra civil é definida por Visacro do seguinte modo:

Conflito armado de caráter não internacional que envolve segmentos distintos de uma sociedade conflagrada por razões político-ideológicas, religiosos ou étnicas, em que a decomposição do quadro interno promove o avanço generalizado da violência, fomentando o sectarismo fratricida decorrente de dissensões populares (VISACRO, 2009, p.223)

No enfoque de guerra civil, uma ótica que possui bastante espaço e em muitos momentos é considerada um intensificador do conflito são as disputas étnicas. Torna-se significativo salientar que nem sempre uma tensão em uma região será marcada, restritamente, ao âmbito político ou geográfico, muitas vezes a etnia estabelece um enorme espaço na escalada de tensões de um conflito. É importante ressaltar que, em algumas ocasiões, a questão geográfica ou política pode ser responsável pelo início do conflito, enquanto a questão étnica acentua e fortalece a questão armada estabelecida *a priori*. Para Kristine Eck (2009, p. 384, tradução nossa): “os resultados estatísticos fornecem um claro apoio para à reivindicação de que conflitos mobilizados etnicamente são mais prováveis de se intensificar para a guerra.”⁹ Visacro (2009),

⁹ No original: “The statistical results provide clear support for the claim that ethnically mobilized conflicts are more likely to intensify to war” (ECK, 2009, p. 384).

assim como Eck, aborda a questão da etnia sob o âmbito dos conflitos, e segundo ele locais de conflitos marcados por essa característica têm maior probabilidade de resultar em uma guerra irregular:

Áreas de incidência de conflitos étnicos e religiosos vivem em estado de tensão latente e geram com notável facilidade um ambiente fecundo a proliferação da guerra irregular. Lutas tribais, disputas interétnicas ou de motivação religiosa são particularmente violentas, pois têm a capacidade de inflamar as paixões de massas e agregar extraordinária brutalidade às práticas militares. As populações deste território, normalmente, nutrem o ressentimento mútuo por meio do culto à lembrança de grandes massacres contra civis inocentes (VISACRO, 2009, p. 233)

Ainda na perspectiva de guerra irregular, Visacro (2009) apresenta uma categoria de guerra identificada como “guerra de independência”. Esta se encontra em um contexto onde as forças nativas dedicam-se à conquista de sua autonomia política por meio da ruptura dos vínculos de subordinação estabelecidos. Devido ao seu forte apelo, grupos étnicos também evocam este tipo de luta armada quando reivindicam autonomia, nutrindo ambições separatistas e nacionalistas. Estas também recebem o nome de conflitos (guerras) separatistas ou secessionistas.

Existem vários motivos para a realização de conflitos secessionistas e estes, segundo Metta Spencer (1998), podem estar relacionados a: proteção contra genocídio e limpeza étnica; domínio econômico e político de um grupo que não compartilha o poder e os privilégios do estado de forma igualitária; resistência de vítimas de opressão, incluindo difamação de sua língua, cultura ou religião; percepção de que o estado não pode mais apoiar o próprio grupo ou traiu seus interesses; motivações econômicas, entre outras. O separatismo étnico ganha um enfoque especial dentro desta categoria e este se baseia mais em diferenças culturais e linguísticas do que em diferenças religiosas e raciais.

1.3.2 Da violência organizada a violência política

O termo violência é usado para uma variedade de situações bastante diversas. Na maioria dos casos, refere-se a um determinado tipo de ação com resultados prejudiciais, entretanto, pode-se referir também à falta de ação. Ato de omissão, incluindo indiferença em relação a atividades que geram resultados violentos, também têm sido caracterizados como formas de violência. Todos esses diferentes usos e interpretações do que constitui violência indicam que não há critérios aceitos para diferenciar um ato violento de um ato não violento. Em suma, a violência é um fenômeno historicamente enquadrado e socialmente dinâmico, cujo significado se transforma através do tempo e do espaço (MALESEVIC, 2017).

O UCDP utiliza-se da violência organizada¹⁰, no âmbito dos conflitos armados, pois considera apenas três categorias de violência específica. Segundo Pettersson e Therese (2019), estas podem ser classificadas em: “violência estatal”, (*state based violence*) refere-se ao que a maioria das pessoas percebe intuitivamente como -"guerra"-, é a luta entre dois Estados, ou entre um Estado e um grupo rebelde; “violência não-estatal” (*non-state violence*) são conflitos nos quais nenhuma das partes da guerra é um Estado; e “violência unilateral” (*one-sided violence*) é definida como o uso de força armada contra civis realizada por um governo de um estado ou por um grupo organizado.

Outro tipo de violência que possui extrema relevância é a chamada “violência política”. A violência política é definida como o uso da força por um grupo com uma finalidade ou motivação política. Um evento politicamente violento é uma disputa em que muitas vezes a força é usada por um ou mais grupos para um fim político. Uma violência política pode incluir: batalhas, explosões e violências remotas, violência contra civis, motins e protestos (ACLED, 2019)

Neste trabalho serão utilizados três eventos principais para mensurar esta violência política: protestos, terrorismo e golpes. Um protesto é definido como uma demonstração pública em que os participantes não se envolvem em violência, embora a violência possa ser usada contra eles. Os eventos incluem indivíduos e grupos que se manifestam pacificamente contra uma entidade política, instituição governamental, política de um país, grupo, tradição, negócios ou outras instituições privadas. Estes podem assumir a forma de protesto pacífico – não se utilizam nem são recebidos com violência; protesto com intervenção – quando há uma tentativa de dispersar ou suprimir o protesto sem lesões graves; e força excessiva contra protestantes - quando os indivíduos são alvo de violência por um ator que leva a ferimentos graves e letais (ACLED, 2019).

A palavra terrorismo vem do terror que se refere a um estado psicológico de medo extremo. Assim sendo, o terror e a vontade de invocar o medo em outros estão inextricavelmente ligados à violência política. O que distingue o terrorismo como uma forma especial de violência política é que este contém em si um desprezo absoluto pelo bem-estar do outro. O extremismo organizado foi considerado uma consequência e uma escalada emotiva da violência política prolongada, e o extremismo é mais observado em larga escala, em violência

¹⁰ A UCDP coleta dados sobre conflito armado estatal, conflito não-estatal e violência unilateral. As categorias são mutuamente exclusivas e podem ser agregadas como "violência organizada". Eles também compartilham o mesmo limite de intensidade para inclusão: 25 mortes em um ano civil (UCDP, 2019)

genocida, ou em pequena escala em casos de atentado suicida (MARSHALL; MARSHALL, 2017).

E, por fim, o golpe de Estado é definido como a tomada forçada de cargo da autoridade executiva. Esta pode ser realizada por uma facção dissidente ou pela oposição dentro do governo do país ou das elites políticas. Esta tomada de cargo forçada é responsável por resultar em uma mudança substancial na liderança executiva e nas políticas do regime anterior. Dentro da conjuntura de golpes é possível discernir quatro tipos de eventos: golpes bem-sucedidos, tentativas falhas de golpes, planos de golpe e supostos planos de golpe. Vale lembrar que, para o golpe ser considerado bem-sucedido, a autoridade deve ser exercida pelo novo executivo por pelo menos um mês (MARSHALL; MARSHALL, 2019).

A violência política, segundo Besley e Persson (2011), é a marca registrada de governos fracamente institucionalizados. A manifestação mais flagrante de tal violência é o conflito armado na forma de guerra civil. No início do século 21, diversas formas de violência política compartilhavam espaço com a guerra tradicional. A comunidade internacional não consegue enfrentar tal mazela sem adotar uma abordagem que descubra padrões e caminhos comuns para a violência, a e sem abordar as condições estruturais e políticas que tornam a violência possível, incluindo instituições fracas e a repressão do Estado (KRAUSE, 2019).

"O que torna a violência política?", Keith Krause (2019) responde a seguinte pergunta salientando que não há uma resposta simples e inequívoca. Segundo ele, a violência política pode ser identificada e categorizada com base no grau e na escala de organização dos atores violentos, segundo o significado e as motivações dos atos, ou por meio da natureza do próprio ato. De uma perspectiva holística, é possível definir a violência política como a violência usada para fins políticos explicitamente declarados, ou violência que enfraquece e desafia o monopólio legal do estado sobre o uso legítimo da força, ou violência que envolve o Estado e seu aparato repressivo, deste modo é possível entender sua relação com as causas e consequências da guerra.

Neste contexto, Nicholas Sambanis (2010, p.203, tradução nossa) apresenta algumas explicações para a violência política, ressaltando o seu enfoque econômico e uma estratégia essencial para a sua eliminação:

Incentivos econômicos e oportunidades não são as únicas explicações para a violência política. Ideologia, etnia, coerção e religião podem motivar a participação na insurgência. O tipo de insurgência (étnica *versus* não étnica) e a forma que a violência assume (golpe, terrorismo, guerra civil) influenciam a mistura de incentivos de recrutamento. Assim, embora haja ampla evidência de que o aumento do nível de desenvolvimento econômico reduzirá a prevalência geral da violência política no mundo, isso por si só não será suficiente para eliminar a violência política. As intervenções políticas destinadas a reduzir a violência devem, de fato, ter um núcleo

econômico. Mas uma estratégia para eliminar ou reduzir a violência política organizada deve ser necessariamente complexa, visando às várias formas que a violência pode assumir em diferentes estágios da evolução política de diferentes países.¹¹

De forma geral este capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico do trabalho e, para ajudar na construção deste, foi realizada uma revisão bibliográfica dos principais conceitos utilizados. A primeira seção justificou a utilização da metodologia de estudo de caso, e delimitou o modelo de análise construído que se baseia nas variáveis dependente, independente e interveniente e nos seus dois possíveis resultados. Aqui foi definida a hipótese a ser investigada, segundo a qual os níveis de conflito armado e violência estão relacionados com o estágio do processo de construção do Estado. A segunda seção foi reservada para abordar o tema do processo de construção do Estado, quatro autores essenciais foram utilizados e tiveram suas principais características e variáveis analisadas, entretanto, as perspectivas de Ayoob (2007) tornaram-se a base teórica deste trabalho. O Estado falido, e sua ótica prematura perante a classificação de países recém-independentes, também recebeu grande espaço nesta seção.

E a terceira e última seção foi utilizada para abordar o tema do conflito armado e violência. Aqui os principais conceitos utilizados foram guerra civil e violência política, sendo que o primeiro ganhou enorme importância devido a sua intensidade e características próprias, e o segundo por ser uma violência comum nos conflitos armados e por se manifestar por meio de diversos eventos. Neste âmbito, foram abordadas também as guerras secessionistas e violência organizada. Já os próximos capítulos conterão, primeiramente de maneira individualizada, os estudos de casos do Kosovo e do Sudão do Sul.

¹¹ No original: “Economic incentives and opportunity are not the only explanations of political violence. Ideology, ethnicity, coercion and religion can all motivate participation in insurgency. The type of insurgency (ethnic versus non-ethnic) and the form the violence assumes (coup, terrorism, civil war) influence the mix of recruitment incentives. Thus, while there is an ample evidence that increasing the level of economic development will reduce the overall prevalence of political violence in the world, this alone will not be sufficient to eliminate political violence. Policy interventions aimed at reducing violence should indeed have an economic core. But a strategy to eliminate, or reduce, organized political violence must necessarily be complex, targeting the various forms that violence might take at different stages in the political evolution of different countries” (SAMBANIS, 2010, p.203)

2 REPÚBLICA DO KOSOVO

O principal objetivo deste capítulo é realizar o estudo de caso do processo de independência do Kosovo e apontar seus reflexos na construção do Estado e nas dinâmicas de conflito e violência política no país. O capítulo é composto por uma análise qualitativa - feita por meio da revisão da literatura - e de dados estatísticos, dividindo-se em três seções. A primeira seção apresenta o histórico de formação do Kosovo desde o período de fragmentação da Iugoslávia até seu principal conflito armado com a Sérvia e sua independência em 2008. Grande parte dessa seção se baseia nas contribuições de Davor Dzalto (2018), Thorsten Gromes (2019), Devlin Biezus (2018) e nas informações fornecidas pelo UCDP.

A segunda seção apresenta a análise das variáveis independente e interveniente (construção do Estado e interferência estrangeira) no cenário do Kosovo. A análise sobre o processo de construção do Estado é feita com base na bibliografia de Ilir Deda (2010), e os dados militares e econômicos provêm do SIPRI, *Small Arms Survey*, Banco Mundial e *Trading Economics*. A interferência estrangeira é analisada à luz de Thorsten Gromes (2019), Ilir Deda (2010) e sites oficiais de organizações internacionais como a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK, na sigla em inglês). E, por fim, a terceira seção exibe a análise da variável dependente (conflito armado e violência política) apresentando informações de banco de dados como ACLED, *Polity IV* e *Our World in Data*.

2.1 DA FRAGMENTAÇÃO DA IUGOSLÁVIA AO ACORDO DE BRUXELAS

A Iugoslávia significa “Estado dos eslavos do sul”. Ao longo dos anos havia mais de um Estado iugoslavo. A “primeira” Iugoslávia, em 1918, recebeu o nome de Reino da Iugoslávia. A “segunda”, em 1963, teve seu nome alterado para República Federal Socialista da Iugoslávia. A nova e última Iugoslávia foi proclamada em 1992 sob o nome de República Federal da Iugoslávia, consistindo apenas em: Sérvia e Montenegro. Uma característica interessante sobre a Iugoslávia é que esta era uma federação bastante multiétnica. Em relação aos grupos étnicos e nacionais que viviam na região é possível citar os albaneses, húngaros, romenos, búlgaros e outros (DAZLTO, 2010).

E havia também a religião. A Iugoslávia era o lar de três grandes grupos religiosos: os cristãos ortodoxos (aos quais pertenciam a maioria dos sérvios, montenegrinos e macedônios), católicos romanos (croatas e eslovenos) e os muçulmanos (habitando predominantemente as regiões da Bósnia e Herzegovina, sudoeste da Sérvia, e Kosovo). Em vista disso o que se pode concluir é que a Iugoslávia pós-Segunda Guerra Mundial era uma federação étnica e

religiosamente diversa. Em suma, o país era composto por seis repúblicas federais (Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia), duas províncias autônomas dentro do território Sérvio (Kosovo e Vojvodina), seis nações, três grandes grupos religiosos e várias nacionalidades e grupos étnicos (DAZLTO, 2010).

A desintegração da Iugoslávia seguiu à queda do Muro de Berlim em 1989 e ao colapso da União Soviética em 1991. Foi o primeiro grande conflito na Europa após a Segunda Guerra Mundial. É importante frisar que a antiga Iugoslávia se localizava na região sudeste da Europa, conhecida como “Península Balcânica”, por isso é comum associar o estado iugoslavo aos “Balcãs”. E desta palavra nasceu um termo bastante relevante para o contexto da Iugoslávia: a “balcanização”. Este significa: desconstrução, desintegração, fragmentação, confronto e divisão de um todo em unidades menores e muitas vezes hostis (DAZLTO, 2010; PANOVSKI, 2016).

Em 1991, a Eslovênia e a Croácia declararam sua secessão da federação iugoslava. A Macedônia e a Bósnia fizeram o mesmo em 1992. Assim sendo, Sérvia e Montenegro criaram uma nova federação, adotando uma nova constituição em abril de 1992 (LAMPE, 2019). Logo, deu-se início à balcanização da Iugoslávia e à guerra civil iugoslava, resultando em uma série de violentos conflitos armados ocorridos no território da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia entre 1991 e 2001.¹² E é exatamente nesse contexto de fragmentação da Iugoslávia, guerras civis, limpezas étnicas e rivalidade sérvia que está situado o Kosovo e seu processo de formação como um Estado independente.

O Kosovo, região autônoma localizada dentro do território sérvio, na península balcânica, se autoproclamou independente em 2008. A independência do Kosovo não é reconhecida por todos os países do globo. Apenas 116 países¹³, reconheceram diplomaticamente¹⁴ a

¹² É importante ressaltar que o foco do trabalho não é exclusivamente a Iugoslávia. Aqui foi apresentado um breve contexto e descrição da República Federativa a fim de auxiliar na compreensão histórica do Kosovo, por este motivo o assunto foi tratado de maneira bastante resumida. Para maiores informações sobre a Iugoslávia e sua fragmentação recomenda-se: Chomsky (2018) e Finlan (2004).

¹³ Dentre os países que não reconhecem a independência do Kosovo é possível citar: Argentina, Brasil, China, Grécia, Índia, México, Rússia, Espanha, Eslováquia, entre outros. O Brasil, por exemplo, declarou que não apoiaria a independência do Kosovo por essa ter ocorrido sem um acordo político com a Sérvia e fora do âmbito das Nações Unidas. Porém, o motivo para o não reconhecimento por parte dos outros países variam bastante. Muitas vezes podem também estar relacionados a motivos políticos, por exemplo, a Rússia e a Espanha não reconhecem o Kosovo por enfrentarem movimentos separatistas dentro de seus Estados (BIEZUS, 2018). Outros motivos para esse não reconhecimento podem fazer referência ao relacionamento conturbado do país com a Sérvia, à forte relação de alguns países com a antiga Iugoslávia, ao sentimento de confronto entre sérvios e albaneses e também à declaração unilateral de independência.

¹⁴ O reconhecimento diplomático é o reconhecimento público por um estado soberano e independente da existência de outro estado soberano e independente. O reconhecimento é voluntário e, em grande parte, manifesta uma

independência do país. Vale ressaltar que a Sérvia é um dos países que não apoiam nem reconhecem a independência do Kosovo e muitos dos motivos para isto se pautam no passado conturbado de ambas as partes (BIEZUS, 2018).

O Kosovo possui uma população de quase 2 milhões de pessoas. A nacionalidade de seus habitantes é conhecida como kosovar ou albanês. Suas etnias abarcam de forma majoritária os albaneses (92,9% da população), os bósnios (1,6% da população), os sérvios (1,5% população), entre outros. A língua oficial do país é o albanês, e a religião predominante é o islamismo – a maioria da população é denominada como albaneses-muçulmanos. O país é uma república parlamentar, possuindo primeiro-ministro, vice primeiros-ministros e ministros. A capital é a cidade de Pristina. É um país com uma economia voltada para o setor de serviços, agricultura (trigo, milho, batata) e indústria (mineração, materiais de construção, metais básicos e couro) (WORLD FACTBOOK, 2020).

É importante enfatizar que a luta kosovar por autonomia e independência não começou em 2008 e data de muitas décadas atrás. Durante a existência da República Socialista Federativa da Iugoslávia, conforme Biezus (2018), o Kosovo possuía *status* de província autônoma dentro da República da Sérvia. Isto significava que o território usufruía de uma liberdade limitada podendo escolher a maneira como sua administração e assembleia funcionariam. No entanto, essa autonomia foi estritamente diminuída pelo parlamento sérvio em 1989.

A figura-chave por trás dessa decisão foi Slobodan Milosevic, o então presidente da Sérvia. Milosevic alegou que os sérvios em Kosovo (esta região considerada o berço da nação sérvia) foram ameaçados pelos albaneses, que constituíam a grande maioria étnica. Depois que a província perdeu seu *status* autônomo, os albaneses foram amplamente excluídos de cargos em instituições públicas e marginalizados economicamente. Muitos albaneses se engajaram em uma resistência não violenta que lhes rendeu uma grande admiração internacional, porém, nenhum apoio político significativo. Deste modo, após a perda da autonomia e de todos os problemas que advieram com ele em 1990, os albaneses estabeleceram uma espécie de governo paralelo no Kosovo (GROMES, 2019; BIEZUS, 2018).

Em 1992, em uma tentativa de exercer uma maior influência para os albaneses, Ibrahim Rugova foi eleito presidente da autoproclamada República do Kosovo, este defendia que o separatismo da região deveria acontecer de forma pacífica. Ao longo do tempo Rugova passou a ser alvo de vários grupos radicais que eram contra o seu pacifismo. Em contradição às suas

decisão política. Não ter emitido tal declaração não significa necessariamente que o estado tenha objeções à existência, independência, soberania ou governo da outra parte (THE ENCYCLOPEDIA OF DIPLOMACY, 2018).

políticas surgiu o “Exército de Liberação do Kosovo” (ELK), um grupo mais radical que tinha como uma das principais metas estabelecer um Kosovo independente e lutar contra a ocupação e colonização do governo da Iugoslávia no território Kosovo (UCDP, 2018).

O conflito se tornou violento no início de 1996, quando o ELK explodiu uma série de bombas em campos de refugiados sérvios e começou a atacar policiais sérvios. Várias pessoas morreram nesses ataques. No início de 1998, o conflito aumentou drasticamente entre as Forças de Segurança da Iugoslávia e o ELK. As forças de segurança sérvias foram enviadas para o Kosovo com o objetivo de conter as atividades do ELK. Lutas armadas estouraram e o número de mortos aumentou rapidamente à medida que as retaliações de ambas as partes do conflito se tornaram mais sérias. O número de mortes no período de 1996 a 1998 foi de 1244, sendo 1235 apenas em 1998 (UCDP, 2018).

A escalada de tensões atraiu a atenção internacional. A comunidade internacional não foi capaz de impedir as limpezas étnicas nos Bálcãs, nem de evitar o massacre genocida em Srebrenica¹⁵ em julho de 1995. Uma parte considerável da comunidade internacional temia uma repetição de eventos, por este motivo a decisão escolhida na época foi a intervenção pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)¹⁶ no conflito. Em outubro de 1998, sem um mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), a Otan ativou muitos aviões e exigiu concessões da Sérvia em 96 horas (GROMES, 2019).

O enviado especial dos Estados Unidos da América (EUA), Richard Holbrooke, chegou a um entendimento com Milosevic, estipulando uma série de declarações e acordos. Entretanto, o ELK não participou destes acordos e não os considerou legítimos, de modo que aproveitou a retirada parcial das forças da Iugoslávia para expandir a área sob seu controle. Em consequência, no final de 1998, a tentativa de amenizar o conflito falhou. Em fevereiro e março de 1999, ocorreu o último grande esforço para encontrar uma solução diplomática antes da intervenção da Otan – os acordos de *Rambouillet*. Estes acordos ressaltavam que as partes em

¹⁵ Durante o conflito da Bósnia que ocorreu entre os “bosniaks” (também chamados de bósnios-muçulmanos) e os bósnios-sérvios na década de 1990, a cidade de Srebrenica foi declarada uma “área segura” para os bósnios pelas Nações Unidas. Contudo, em julho de 1995, os bósnios-sérvios sitiaram a cidade e massacraram sistematicamente pelo menos 7.000 homens e meninos bósnios (mais de 8.000, de acordo com algumas estimativas). Vários bósnios-sérvios foram posteriormente condenados por crimes de guerra por um tribunal da Organização das Nações Unidas (ONU) em Haia, pela sua atuação no massacre de Srebrenica (BRITANNICA, 2011).

¹⁶ A Otan é uma das maiores instituições internacionais do mundo. Trata-se de uma aliança política e militar que congrega 29 países membros, da Europa e da América do Norte. Estes países reúnem-se para consultas e cooperação nas áreas de segurança e defesa. Por meio de seus debates e parcerias a OTAN contribui para a prevenção de conflitos dentro e para além das fronteiras dos seus países membros, promove os valores democráticos e se empenha para a resolução pacífica de conflitos (NATO, 2019).

conflito deveriam discutir um projeto para o Kosovo, que exigia um período de transição com autogoverno democrático dentro da Iugoslávia. Entretanto, apenas a delegação albanesa assinou o acordo, e conseqüentemente este também falhou (GROMES, 2019).

A Otan iniciou a sua intervenção em 1999, com a “Força do Kosovo” (*Kosovo Force – KFOR*), e esta operação será tratada com mais detalhes nas próximas sessões. Em maio de 1999, a Sérvia cedeu. Em 9 de junho deste mesmo ano, o governo da Iugoslávia e a KFOR assinaram o “Acordo Técnico-Militar”, que instituía que todas as forças iugoslavas deveriam se retirar do Kosovo dentro de 11 dias. Em 10 de junho de 1999, a Otan interrompeu seus ataques aéreos e o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1244¹⁷, autorizando assim uma força de segurança internacional no Kosovo (*a Kosovo Force*). Em 20 de junho de 1999, foi assinado o “Compromisso de desmilitarização e transformação da ELK”. Este concordou com a implantação da força de segurança internacional e com o cumprimento da Resolução 1244 (GROMES, 2019).

Politicamente, o governo da Iugoslávia perdeu a guerra, pois teve que renunciar ao controle que tinha sobre o Kosovo. O ELK, em oposição, ganhou a guerra em termos políticos, embora tenha sido incapaz de resistir às forças de segurança da Iugoslávia. Seu sucesso político foi parcial no início, uma vez que a Resolução 1244 concedeu autonomia dentro da Iugoslávia, mas nenhuma secessão (GROMES, 2019).

Em 2005, a ONU iniciou um processo para decidir o *status* final do país. O Parlamento kosovar adotou uma resolução com o objetivo de criar um Estado independente. Várias rodadas de negociação aconteceram em 2006 e 2007. Em fevereiro de 2006, começaram as negociações sobre o estatuto do Kosovo entre sérvios e albaneses. Em 2007, foi apresentado um plano para a independência do Kosovo sob supervisão internacional. No Conselho de Segurança da ONU, estadunidenses e europeus apoiaram o plano. Em contrapartida a Rússia, que apoiava a Sérvia e possuía boas relações com o país, rejeitou o plano. Em 29 de julho, frente ao bloqueio russo, o Grupo de Contato¹⁸, decidiu que os seus integrantes deveriam auxiliar no relacionamento dos

¹⁷ Foi uma resolução adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em 10 de junho de 1999, com o objetivo principal de resolver a grave situação humanitária no Kosovo. As principais decisões estabelecidas foram: 1) o fim imediato da violência – por parte da República da Iugoslávia – no Kosovo e retirada das tropas militares do país; 2) o Kosovo sob administração interina da ONU; 3) o estabelecimento de uma força internacional de manutenção da paz no país com participação substancial da Otan (*Kosovo Force*); 4) a desmilitarização do ELK e de outros grupos armados albaneses do Kosovo; 5) o estabelecimento de um processo político – liderado pela ONU – com a finalidade de determinar o *status* futuro do Kosovo (UNMIK, 2020).

¹⁸ Este grupo informal de países - incluindo EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Rússia - reuniu-se pela primeira vez em resposta à crise na Bósnia. Com observadores da União Europeia e da Otan, foram responsáveis por supervisionar a situação no Kosovo. Composto por quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que também são as principais nações que contribuem para a KFOR, o Grupo de Contato

albaneses do Kosovo e dos sérvios. Porém, tal fato não aconteceu e em dezembro, foi constatado o fracasso das negociações (CORREIO BRAZILIENSE, 2010).

Em 17 de fevereiro de 2008, o Parlamento do Kosovo proclamou a independência, esta foi realizada de forma unilateral e sem negociações com a Sérvia. Em sua declaração o Kosovo alegou que era uma república democrática, secular e multiétnica. Assim, o país deveria ser guiado pelos princípios da não discriminação e do direito igualitário. De modo geral, a declaração foi altamente controversa e muitos Estados não reconheceram a independência. A Sérvia foi contra a declaração e utilizou-se de meios pacíficos para revogá-la. Em outubro desse mesmo ano, a Sérvia solicitou que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) examinasse a legalidade da proclamação unilateral de independência de Kosovo (CORREIO BRAZILIENSE, 2010; UCDP, 2018; BIEZUS, 2018).

Em 2009, o Kosovo foi aceito como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em novembro do mesmo ano, o que para muitos foi considerado um teste de democracia, o Kosovo realizou suas primeiras eleições desde a independência. O monitoramento eleitoral internacional determinou que o processo, conduzido em nível municipal, tenha sido pacífico e, em geral, justo, apesar da recusa de muitos dos sérvios restantes em participar. Em dezembro desse ano, a CIJ iniciou as audiências sobre a independência de Kosovo. Participaram destas audiências, Sérvia, Kosovo e 29 Estados, entre eles Rússia e Estados Unidos (CORREIO BRAZILIENSE, 2010; BRITANNICA, 2019).

Em julho de 2010, a Corte Internacional de Justiça determinou que a declaração de independência de Kosovo não violou o direito internacional geral (CORREIO BRAZILIENSE, 2010). Um ponto interessante a ser observado aqui foi a enorme tensão existente, durante o processo de independência do Kosovo, entre dois atores: os EUA e a Rússia. Ambos discordavam entre si desde o início, enquanto os EUA sempre apoiaram a criação de um Estado independente do Kosovo, a Rússia nunca apoiou. E no final, as pretensões estadunidenses acabaram sendo mais fortes, já que de fato houve a independência do país europeu. Essas tensões ainda existem nos dias atuais pelo fato dos EUA terem reconhecido oficialmente o Kosovo, enquanto a Rússia se recusou a fazê-lo.

Em 2013, aconteceu um diálogo entre Kosovo e Sérvia, que foi responsável por normalizar a relação entre os dois países. Facilitado pela União Europeia, este recebeu o nome de “Acordo de Bruxelas”. Este acordo aboliu todas as instituições da República da Sérvia do

coordena a política do Kosovo em conjunto com a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (MINUK, na sigla em inglês) (US DEPARTMENT OF STATE, 2009).

Kosovo e tratou de questões relativas à população e municípios, como por exemplo, a mobilidade transfronteiriça. Apesar deste acordo possuir uma forte carga simbólica para a melhoria entre as relações de ambos os países, a Sérvia não o ratificou e ainda se recusa a reconhecer a região como independente (UCDP, 2018; BIEZUS, 2018).

Em agosto de 2015, Kosovo e a Sérvia fizeram mais avanços na normalização de suas relações. Os dois países concluíram negociações que abordaram questões de energia e telecomunicações, com Kosovo ganhando seu próprio prefixo internacional de telefone e comunidades sérvias dentro de Kosovo recebendo certa autonomia. Mais tarde naquele mês, o Kosovo concluiu o Acordo de Estabilização e Associação¹⁹ com a União Europeia. Atualmente, o Kosovo é um país livre de conflito armado que ainda luta para existir devido à falta de transparência na estrutura governamental. Missões internacionais e presenças militares ainda são necessárias no território kosovar para fortalecer a capacidade do Estado (COLEMAN, 2018; BRITANNICA, 2019).

2.2 A ESTABILIDADE KOSOVAR E A INFLUÊNCIA DA INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA

O Kosovo enfrenta três conjuntos de desafios no processo de construção do Estado: interno, regional e internacional. O grau de sucesso na resposta a esses desafios é responsável, direta ou indiretamente, pelo futuro e pela consolidação deste novo Estado. No que tange aos problemas internos, o Kosovo desde a sua declaração de independência passou por três fases curtas: a lua de mel em 2008 (população animada com a independência e ansiosa pelo futuro do país); a desilusão em 2009 (desestabilização do país, com o aumento da corrupção, diminuição de doações internacionais, queda na economia e atritos étnicos); e a batalha pela democracia interna, desenvolvimento e instituições no início de 2010. A sociedade do Kosovo ainda precisa descobrir qual tipo de Estado o Kosovo deveria ser, e o maior problema é que a elite do país ainda não entendeu qual a melhor forma de governança para a região (DEDA, 2010).

¹⁹ O acordo estabelece uma relação contratual que envolve direitos e obrigações mútuos e cobre uma ampla variedade de setores. O acordo centra-se no respeito pelos princípios democráticos fundamentais e pelos elementos fundamentais que estão no cerne da União Europeia. O acordo cria uma área que permite o comércio livre e a aplicação das normas europeias em outras áreas, como a concorrência, os auxílios estatais e a propriedade intelectual. Também ajuda a implementação de reformas destinadas a conseguir a adoção de normas europeias pelo Kosovo. Outras disposições abrangem o diálogo político, a cooperação em uma ampla variedade de setores, desde a educação e o emprego à energia, ambiente, justiça e assuntos internos (EUROPEAN CONCIL, 2015)

Outro desafio interno ao país faz referência à corrupção. A falta de desenvolvimento econômico associada à corrupção generalizada no setor público tem causado bastante desilusão entre a população e os doadores internacionais, aqueles que estavam mais interessados em investir depois da independência foram desencorajados pelas tendências corruptas. Um obstáculo adicional concernente ao Kosovo diz respeito a sua forma de governança, percebe-se uma forte tendência autocrática dentro do governo, o que implica em um esforço da sociedade civil para encontrar seu papel dentro do Estado e ainda defender padrões e princípios democráticos (DEDA, 2010).

No que tange aos problemas regionais, a principal inquietação do Kosovo faz referência ao seu relacionamento com a Sérvia. A relação entre ambos os países é crucial para a estabilidade da região e para o progresso no sentido de uma integração europeia. Há uma forte pressão da comunidade internacional em relação aos dois países, no sentido de criar um modelo de cooperação e entendimento, sem exigir necessariamente um reconhecimento explícito do Kosovo pela Sérvia. Por conseguinte, a relação entre estes dois países ainda é bastante instável e depende de desenvolvimentos futuros (DEDA, 2010).

Em relação aos desafios internacionais, é possível citar o não reconhecimento da independência do Kosovo por alguns países, atualmente apenas 116 países reconhecem a independência do país europeu. O número aumentou após a Corte Internacional de Justiça reconhecer a legitimidade do processo de independência em 2010 e após o reconhecimento da ONU no mesmo ano. O fator mais prejudicial para o desenvolvimento de Kosovo é a parte da oposição que enfrenta dentro da União Europeia, assim como o fato de ainda não ter sido aceito na união econômica (DEDA, 2010; HEHIR, 2018).

No momento atual, cinco países da UE não reconhecem a independência do país - Grécia, Eslováquia, Chipre, Romênia e Espanha -, tal situação prejudica a sua adesão ao bloco econômico, porém, seus problemas internos, como a corrupção, são uma barreira a mais ao reconhecimento destes países e sua participação no bloco. Além disso, a adesão plena do país a União Europeia também exigiria que o Kosovo atendesse a várias demandas, como por exemplo, um acordo de normalização com a Sérvia, o que não agrada nenhuma das partes. A comissão da UE divulgou a sua estratégia para a adesão dos Balcãs Ocidentais e deixou claro que as perspectivas de adesão do Kosovo à UE são remotas, o que indica mais um desafio que o país tem que enfrentar nos próximos anos (HEHIR, 2018).

O Kosovo, apesar de não ser um país que vivencia atualmente um conflito armado, ainda possui inúmeros problemas e desafios que afetam fortemente o seu processo de construção de

Estado. É importante que o país foque na resolução destes problemas, assim como na criação de fortes instituições democráticas. Apesar dos desafios o Kosovo possui uma grande visibilidade e apoio dentro da comunidade internacional o que pode facilitar na construção de um estado funcional e democrático. Para tentar compreender melhor como estes desafios afetam o Kosovo, alguns dados estatísticos serão utilizados para analisar melhor as variáveis escolhidas nas próximas seções.

2.2.1 Os baixos gastos militares e transferências de armamentos do processo de construção do Estado

Com o objetivo de medir e avaliar o processo de construção do Estado no Kosovo, foram definidos alguns indicadores estatísticos. Estes são da área militar e foram classificados em duas categorias distintas: os gastos militares - que inclui os gastos absolutos, gastos em relação ao PIB e gastos em relação aos gastos do governo – e a transferência de armamentos. Estes serão analisados tendo como base as outras variáveis e as tarefas do processo de construção do Estado delimitadas por Ayoob (2007).

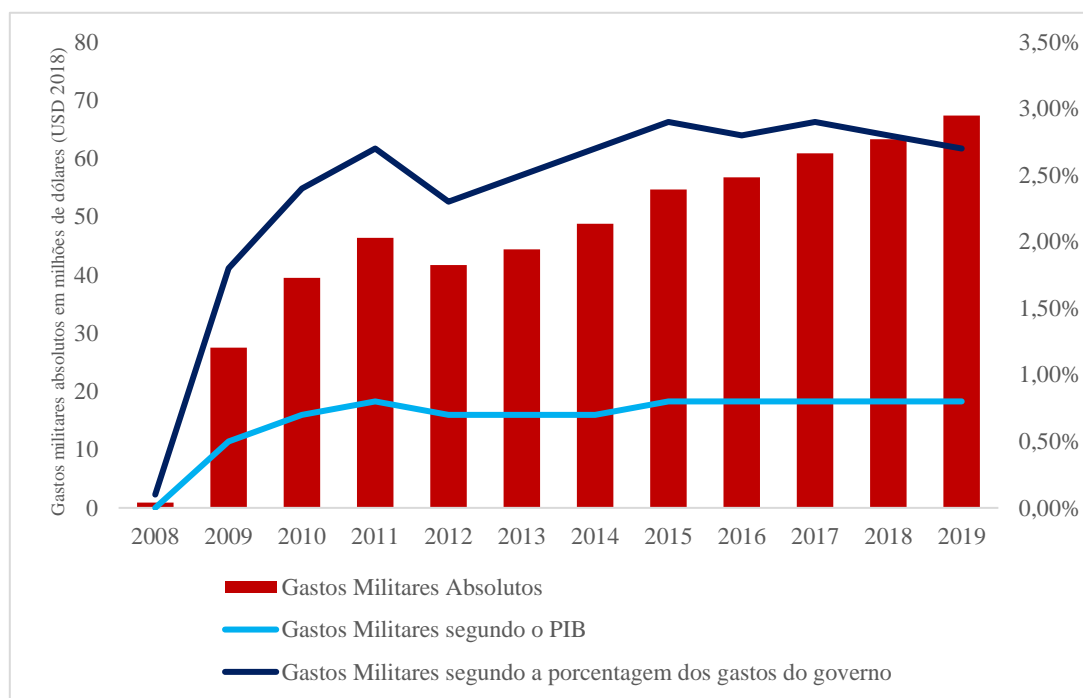
Por meio da figura 1, é possível perceber que os gastos militares absolutos do Kosovo do período de 2008 a 2019 tiveram uma trajetória ascendente, aumentando gradativamente ao longo dos anos. O período de menor gasto militar absoluto foi o ano de 2009²⁰, com 27,5 milhões de dólares, e o maior gasto militar absoluto foi em 2019, equivalendo-se a 67,4 milhões de dólares.

No que tange aos gastos militares em relação ao PIB, o valor é extremamente baixo, nunca ultrapassando o patamar de 1%. O valor também permanece igual durante os anos de 2012 a 2014, assim como de 2015 a 2019. A situação não é muito diferente da contabilização dos gastos militares em relação aos gastos do governo, os quais também se mantiverem bastante baixos e não chegaram a ultrapassar 3% dos gastos totais. Com exceção do ano de 2008 e 2009, o valor sempre permaneceu na faixa dos 2%, oscilando bem pouco ao longo dos anos. Um fato interessante a ser destacado é que os gastos militares globais em relação ao PIB global - em 2019 – foi de 2,2 por cento. E os gastos do Kosovo sempre ficaram abaixo de 1%, indicando

²⁰ Em tese, o período de menor gasto militar do recorte temporal foi o ano de 2008, porém, aqui é importante lembrar que 2008 foi o ano de independência do país, esta foi declarada apenas em fevereiro. Sendo assim, o valor dos gastos militares é bem pequeno se comparado com os outros anos, pois não foi levado em consideração o exercício orçamentário do ano inteiro, tendo apenas uma contabilização parcial.

que o país europeu possui baixos gastos militares se feita a comparação com os níveis globais (SIPRI, 2019).

Figura 3. Gastos militares do Kosovo em termos absolutos e em relação ao PIB e aos gastos do governo, 2008-2019



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do SIPRI (2020)

No que tange às transferências de armamentos, o objetivo principal era verificar a quantidade de armas compradas pelo Kosovo ao longo dos anos e quais os seus principais fornecedores, entretanto, as informações encontradas foram extremamente limitadas. A maioria dos bancos de dados não apresenta informações a respeito da importação de armas do país, o que pode indicar talvez uma enorme falta de transparência do governo.

As únicas duas informações foram encontradas no Banco Mundial e no SIPRI. O Banco Mundial indicou que as importações do Kosovo no ano de 2014 se equivaleram a um milhão de dólares, já o SIPRI informou que nesse mesmo ano o Kosovo importou da Turquia 10 veículos armados da linha “Cobra”. O pedido e a entrega foram feitos no ano de 2014 e a única justificativa para a compra foi que eram veículos voltados ao auxílio. Vale lembrar que o “Cobra” é considerado uma arma convencional ou *major weapon*. O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) define as armas convencionais como grandes armas com propósitos militares, estas podem pertencer a nove categorias distintas: aeronaves, veículos

blindados, artilharia, sensores, sistemas de defesa aérea, mísseis, navios, motores ou “outros” que cumpram certas qualificações (ERICKSON, 2015).

Por meio das informações fornecidas, é possível fazer algumas inferências a respeito da compra de armamentos do Kosovo no ano de 2014. Segundo o *Army Guide* (2015), o veículo armado “Cobra” possui um valor unitário de 600.000 mil dólares, deste modo presume-se duas possibilidades: o valor da compra de armamentos ser superior a 1 milhão de dólares, e o valor real não ter sido totalmente declarado ou a compra ter sido de veículos de segunda mão, o que diminuiria consideravelmente o valor dos armamentos e estes poderiam então estar inclusos no valor declarado ao Banco Mundial. Contudo, como a resposta ainda não é clara, presume-se uma enorme falta de transparência do governo no que tange aos dados de importação de armamentos.

Um motivo que poderia corroborar com a ideia de que o Kosovo comprou mais armamentos do que os declarados acima é justamente os seus gastos militares. Apesar de serem, em termos absolutos e globais, baixos gastos militares, ainda são milhares de dólares que poderiam ter sido utilizado para a aquisição de armamentos. Presume-se então que parte destes gastos foram destinados à importação de armamentos, porém por algum motivo não foram declarados publicamente. Outro motivo para a pouca compra de armamentos e os baixos gastos militares do Kosovo pode ser explicada pela intervenção da Otan, como se verá mais adiante.

O Kosovo atualmente possui um Ministério de Defesa, assim como uma polícia e uma força armada (*Kosovo Security Force*). Entretanto, vale a pena salientar que esta força de segurança do Kosovo só assumiu o *status* de exército/forças armadas no ano de 2018²¹, sendo assim tal fato poderia comprovar a guerra e o policiamento sendo inicialmente “terceirizadas” do Estado para a Otan, assim como a falta de transparência ou até mesmo falta de compras de armamentos pelo Estado durante o recorte temporal de 2008 a 2019.

Por meio desta seção foi possível perceber uma trajetória contínua e crescente dos gastos militares do Kosovo, o que pode indicar o estabelecimento gradativo de um Ministério de Defesa, polícia e forças de segurança. Em relação à transferência de armamentos, não foram encontrados dados a respeito dos principais fornecedores e armas importadas, com exceção de

²¹ A esse respeito, convém destacar que “[a] Força de Segurança do Kosovo (KSF, na sigla em inglês) foi formada em janeiro de 2009 como uma organização não militar com responsabilidade por atuar em crises, proteção civil e descarte de artilharia explosiva. Em 2017, uma proposta de Pristina (capital do Kosovo) de estabelecer um exército teve oposição da Rússia, Sérvia, Estados Unidos e OTAN. Contudo, a legislação para este fim – e a criação deste exército foi aprovada por Pristina em outubro de 2018. Em dezembro, a OTAN ressaltou que se o KSF evoluísse teria que examinar seu nível de engajamento com a força. Desde modo o KSF está armado apenas com armas pequenas e veículos leves” (MILITARY BALANCE, 2019, p.144, tradução nossa).

dois dados limitados, o que poderia indicar a baixa – ou quase inexistente - transferência de armamentos, ou a tentativa do governo, e talvez de outras instituições, de ocultar, ainda por motivos desconhecidos, os verdadeiros gastos do país.

2.2.2 A estável e favorável economia kosovar

Com objetivo de medir o processo de construção do Estado, segundo os indicadores econômicos, foi utilizado: o PIB absoluto e o índice de percepção de corrupção. Os dados do PIB foram coletados no Banco Mundial e no *Trading Economics* e o índice de corrupção foi coletado na Transparência Internacional e no *Our World in Data*. Por meio da figura 2 verifica-se que de forma geral o PIB do país teve uma trajetória crescente ao longo do recorte temporal. O ano com pior desempenho do PIB foi o ano de 2009, com o equivalente a 5,65 bilhões de dólares, e o ano com melhor desempenho do PIB foi o ano de 2018 totalizando 7,94 bilhões de dólares.

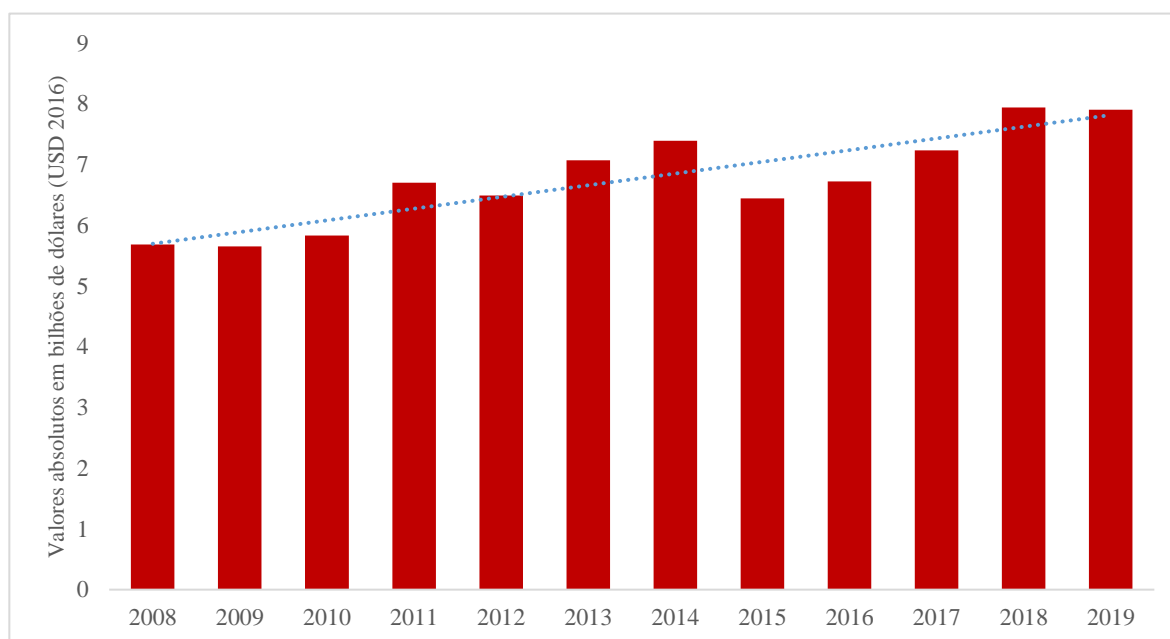
O PIB ao longo dos anos de 2008 a 2019 sempre se manteve constante, oscilando pouco, e não crescendo nem diminuindo de forma drástica. O motivo para o baixo PIB no ano de 2009 advém da crise mundial de 2008. Segundo Hamidi (2009), a crise financeira global atingiu fortemente a indústria de exportação de Kosovo fazendo com que as exportações do país caíssem 40% nos primeiros nove meses daquele ano. Outro motivo para queda acentuada no mesmo ano está ligado ao embargo de exportação imposto ao Kosovo pela Sérvia e Bósnia e Herzegovina desde dezembro de 2008²². Já o aumento do PIB ao longo dos outros anos do recorte temporal pode estar ligado a vários motivos.

Outros fatores que podem ter contribuído significativamente para este aumento do PIB foram as trocas comerciais, incluindo as exportações e importações. Durante 2010, por exemplo, o Kosovo atingiu um montante de cerca de 2,45 milhões de euros em fluxos comerciais, o que significou um aumento de 17% se comparado com o ano anterior. Alguns setores da economia kosovar, como a energia e mineração, agricultura e pecuária, construção e indústria têxtil, também tiveram um bom desempenho ao longo dos anos. Outro elemento que impactou positivamente a economia do país foram os bancos. Estima-se que o setor bancário

²² Junto com a Bósnia e Herzegovina, a Sérvia proibiu o uso de seu território para a exportação de mercadorias de Kosovo para a União Europeia. A Sérvia justificou seu bloqueio com base na mudança dos selos alfandegários da Alfândega da Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK, na sigla em inglês) para a Alfândega do Kosovo. Isso, de acordo com a Sérvia, foi considerada uma violação do acordo Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA, na sigla em inglês). Esse bloqueio durou até o verão de 2011, quando Kosovo tomou medidas recíprocas, impedindo que produtos sérvios entrassem no seu país (DEMI, 2018).

no Kosovo esteja entre os setores com melhor desempenho da economia, já que os depósitos e empréstimos bancários estão aumentando e os serviços financeiros estão se expandindo (REPUBLIC OF KOSOVO, 2020).

Figura 4. PIB absoluto do Kosovo dos anos de 2008 a 2019



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do World Development Indicators (2016) e Trading Economics (2020)

O próximo indicador é o Índice de Percepção de Corrupção elaborado pela Transparência Internacional e o *Our World in Data*. A corrupção é um fenômeno que envolve muitos aspectos diferentes e, portanto, é difícil dar uma definição precisa e abrangente. No entanto, na maioria das definições de corrupção, está a ideia de que um ato corrupto implica o abuso do poder confiado para ganho privado. Exemplos clássicos incluem suborno, clientelismo e desfalque (OUR WORLD IN DATA, 2019).

O Índice de Percepção de Corrupção classifica os países por seus níveis percebidos de corrupção no setor público de acordo com especialistas e empresários. Esse índice avalia os países em uma escala de 0 a 100, onde mais próximos de zero estão aqueles países vistos como altamente corruptos e mais próximos de 100, estão os mais honestos. O indicador é representativo da opinião de especialistas, pois é construído com base em várias pesquisas padronizadas, incluindo aquelas da Fundação Bertelsmann, do Fórum Econômico Mundial, do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da África e de muitos outros.

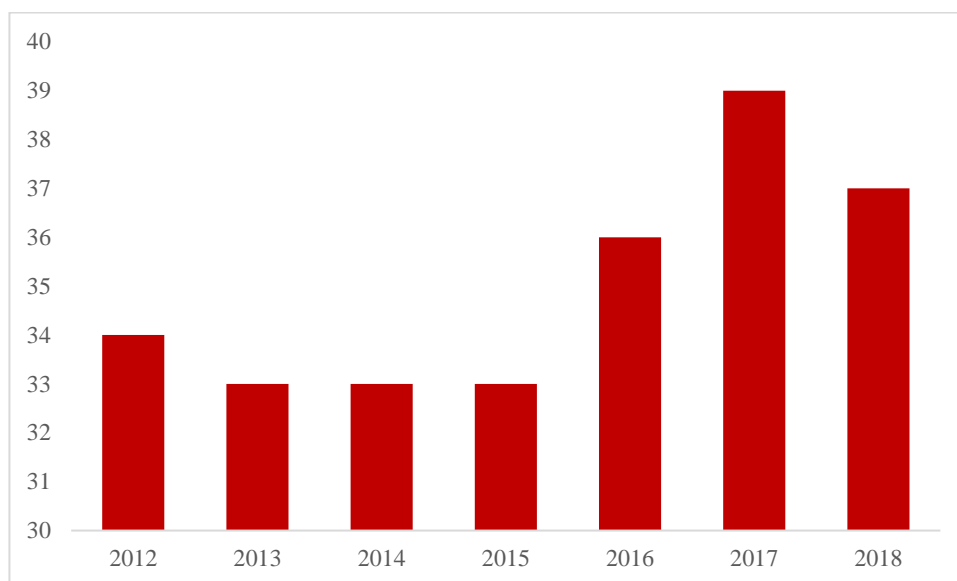
Em relação à figura 3, o recorte temporal apresentado foi do ano de 2012 a 2018, não possuindo os dados anteriores desde 2008. Nessa figura, é possível perceber que ao longo do recorte temporal a corrupção no Kosovo não foi constante e passou por aumentos e declínios. O triênio de 2013 a 2015 representou os anos com os menores índices de percepção de corrupção. Já 2017 foi considerado o ano de maior corrupção no país, os outros anos oscilam bastante, porém, não tão altos quanto 2017 nem tão baixo quanto o triênio.

A corrupção no Kosovo afeta mais fortemente as empresas que operam ou planejam investir no país. A falta de transparência e responsabilidade na administração pública do Kosovo resulta em corrupção generalizada e afeta negativamente o clima de investimento. Os setores judiciários, alfandegários, de serviços públicos e de compras são os mais afetados pela corrupção. Embora as leis anticorrupção sejam fortes, o sistema judicial é ineficiente, levando a uma aplicação inadequada dessas leis, o que possibilita a existência e continuidade desta prática no país. Suborno ativo e passivo, extorsão, lavagem de dinheiro e abuso de poder são proibidos pelo Código Penal do Kosovo. Segundo a lei kosovar, todos os presentes recebidos por funcionários públicos devem ser declarados e registrados. Não obstante, as práticas de oferta de presentes e suborno são comuns no país (GAN INTEGRITY, 2020).

Um ponto importante a ser observado é que, apesar da forte corrupção no país, o PIB não foi afetado. Os anos de 2017 e 2018, que tiveram o maior índice corrupção, foram também anos em que o PIB do país teve um grande desempenho. Tal fato contraria parte da literatura que indica que a corrupção afeta negativamente a economia²³. O que também poderia explicar essa dissociação da corrupção com o PIB é a corrupção ser restrita mais a algumas áreas específicas, como o âmbito judiciário e político, e ser mais associada a práticas de suborno. Tais situações isoladas, por exemplo, poderiam afetar levemente a economia, não prejudicando a sua totalidade nem o PIB absoluto do país.

²³ A corrupção gera reflexos negativos sobre a economia. Em geral, índices maiores de corrupção estão atrelados ao maior risco ao país, redução dos investimentos produtivos, internos e externos, menores níveis de produto interno bruto per capita, de competitividade e do crescimento da economia (HAYASHI, 2012).

Figura 5. Índice de Percepção da Corrupção do Kosovo, 2012-2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em Transparency International (2018) e Our World in Data (2018)

É possível fazer uma associação com as três tarefas básicas do processo de construção do Estado delimitadas por Ayoob (2007). Por meio dos indicadores militares, foi possível perceber que a tarefa da guerra e policiamento já se iniciou no Kosovo, porém, estas foram de responsabilidade da variável interveniente e não do governo kosovar. O governo passou a ter mais responsabilidade no que tange a estas tarefas a partir de 2018 com o estabelecimento oficial de suas forças armadas, contudo, essas forças são bastante limitadas e ainda devem seguir regras impostas pela comunidade internacional.

A terceira tarefa do Estado, a taxaço, pode ser fortemente associada com os índices econômicos. Esta alta taxaço do governo   sociedade está inclusa no PIB do país, porém também está fortemente associada   corrup o. A corrup o pode limitar a receita do Estado quando prejudica a capacidade dos governos de cobrar impostos de forma justa e eficiente e quando enfraquece a disposi o dos cidadãos de pagar impostos devido   distor o das leis tributárias e   corrup o dos funcionários tributários (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019).

2.2.3 A interven o direta da interferência estrangeira no cenário do Kosovo

A principal interferência estrangeira no país europeu, e a mais significativa, foi a da Otan. A organiza o iniciou a sua interven o em 24 de março de 1999, com a “Força do

Kosovo” (*Kosovo Force – KFOR*), esta operação recebeu o nome de “Operação Força Aliada” e tinha como objetivo principal interromper os ataques violentos cometidos pelo exército sérvio e prevenir o sofrimento, repressão e violência contra a população civil do Kosovo. É importante ressaltar que a intervenção da Otan não obteve a autorização do Conselho de Segurança da ONU e nem um voto de apoio da Assembleia Geral. Inicialmente, a Otan atacou a defesa aérea da Iugoslávia, tropas e instalações militares no Kosovo e no sul da Sérvia, assim como a indústria petrolífera e o fornecimento de eletricidade. Logo depois, começou a preparar uma ofensiva terrestre que englobava 100.000 soldados para o combate no Kosovo (GROMES, 2019).

A OTAN teve sucesso em expulsar as forças da Iugoslávia do Kosovo, porém, falhou em evitar sofrimento humano ou deter uma ofensiva ainda mais sangrenta contra civis inocentes. Ressalta-se que não se sabe o que teria acontecido sem a intervenção da organização. Presume-se que a violência no Kosovo teria sido ainda pior sem a Operação Força Aliada, e as perdas teriam sido ainda mais significativas. Tal situação demonstra, assim, o quão difícil é avaliar o resultado de uma intervenção estrangeira (GROMES, 2019).

Apesar dos pontos negativos, torna-se importante falar da influência positiva que a Otan teve no país, as forças armadas dessa organização foram responsáveis pelo fim do conflito armado entre Sérvia e Kosovo e ainda são de extrema importância para a segurança e policiamento no país, exercendo papel essencial para o processo de construção do Estado. A operação de paz da organização presente no Kosovo atualmente tem como objetivo principal contribuir para um ambiente seguro e protegido, apoiar e coordenar o esforço humanitário, apoiar o desenvolvimento de um Kosovo estável, democrático e pacífico, assim como apoiar a Força de Segurança do Kosovo (NATO, 2020).

Assim sendo, tendo como base as tarefas essenciais do processo de construção do Estado delimitadas por Ayoob (2007) percebe-se que o Kosovo já deu início as tarefas do processo de construção do Estado no país, como a guerra e o policiamento, contudo estas tarefas foram terceirizadas à interferência estrangeira, isto é, foram garantidas pela OTAN e não necessariamente pelo Estado. Mesmo o Kosovo tendo atualmente um exército, este ainda tem que seguir várias regras ditadas pela organização – como não possuir armas de grande porte. Essa isenção de responsabilidade do estado na área militar foi importante, pois possibilitou que o país – em conjunto com organizações e missões trabalhadas a seguir – se concentrasse em outras tarefas essenciais ao processo de construção do Estado.

Dentro de duas décadas, o Kosovo fez a transição de guerra para a paz, de um regime autoritário para a democracia, de uma economia socialista para uma economia de mercado, de uma administração internacional para um Estado supervisionado, e está agora gradualmente se integrando ao âmbito europeu e ao âmbito internacional (VISOKA, 2019).

Outro exemplo marcante de interferência estrangeira diz respeito às várias missões internacionais presentes em território kosovar. E o motivo para o estabelecimento primário destas missões estavam (e ainda estão) atreladas à falta de consenso da comunidade internacional sobre a independência do Kosovo. Além da Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK, na sigla em inglês) e da Força do Kosovo liderada pela OTAN (KFOR, na sigla em inglês), ainda há no país a Missão da União Europeia para o Estado de direito (EULEX, na sigla em inglês) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa no Kosovo (OSCE, na sigla em inglês) (DEDA, 2010).

A EULEX é a missão da União Europeia no Kosovo. Esta inclui cerca de quatrocentos policiais, cinquenta juízes e promotores e cerca de vinte funcionários da alfândega. A missão tem o objetivo de monitorar, orientar e aconselhar as instituições do Kosovo envolvidas na criação e manutenção do Estado de direito. Ademais, tem autoridade executiva para combater o crime organizado, corrupção, crime financeiro e econômico, bem como crimes de guerra e crimes interétnicos. Atualmente, o mandato da EULEX está previsto para duração até 14 de junho de 2021 (DEDA, 2010; EULEX, 2020).

Já a OSCE é responsável por executar uma ampla gama de atividades no campo dos direitos humanos, democratização e segurança pública. Está bastante envolvida com a proteção dos direitos da comunidade; proteção do patrimônio cultural e religioso; monitoramento do judiciário; implementação de acordos decorrentes do diálogo facilitado pela União Europeia entre Pristina e Belgrado (Kosovo e Sérvia) entre outros. A missão monitora o trabalho de instituições governamentais, municipais e independentes e ajuda a fortalecer a legislação e as políticas que abrangem a proteção dos direitos humanos, anti-discriminação, luta contra a corrupção, crime organizado e etc (OSCE, 2020).

Outra intervenção bastante significativa no país é da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU atua no país desde 1999, com a resolução 1244, que estabeleceu a UNMIK - a fim de fornecer uma administração provisória para o Kosovo. Anteriormente, o Conselho de Segurança conferiu à UNMIK autoridade sobre o território e o povo do Kosovo, incluindo todos os poderes legislativos e executivos e a administração do sistema judicial. Posteriormente, após a declaração de independência pelas autoridades do Kosovo, as tarefas da missão foram

significativamente modificadas para se concentrar principalmente na promoção da segurança, estabilidade e respeito pelos direitos humanos. Atualmente, a missão conta com quase 5 mil membros, incluindo policiais, militares, *experts* na missão e civis (UNMIK, 2020).

É possível afirmar que a variável interveniente é extremamente importante para o Kosovo, pois permitiu que seu processo de independência ocorresse de forma pacífica, gerando assim estabilidade para o país. Esta também é importante para o processo de construção do Estado, pois missões como a da Otan, da ONU e da UE são bastante significativas para a realização de tarefas como segurança, policiamento e criação de instituições democráticas e governamentais. A interferência no Kosovo é responsável por auxiliar no processo de secessão, assim como atenuar fatores que poderiam futuramente desencadear um conflito.

2.3 A NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS ARMADOS NO KOSOVO

O objetivo principal desta seção é analisar a variável dependente do conflito armado segundo alguns indicadores, estes seriam: as partes envolvidas, o tipo de conflito, o tipo de violência e o número de mortes. Contudo, segundo o UCDP, não houve conflito armado no Kosovo durante o recorte temporal escolhido. Ressalta-se que o UCDP classifica o conflito armado como aquele que teve no mínimo 25 mortes decorrentes da batalha durante um ano. Sendo assim, se o Kosovo não teve essa quantidade mínima de mortes, o UCDP não considera que o país foi palco de um conflito armado.

Porém, esta classificação do UCDP não é única e não quer dizer necessariamente que não houve nenhum tipo de conflito no país. Tem-se como exemplo o *Heidelberg Institute for International Conflict Research* (HIIK). Segundo este instituto, durante o recorte temporal de 2008 a 2019 ocorreu, sim, um conflito no Kosovo. Este teria começado em 2015 e continuado até 2019. No entanto, a metodologia destes dois bancos de dados é distinta entre si, enquanto o UCDP se limita a dados quantitativos e números de mortes para classificar um conflito armado, o HIIK não se prende unicamente a esse critério. O Instituto de Heidelberg classifica o conflito como “conflito político”, assim definido:

Uma diferença posicional entre pelo menos dois atores assertivos e diretamente envolvidos em relação aos valores relevantes para uma sociedade, estes são realizados usando medidas de conflito observáveis e inter-relacionadas que estão fora dos procedimentos regulatórios estabelecidos e ameaçam as funções essenciais do Estado, ordem internacional, ou tem a perspectiva de fazê-lo [...] a essência de um conflito político reside em uma contradição, adequadamente representada pelo conceito de

uma diferença posicional: uma diferença posicional é uma incompatibilidade percebida de ideias e crenças²⁴ (HIIK, 2020, tradução nossa).

Em vista desta definição de conflito político, o HIIK considera que ocorreu um conflito no Kosovo com base nos seguintes parâmetros. O conflito ocorreu entre partidos políticos (Vetevendosje, LDK, Serbian List) contra o governo, motivado pelos seguintes itens: ideologia, poder nacional e predominância subnacional²⁵. Não se tratou de um conflito intenso, e sim de um episódio de disputa nos anos de 2015 e 2019 e de crise violenta dos anos de 2016 a 2018.

Entende-se a disputa como um conflito não violento, e a crise violenta como uma situação em que determinado(s) ator(es) usa(m) esporadicamente a força contra pessoas ou coisas (HIIK, 2020). A metodologia do HIIK é uma metodologia distinta da que foi proposta neste trabalho, e apenas foi apresentada aqui para indicar que há possibilidade de contabilizar conflitos, ainda que de baixa intensidade, no território kosovar.

2.3.1 O baixo nível de violência política Kosovar

Para medir a violência política no Kosovo utilizam-se três variáveis distintas: os golpes, protestos e terrorismo, mensuradas por meio de três bancos de dados, o ACLED, o *Polity IV* e o *Our World in Data*. No que tange aos protestos, é válido salientar que não foram encontrados registros de protestos no país europeu durante o recorte temporal delimitado. O *Global Protest Tracker* – um mapa interativo de protestos mundiais elaborado pela *Carnegie Endowment for International Peace* – foi consultado e este também não apresentou dados para a existência de protestos no Kosovo.

O *Polity IV* foi consultado para delimitar os golpes de Estado – que incluiriam as tentativas de golpes de Estados, os golpes de Estados falhos e golpes de Estados bem sucedidos – porém, este indicou que não houve nenhum golpe de Estado no Kosovo durante o período de 2008 a 2019. A ausência de dados nesse caso pode indicar um cenário positivo para o país

²⁴ No original: “A political conflict is a positional difference between at least two assertive and directly involved actors regarding values relevant to a society which is carried out using observable and interrelated conflict measures that lie outside established regulatory procedures and threaten core state functions, the international order, or hold the prospect of doing so. [...] The essence of a political conflict lies in a contradiction, adequately represented by the concept of a positional difference: a positional difference is a perceived incompatibility of ideas and beliefs” (HIIK, 2020). Para mais informações acessar o seguinte site: <https://hiik.de/hiik/methodology/?lang=en>.

²⁵ Isto significa que, no que tange a “ideologia” o objetivo dos atores é: mudança da orientação ideológica, religiosa, socioeconômica ou jurídica do sistema político ou mudança do tipo de regime; “poder nacional” se refere ao controle do Estado e “predominância subnacional” diz respeito ao controle de um governo, uma organização não governamental ou uma população sobre um território ou população (HIIK, 2020).

européu. Os protestos surgem quando a população não está satisfeita com alguma entidade política, governo ou instituição e os golpes de Estado ocorrem quando há a tomada forçada do poder (ACLED, 2019).

O fato de não ter ocorrido estes protestos no Kosovo pode indicar três possibilidades: 1) que a população se encontra satisfeita com o governo e instituições a ponto de não realizar uma demonstração pública de insatisfação com o cenário atual; 2) que a população não acredita ou não tem a cultura de realizar protestos; 3) ou até mesmo que esse evento não acontece, pois tem consequências negativas para os envolvidos, como a repressão por parte do governo ou de outra instituição presente no país. O golpe de Estado pode estar relacionado ao conflito político – entre partidos políticos – que ocorre no país, porém, as inexistentes tentativas de golpes podem demonstrar que os partidos políticos acreditam que conseguem resolver a situação de forma pacífica ou que nunca houve tensão e atrito suficiente para gerar uma tentativa de golpe.

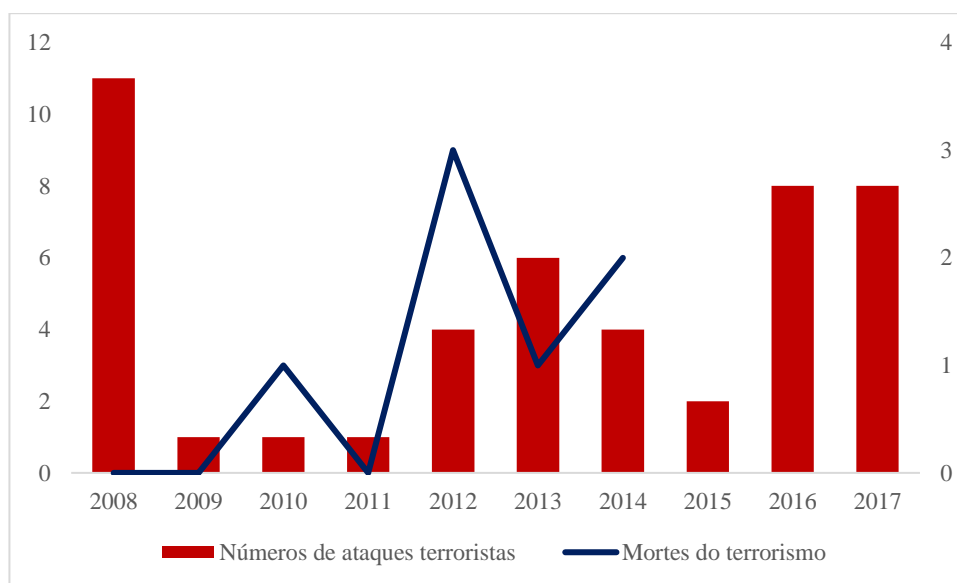
A figura 5 demonstra o número de ataques e o número de mortes decorrentes do terrorismo. Aqui o terrorismo é definido como: “ameaça ou uso real de força ilegal e violência por um ator não estatal para atingir uma meta política, econômica, religiosa ou social por meio do medo, coerção ou intimidação” (OUR WORLD IN DATA, 2018, tradução nossa). Os atores que perpetraram essa violência foram atores subnacionais, não incluindo ato de terrorismo de estado. Por meio dessa figura, é possível perceber a baixa incidência de ataques, assim como a baixa quantidade de mortes.

O maior número de ataques terroristas foi no ano de 2008, com 11 ataques, seguido dos anos de 2016 e 2017, com 8 ataques em cada ano. E o maior número de mortes decorrentes do terrorismo foi em 2012 e 2014, com 3 e 2 mortes, respectivamente. Percebe-se que a incidência de ataques é mais frequente do que as mortes, e que o maior número de mortes não está diretamente associado ao ano com mais ataques. Um motivo que poderia explicar o porquê de a ocorrência de ataques ser maior do que o número de mortes são os ataques serem perpetrados a bens e não a pessoas. Segundo o *Global Terrorism Database*, durante os anos de 2015 a 2017 muito dos ataques foram direcionados a propriedades. O banco de dados também indica vários possíveis alvos dos ataques terroristas ao longo dos anos, como por exemplo: serviço militar, jornalistas e mídia, o governo, corpo diplomático e cidadãos comuns. Como são alvos bastante específicos, já poderiam por si só explicar o baixo número de mortes.

De forma geral, tendo como base os protestos, golpes e terrorismo, é possível dizer que a violência política no Kosovo é extremamente baixa. A violência política, segundo Besley e Persson (2011), é a marca registrada de governos fracamente institucionalizados. Como esta

violência no Kosovo possui baixa incidência, presume-se que o Kosovo possui um governo institucionalizado e estável, o que poderia indicar uma tarefa, até o momento, bem sucedida do processo de construção do Estado.

Figura 6. Número de ataques terroristas e mortes decorrentes do terrorismo no Kosovo, 2008 - 2017



Fonte: elaborado pela autora com base em Global Terrorism Database (2018) e Our World in Data (2018)

Relacionando a variável dependente com a variável interveniente, é possível dizer que esta última foi bastante significativa nos cenários de conflito armado e violência política e foi responsável por gerar estabilidade ao país. A presença da Otan certamente contribuiu para a não existência de conflitos armados no país, e a assistência das missões internacionais, como a UNMIK, EULEX e OSCE, colabora para o fortalecimento de instituições no Kosovo, o que acarreta uma baixa violência política.

Em suma, este capítulo apresenta a história do Kosovo, ressaltando seu passado como parte integrante da Iugoslávia, o conflito armado com a Sérvia em 1996, seu processo de independência e também os anos mais recentes. Realizou-se uma breve análise a respeito do processo de construção do Estado no país, indicando suas três principais dificuldades. Os dados estatísticos foram utilizados para apresentar os indicadores militares e econômicos, apontando para baixos gastos militares e transferência de armamentos, assim como um crescimento forte e estável da economia ao longo dos anos.

A interferência estrangeira é explorada com base no relacionamento do Kosovo com a Otan, com a ONU e com as missões internacionais— como a da União Europeia – presentes em seu território. O capítulo também exhibe os indicadores do conflito armado e da violência política no Kosovo, indicando que não houve conflito armado no país segundo o UCDP. Em relação à violência política, o país europeu não apresenta dados para protestos e golpes, porém, exhibe para o terrorismo. Estes indicam a baixa incidência de violência política na região, o que pode significar mais estabilidade para o país.

De forma geral, como já ressaltado anteriormente, há uma forte conexão entre as variáveis, principalmente entre a variável independente e dependente com a variável interveniente. Em resumo, a interferência estrangeira condiciona o processo de construção do Estado e o conflito armado e a violência no Kosovo, pois sua influência é responsável por isentar o estado de certas tarefas do processo de construção do Estado e o faz focar em outras primordiais e gera a estabilidade para o país com uma economia estável, assim como um cenário isento de conflitos armados e violência política.

Vale ressaltar que a variável dependente também se associa com a variável independente. A trajetória militar e a trajetória econômica são bastante compatíveis, essas se mostram constantes e ascendentes ao longo do ano. Esse cenário de estabilidade econômica no país se relaciona com a baixa violência política, indicando que, se o governo e o país como um todo se encontram estáveis, não há motivo para protestos ou para tentativas de golpes de Estados. Os baixos gastos militares, principalmente a quase inexistente transferência de armamentos, se relacionam com a não existência de conflitos armados na região. Se não tem conflito, não há necessidade de gastar mais com o âmbito militar do que com os outros âmbitos.

Consequentemente, levando em consideração o modelo de análise proposto no capítulo um, conclui-se que o Kosovo já realizou [e ainda está realizando] a consolidação do Estado. A hipótese deste trabalho é que “o conflito armado e a violência estão associados com as tarefas iniciais da construção do estado”, porém, aqui neste capítulo, é possível perceber que, mesmo o Kosovo realizando as tarefas iniciais do processo de construção do Estado, ele ainda é um país isento de conflito armado e violência. E o motivo para isso é a influência e peso que a interferência estrangeira tem nos resultados finais das duas outras variáveis. A hipótese aqui é comprovada parcialmente devido a variável interveniente. O próximo capítulo apresentará a realidade do Sudão do Sul e seu processo de construção de Estado também será analisado com base na análise qualitativa e nos indicadores estatísticos.

3 TERCEIRO CAPÍTULO

O objetivo principal deste capítulo é fazer o estudo de caso do Sudão do Sul. O capítulo é constituído por uma análise qualitativa e por dados estatísticos, e em função disto é dividido em três seções distintas. A primeira seção apresenta uma linha do tempo da formação do Sudão do Sul, contando sua trajetória e desenvolvimento, desde antes de sua independência até seus principais conflitos e dias atuais. Grande parte dessa seção está baseada nas contribuições de Matthew LeRiche e Matthew Arnold (2013) e nas informações fornecidas pelo UCDP.

A segunda seção apresenta a análise da variável independente e interveniente (construção do estado e interferência estrangeira) no caso do Sudão do Sul. A análise atual sobre o processo de construção do Estado no Sudão do Sul é feita com base na bibliografia de Redie Bereketeab (2014), e os dados militares e econômicos provêm do SIPRI, UCDP, *Small Arms Survey* e *World Bank*. A interferência estrangeira é analisada à luz de Charles Mutasa e Kudrait Virk (2017) e Matthew LeRiche e Matthew Arnold (2013). E, por fim, a terceira seção exhibe a análise da variável dependente (conflito armado e violência política) apresentando informações de banco de dados como ACLED, *Polity IV* e *Our World in Data*.

3.1 DA GUERRA CIVIL SUDANESA À DECLARAÇÃO DE KARTHOUIM

O Sudão do Sul, localizado na África Subsaariana, conquistou sua independência em relação ao Sudão em 2011 e, desde então, vem passando por períodos extremos de instabilidade. O país foi palco de uma guerra civil em 2013, e, apesar dos tratados de paz e acordos de cessar-fogo realizados ao longo dos anos, a situação sul sudanesa ainda é alarmante. Considerado o país mais novo do mundo, é também um dos países com uma das mais graves crises humanitárias da atualidade: dos estimados 12 milhões de habitantes, 6 milhões estão em situação grave de fome e necessitam de assistência alimentar e 4 milhões se encontram deslocados internamente (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2019).

A intensa crise humanitária também é percebida pelos dados emitidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que indica que o país possui mais de dois milhões de refugiados e requerentes de asilo. Além disso, a guerra civil teria provocado em torno de 383 mil mortes, segundo um estudo realizado pela *London School of Hygiene & Tropical Medicine*, parte das mortes estaria associada diretamente à violência armada e o restante delas às consequências do conflito, como o colapso do sistema de saúde, a falta de comida e a perda dos meios de subsistência (ONU, 2019). O estudo do Sudão do Sul

detém, assim, uma enorme importância, justamente por ser um dos países mais novos do mundo e o que possui uma das mais agudas crises humanitárias da contemporaneidade.

A nacionalidade dos habitantes deste país africano é chamada de Sul-Sudanesa. Suas etnias incluem majoritariamente os dinka (35,8% da população), os nuer (15,6% da população), os shilluk, dentre vários outros. A língua oficial do país é o inglês, mas também o árabe e as línguas regionais: sinka e nuer. A religião predominante é a animista em conjunto com o cristianismo e o islamismo. O país é uma República Presidencial, a capital é a cidade de Juba e possui – originalmente – dez estados ou divisões administrativas. A economia do país é dependente de seus recursos naturais, é o país com uma das áreas agrícolas mais ricas da África, com solos férteis e abundante, no entanto, grande parte das receitas orçamentárias do país advém de suas regiões ricas em petróleo (WORLD FACTBOOK, 2020).

Por conseguinte, para uma melhor compreensão da realidade do país africano é necessário conhecer seu passado. O estabelecimento do Sudão do Sul como nação encerrou uma dolorosa transformação: de uma região contestada dentro do país (“Sul do Sudão”) a um Estado independente (a República do Sudão do Sul). Os sulistas contestaram a unidade do Sudão em duas guerras civis que se prolongaram por grande parte da segunda metade do século XX. A Primeira Guerra Civil estendeu-se de 1955 a 1972 e foi em grande parte confinada ao Sul; esta luta foi responsável por cerca de 500.000 vítimas e quase um milhão de civis deslocados internamente. A Segunda Guerra Civil, de 1983 a 2005, se espalhou pela metade norte do Sudão, deixando pelo menos dois milhões de mortos, e quatro milhões de deslocados internos. Esta foi concluída em 9 de janeiro de 2005 com a assinatura do “Amplio Acordo de Paz”, comumente referido como *Comprehensive Peace Agreement* (CPA) (LERICHE, ARNOLD, 2013).

Na época da independência do Sudão (em 1953), o Sul do Sudão existia em termos identitários e de imaginação política, mesmo que não fosse reconhecido como tal por Cartum (capital do Sudão). A Primeira Guerra Civil Sudanesa ocorreu entre o governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Sul do Sudão (SSLM, na sigla em inglês), as motivações da guerra estavam pautadas nas aspirações independentistas dos territórios do Sul - estes desejavam mais representação e autonomia regional - assim como nas diferenças étnicas e religiosas, já que o norte do Sudão era predominantemente muçulmano, enquanto a região sul era mais voltada ao cristianismo e as religiões indígenas²⁶. A guerra terminou com o “Tratado de Adis Abeba”, que

²⁶ Os cristãos, principalmente católicos romanos, anglicanos e presbiterianos, representam cerca de três quintos da população do Sudão do Sul. O restante da população é uma mistura de muçulmanos e aqueles que seguem religiões animistas tradicionais. Embora os animistas compartilhem alguns elementos comuns de crença religiosa, cada

concedia certa autonomia ao sul do Sudão, entretanto, o tratado não conseguiu dissipar as tensões e não atendeu a todas as demandas do Sul. Deste modo o país viveu uma frágil paz durante 11 anos até a eclosão da Segunda Guerra Civil (MOMODU, 2020).

A Segunda Guerra Civil Sudanesa foi um conflito que durou 22 anos e os atores desta guerra foram: o governo central de Cartum e o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, na sigla em inglês). Um dos motivos para a guerra foi a violação dos termos do “Tratado de Adis Abeba”, exemplo disso ocorreu quando o então presidente Yaffar al Numeiry impôs a Lei *Sharia* em todo o país em 1983 e aboliu a Região Autônoma do Sudão do Sul, de maioria cristã. Em resposta a essa ação, rebeldes do Sul do Sudão formaram o SPLA para lutar contra o governo central em Cartum (MOMODU, 2018). A guerra terminou em 9 de janeiro de 2005, com a assinatura do Amplo Acordo de Paz (CPA, na sigla em inglês), entre o regime do presidente sudanês Omar al-Bashir e o SPLA.

Em seu cerne, o Amplo Acordo de Paz foi um compromisso que permitiu ao sul do Sudão um referendo sobre a independência total, mas somente após um período provisório e obrigatório de seis anos durante o qual os signatários se comprometeram a "tornar a unidade atraente". Em outras palavras, embora um Sudão do Sul independente pudesse ser uma possibilidade, a perpetuação do Sudão do Sul deveria ser tentada²⁷ (LERICHE, ARNOLD, 2013, p.17, tradução nossa)

Nesse sentido, o Amplo Acordo de Paz foi significativo, pois permitiu ao Sul do Sudão a criação de um governo regional autônomo, a manutenção do SPLA como uma força armada defensiva oficial e uma constituição nacional provisória. As disposições estabelecidas pelo acordo durante o período provisório, de julho de 2005 a julho de 2011, se provaram um processo complicado e frequentemente contencioso. As atividades realizadas durante esse período fracassaram em tornar a unidade atraente para os eleitores do Sul, que votaram quase unanimemente pela separação no referendo de independência (LERICHE, ARNOLD, 2013).

Apesar de suas falhas, o Amplo Acordo de Paz, conforme exemplificado por Matthew LeRiche e Matthew Arnold (2013), forneceu um meio relativamente pacífico para transformar o Sul do Sudão em Sudão do Sul, e este meio foi o referendo reconhecido internacionalmente. É válido ressaltar a grande conquista do Acordo ao ter proporcionado o fim da guerra entre o Norte e o Sul. Durante este período, o Governo do Sul conseguiu fundar os alicerces para a

grupo étnico tem sua própria religião indígena. Praticamente todas as religiões africanas tradicionais do Sudão do Sul, eles compartilham a concepção de um espírito elevado ou divindade, geralmente um deus criador (BRITANNICA, 2019).

²⁷ No original: “At its heart, the CPA was a compromise that allowed Southern Sudan a referendum on full independence, but only after a mandatory six-year interim period during which the signatories were committed to ‘making unity attractive’. In other words, while an independent South Sudan might be a possibility, Southern Sudan’s perpetuation was to be attempted” (LERICHE, ARNOLD, 2013, p.17).

futura República do Sudão do Sul, por meio da criação de: burocracia, estruturas judiciais e exército. Contudo, o Acordo também destacou os profundos desafios que definiriam as lutas futuras do Sudão do Sul, como sua falta de infraestrutura e pobreza extrema, os baixos padrões básicos de qualidade de vida e a tendência para a violência Sul-Sul em função da existência de diversos grupos armados.

O referendo ocorreu em janeiro de 2011, e a maioria da população da região sul (99%) votou a favor da independência. Esta ocorreu alguns meses depois, em 9 de julho de 2011. Entretanto, a independência foi pautada por inúmeros problemas. O país se envolveu em um conflito interno assim que o novo regime de Juba, a capital, foi desafiado por dois grupos rebeldes: o Movimento Democrático do Sudão do Sul (SSDM/A, na sigla em inglês) e o Movimento de Libertação do Sudão do Sul (SSLM/A, na sigla em inglês). Ambos os grupos eram financiados pelo Sudão e a luta começou um mês após a independência do país e continuou até 2012 e meados de 2013 (UCDP, 2018).

O conflito com o SSDM/A terminou em fevereiro de 2012 após negociações entre o grupo e o governo do Sudão do Sul, já o conflito com o SSLM/A só terminou em 2013 após o presidente, Salva Kiir, anunciar um perdão presidencial a todos os rebeldes ativos na região. Os líderes do grupo rebelde aceitaram a anistia e finalizaram a rebelião, o exército do SSDM/A integrou-se então ao Exército Nacional do Sudão do Sul (SPLA). Durante este biênio inicial do país, de 2011 a 2012, a região, além do conflito interno, enfrentou também um conflito interestatal com o Sudão (UCDP, 2018).

As relações entre ambos os países permaneceram hostis mesmo após a independência, e o principal motivo para isto advém das questões não resolvidas durante o período provisório do Ampla Acordo de Paz, como por exemplo as fronteiras não delimitadas entre as duas regiões. Em março de 2012, o conflito armado se intensificou em virtude da disputa por Heglig, uma região rica em petróleo. O conflito foi marcado por inúmeros bombardeamentos em campos de petróleo e em cidades, e apenas terminou no final de 2012 após vários acordos de paz assinados entre os dois países (*Addis Ababa Peace Agreements 2012*). Os acordos não finalizaram as hostilidades entre eles, e o Sudão continuou a bombardear áreas do Sudão do Sul. No entanto, a situação se acalmou em 2013 e não chegou a alcançar o seu limite (UCDP, 2018).

Durante o biênio de 2013-2014 a situação no Sudão do Sul chegou a níveis extremos de violência com o início de uma guerra civil no país (vale lembrar que este conflito armado será melhor aprofundado na terceira seção). Dois novos grupos rebeldes surgiram: o Movimento Democrático do Sudão do Sul – Facção da Cobra (SSDM/A Cobra Faction, na sigla em inglês),

leal ao presidente Salva Kiir, e o Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição (SPLM-IO In opposition, na sigla em inglês), leal ao antigo ex-vice-presidente Riek Machar. O conflito começou em dezembro de 2013, na capital Juba, após Salva Kiir acusar Riek Machar de tentar dar um golpe de Estado. Mais de 800 pessoas morreram em dezembro daquele ano. É importante ressaltar que há uma dimensão étnica ao conflito, pois Salva Kiir pertence ao maior grupo étnico do Sudão do Sul, os Dinka, enquanto Riek Machar pertence ao segundo maior grupo étnico, os Nuer (UCDP, 2018).

Em agosto de 2015, ambas as partes concordaram em assinar um tratado de cessar-fogo. Uma das recomendações do acordo garantia o retorno de Machar à vice-presidência do país. Em abril de 2016, este retornou à capital Juba e à vice-presidência (BBCNEWS BRASIL, 2011). No entanto, este tratado não foi efetivo e em julho do mesmo ano houve a retomada de fortes conflitos armados. Mais de 300 pessoas morreram e mais de 40 ficaram feridas (ALJAZEERA, 2016). Em 21 de junho de 2018, o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, com apoio do presidente da Uganda, Yoweri Museveni, intermediou um acordo de paz entre os dois líderes. Kiir e Machar assinaram a “Declaração de Khartoum”, que instituiu de forma geral um cessar-fogo e um acordo de paz (CFR, 2020).

A “Declaração de Khartoum” estabelecia três pontos principais. Primeiro: um cessar-fogo permanente dentro do prazo de 72 horas. Este incluía o não envolvimento das partes, separação de forças, retirada de tropas aliadas, abertura de corredores humanitários e a libertação de prisioneiros de guerras e detentos políticos. Segundo: a realização de arranjos de segurança voltados para a construção das forças armadas nacionais, das forças policiais e de outros órgãos de segurança que deveriam ser livres de associações tribais e étnicas, assim como o desarmamento de civis ao longo do país. E por fim, a realização de um período de pré-transição de 120 dias seguido de um período de transição de 36 meses. Este período de transição incluiria o compartilhamento de poder e a preparação para as próximas eleições nacionais (OCHA, 2018).

Em 2019, a situação tornou-se mais branda e o cessar-fogo permaneceu na maior parte do país. A insegurança na região se relacionava com o frágil processo de paz e a falta de transparência do governo. Apesar disso, foi possível perceber progresso naquele ano (ONU, 2020). Em fevereiro de 2020, Kiir e Machar estabeleceram um “governo de unidade” com objetivo de trazer fim ao conflito e estabelecer paz ao país (BEARAK, 2020).

Este governo de unidade fazia parte dos acordos da Declaração de Khartoum e só foi possível devido a concessões feitas por ambas as partes. Kiir concordou em restabelecer os dez

Estados originais do país, revertendo a expansão de trinta e dois estados antes estabelecidos para beneficiar seu grupo étnico - os Dinka - e garantir o controle das terras e recursos naturais. E Machar concordou em voltar para o Sudão do Sul sem sua força de segurança privada e depender da provisão de Kiir para a sua segurança. Muitos desafios ainda existem para se chegar à paz, como, por exemplo, a corrupção que se encontra espalhada pela região, a tentativa de unificar as forças militares para a formação de um exército nacional e a grave crise humanitária (CARNEGIE ENDOWMENT, 2020). Apesar deste governo significar uma evolução para a região, há diversas questões, como o nacionalismo, compartilhamento de poder, instituições e questão étnica – incluindo a sua fragmentação pelo país -, que precisam ser definidas antes que resultem em eventuais tensões no futuro.

3.2 A INSTABILIDADE SUL-SUDANESA

Em agosto de 2011, um governo, uma constituição e instituições de transição foram colocados em prática. Com isso, deu-se início à construção do Estado no Sudão do Sul. O processo de construção do Estado no país enfrenta tanto problemas quanto oportunidades. Em termos de oportunidades, o país é dotado de enormes recursos naturais - como petróleo, zinco, metal, ouro, reservas de água e terras aráveis - e também de benevolência internacional. Já os problemas envolvem conflitos, rebeliões, desafios socioeconômicos, problemas de segurança, entre outros (BEREKETEAB, 2014).

Os diversos problemas do país estão diretamente relacionados com a longa história de marginalização, exclusão, exploração, extrema pobreza e falta de infraestrutura. Em termos de fornecimento de serviços essenciais à população, o país enfrenta enorme dificuldades. Isto significa que o Sudão do Sul precisa investir bastante na construção de infraestruturas sociais e econômicas para a população, como escolas, hospitais e estradas. Em relação aos aspectos de segurança o país também enfrenta enormes desafios, no âmbito da emergência de grupos rebeldes armados, rebeliões e conflito interestatal (BEREKETEAB, 2014).

Outros problemas associados com a segurança, e conseqüentemente com a construção do estado no Sudão do Sul, são: a criminalidade e a corrupção. No entanto, também é importante salientar os potenciais que o país apresenta, a título de exemplo a grande abundância em recursos naturais e a benevolência internacional – como o forte apoio internacional de governos, Organizações não governamentais e ONU (BEREKETEAB, 2014).

De modo geral, os desafios que o Sudão do Sul enfrenta são inúmeros e se transbordam para várias esferas. Alguns podem ser considerados mais urgentes, já outros são intrínsecos ao

país e levarão décadas para serem resolvidos com sucesso. Deste modo, reconhecendo o grande número de problemas, entende-se que não é possível trabalhar e analisar todos eles neste trabalho, sendo assim, os problemas analisados por meio do referencial teórico-metodológico previamente delimitado focarão apenas em alguns problemas do âmbito militar, econômico e de segurança, desconsiderando os outros dilemas existentes. No que tange às oportunidades, apenas a benevolência internacional – no contexto da interferência estrangeira – será analisada. Compreende-se que todos estes fatores afetam (em grande parte negativamente) o processo de construção do Estado no Sudão do Sul.

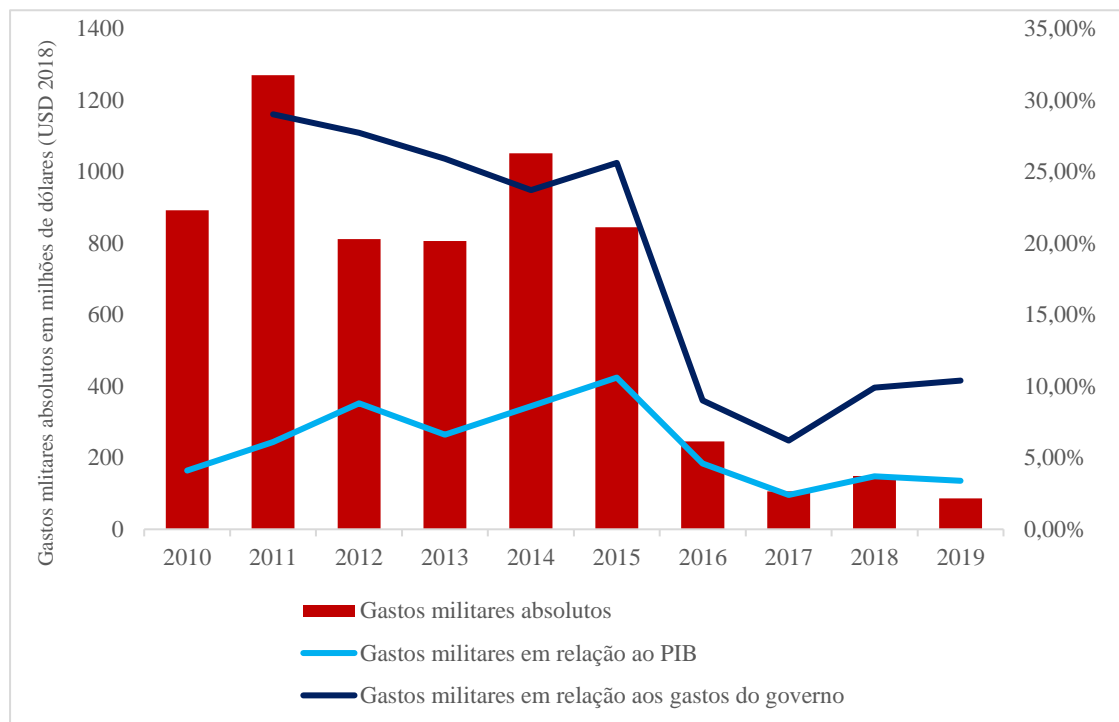
3.2.1 Os excessivos gastos militares destinados ao processo de construção do Estado

Para mensurar o processo de construção do Estado no Sudão do Sul são coletados alguns indicadores específicos, divididos em duas categorias distintas. Os indicadores militares incluem: gastos militares absolutos, gastos militares em relação ao PIB, gastos militares em relação aos gastos do governo e transferência de armamentos. E os indicadores econômicos abrangem: PIB absoluto e o índice de percepção de corrupção. Estes serão analisados à luz das três tarefas determinadas por Ayoob (2007).

A figura 1 indica os gastos militares do Sudão do Sul. É possível perceber que os maiores gastos absolutos foram nos anos de 2011 e 2014. Em 2011, o gasto militar foi de 1,2 bilhões de dólares e correspondeu a 6,1% do PIB. O mesmo padrão se repetiu em 2014, neste ano os gastos foram de pouco mais de 1 bilhão de dólares e correspondeu a 8,6% do PIB nacional. É possível perceber que os gastos militares diminuem consideravelmente a partir de 2016.

Os anos mais intensos, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB e aos gastos do governo, foram os anos de 2011, 2014 e 2015. O ano de 2011 foi o ano em que o país conquistou sua independência e entrou em conflito armado com dois grupos rebeldes e com o Sudão. E 2014 e 2015 foram os primeiros anos da violenta guerra civil no país. A partir de 2016, é possível perceber que estes gastos sofreram uma enorme queda e o motivo para isso advém das várias tentativas de tratados de paz e cessar-fogo. O ano de 2019, por exemplo, possui o menor gasto militar de todos e este foi o primeiro ano após a instituição da Declaração de Karthoum, que colocou fim, em teoria, à guerra civil no país.

Figura 7. Gastos militares em termos absolutos e em relação ao PIB e aos gastos do governo, 2010-2019



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do SIPRI (2020)

Para calcular as transferências de armamentos realizadas pelo Sudão do Sul, a despeito dos dados limitados, são escolhidas as seguintes categorias de armas: “as armas convencionais” (*major weapons*) e “as armas pequenas e armamentos leves” (*small arms and light weapons*). O SIPRI define as armas convencionais como grandes armas com propósitos militares.

Já a ONU define armas pequenas como “aquelas armas designadas para uso pessoal” e armamento leve, como “aquelas designadas para uso por várias pessoas pertencentes a uma equipe.” Na categoria de armas pequenas estão presentes: revólveres e pistolas automáticas, rifles e carabinas, fuzis de assalto, metralhadoras leves e outros. E os armamentos leves podem incluir: metralhadoras pesadas, lançadores de granadas, canhões e outros (SMALL ARMS SURVEY, 2020; ERICKSON, 2015).

Tabela 2. Transferências de armas pequenas e armamentos leves ao Sudão do Sul, 2014-2016

Fornecedor	Descrição e quantidade	Preço	Ano
Ucrânia	Metralhadoras Pesadas (88)	--	2016
	Metralhadoras Leves (170)	--	2016
China (NORINCO)	Sistemas de lançamento e orientação de mísseis guiados (100)	--	2014
	Disparos de míssil (1200)	--	2014
	Rifles Automáticos (9574)	--	2014
	Cartuchos de munição (20M)	--	2014
	Metralhadoras de Uso Geral (319)	--	2014
	Pistolas NP-42 entregues com 2 milhões de cartuchos de munição (660)	--	2014
	Disparos de foguetes anti-tanque (40.0000)	Total China: 21 milhões de dólares	2014

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do UNROCA (2016) e Small Arms Survey (2018)

Como se nota na tabela 2, os dados encontrados sobre armas pequenas e armamentos leves do United Nations Register of Conventional Arms (UNROCA) e do *Small Arms Survey* são extremamente limitados, os únicos anos base disponíveis foram os anos de 2014 e 2016, exibiu-se apenas dois fornecedores e não havia dados disponíveis sobre os outros anos do recorte temporal. Pela tabela, é possível perceber que o ano de 2016 registrou compras de armamentos bastante pontuais, sendo elas apenas metralhadoras e em menor quantidade. Já o ano de 2014 foi exatamente o contrário, as compras foram demasiadamente grandes, não só na diversidade de armas, como também em sua quantidade e preço total, que atingiu a marca de 21 milhões de dólares, sendo este valor direcionado apenas a uma empresa chinesa, a NORINCO.

Tabela 3. Transferências de armas convencionais ao Sudão do Sul, 2011-2019

Fornecedor	Descrição e quantidade	Preço	Ano de pedido	Ano de entrega
Rússia	Helicóptero de Transporte (9)	--	2007	2011
Rússia - intermediado pela Ucrânia	Helicóptero de Combate (6)	42,8 milhões	2014	2015-2016
África do Sul	Veículo Blindado Pessoal Mamba (10)	--	2012	2012
Emirados Árabes Unidos (EAU)	Avião de Caça Typhoon (88)	--	2012	2013-2014
	Veículo de Infantaria - Cougar (85)	--	2014	2014
Estados Unidos (EUA)	Motor a Diesel - VT 400 (25)	--	2012	2012 - 2013
China	Míssil anti-tanque (1200)	14,5 milhões	2013	2014
Uganda	Avião de Treinamento L39 (2)	--	2015	2016
Fornecedor Desconhecido	Aeronave de missão especializada (2)	--	2014	2015

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIPRI (2020)

Tendo como base a tabela 2, é possível perceber que, em relação à transferência de armas convencionais, o Sudão do Sul possuía inúmeros fornecedores ao longo dos anos. Os dados do SIPRI contêm o ano de pedido das armas, assim como o ano de entrega, deste modo, é comum ver armas sendo pedidas em um ano e demorando cerca de 1 ou 2 anos para serem entregues. Uma característica que se destaca na tabela acima são os portes das armas compradas pelo Sudão do Sul, de modo geral, são armas com alto potencial de letalidade, assim como armas com valores e preços bastante elevados. Algumas destas armas, como os aviões de treinamento e os helicópteros de combate, representam compras “segunda mão” e outras, como os aviões de caça, são direcionadas à polícia.

Não há certeza sobre quem é o fornecedor desconhecido, porém, o SIPRI ressalta que há a grande possibilidade de este ser a China. Em relação à compra de 88 aviões de caça dos EAU, estima-se que estes não foram comprados todos de uma vez – devido à alta quantidade –, e sim que foram comprados ao longo dos anos e apenas contabilizados no ano de realização do pedido. Os helicópteros fornecidos pela Rússia, como relatado pelo SIPRI, foram comprados para uso governamental, provavelmente para a Força Área Sul-Sudanesa.

O ano de 2014, segundo dados da figura 1, foi precisamente o ano em que o governo do Sudão do Sul mais investiu em gastos militares, fossem eles absolutos, em relação ao PIB ou

em relação aos gastos do governo. Estima-se que grande parte destes gastos foram destinados para a compra de armamentos, os quais muito provavelmente foram utilizados durante a guerra civil do país. Também se percebe um alto gasto militar nos anos de 2011 e 2015, e estes altos gastos podem ser explicados pela enorme aquisição de armas convencionais que o Sudão do Sul comprou. Como são armas que possuem um valor muito elevado, elas poderiam facilmente ter aumentado este gasto militar do país. A queda nos gastos militares a partir de 2016 poderia então ser explicada pela diminuição nas compras de armas convencionais.

Em relação aos dados de armas pequenas e armamentos leves surgem duas dúvidas pertinentes: por que o valor das transferências de armamentos foi tão alto em 2014 considerando as armas compradas? E por que houve tamanha compra de armamentos em 2016 considerando que era um ano relativamente menos violento para o país? Estas perguntas podem ser respondidas com base na análise dos dados das “armas convencionais”.

Infere-se que as negociações com a China começaram antes de 2014, porém, o desembolso de recursos ocorreu apenas neste ano. Deste modo, esses 21 milhões de dólares e essa alta quantidade de armas podem fazer referência a contratos e compras realizados ao longo dos anos anteriores, mas que apenas foram contabilizados em 2014. O caso da Ucrânia segue a mesma lógica, é provável que as negociações e pedidos tenham sido feitos em anos anteriores, como é o caso de 2014 e 2015, que foram os anos mais intensos da guerra, porém, estes só foram entregues e pagos em 2016, o que sustentaria a ideia de que este foi um ano menos violento para o país se comparado com os anos anteriores.

Por meio desta seção, é possível perceber a forte ligação existente entre os altos gastos militares e a grande quantidade de armas compradas pelo Sudão do Sul ao longo dos anos. O Estado precisou ter a sua disposição a capacidade de fazer guerra para futuramente gerar a paz, e este é exatamente o que o Sudão do Sul está fazendo conforme se verifica na análise de seus gastos militares e transferência de armamentos. Fica claro que o país africano está realizando as duas tarefas do processo de construção do Estado estabelecidas por Ayoob (2007): a guerra e o policiamento.

3.2.2 O declínio da economia em função do conflito armado e crise econômica

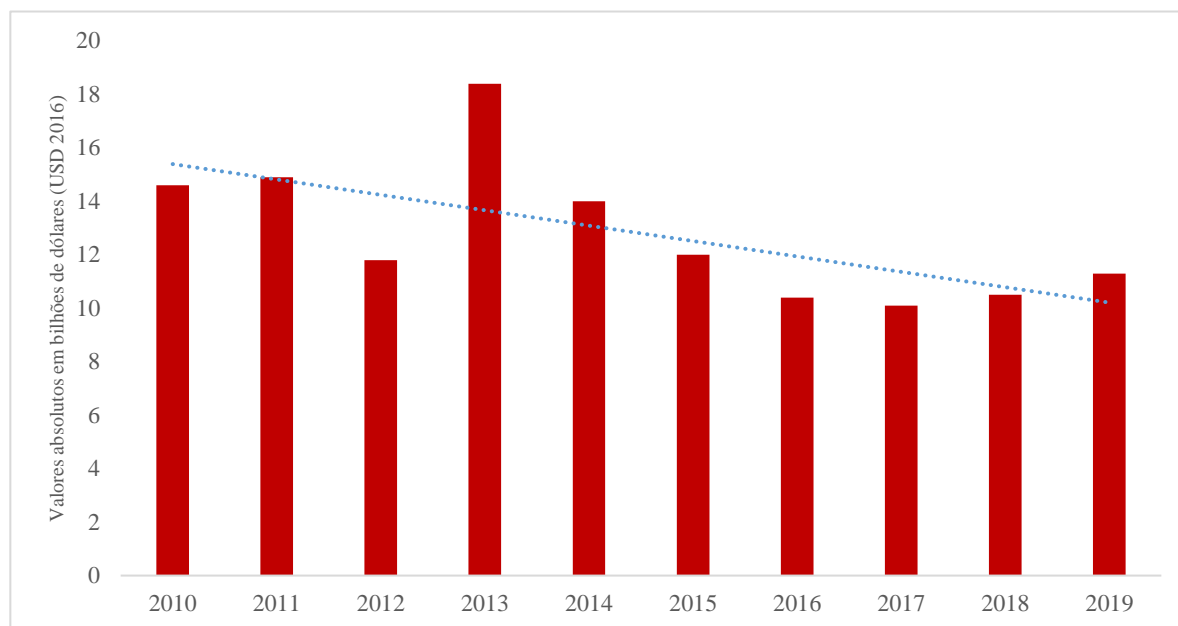
Para os indicadores econômicos, utilizam-se os dados do PIB absoluto e o índice de percepção de corrupção. Os dados para coletar o PIB foram retirados do Banco Mundial, a única limitação encontrada na base de dados foi o recorte temporal, já que este só vai até o ano de

2015. Sendo assim, o PIB absoluto foi coletado até o ano de 2019 com base em informações fornecidas pelo Fundo Monetário Internacional e estimativas e equações realizadas a partir destes dados.

Por meio da figura 2, é possível perceber que o PIB absoluto do Sudão do Sul varia de 11 a 18 bilhões de dólares. O ano de 2013 foi o ano em que o país teve a maior alta do PIB, este chegou a pouco mais de 18 bilhões de dólares, seguido do ano de 2011 e 2014, que tiveram o PIB atingindo quase 15 e 14 bilhões de dólares, respectivamente. A maior baixa do PIB foi no ano de 2017, com 10,1 bilhões de dólares. O triênio de 2016 a 2018 representa o pior declínio do PIB de todo o recorte temporal. O ano de 2019 registrou uma melhora parcial - se comparado com este triênio -, quando o PIB atingiu a marca de 11,3 bilhões de dólares, entretanto, ainda abaixo dos valores registrados nos anos de 2010 a 2015.

A maior indagação que se faz aqui é: por que o PIB diminuiu ao longo dos anos ao invés de aumentar, principalmente levando em consideração os tratados de paz? E os motivos para isso se pautam na profunda crise econômica em que se encontrava o Sudão do Sul. A retomada das hostilidades em 2016 e a queda nos preços globais do petróleo foram os principais responsáveis pela crise. A inflação, segundo o *World Economic Outlook – IMF*, disparou cerca de 550% em setembro de 2016 e diminuiu para 51,2% em 2019. Segundo estimativas do FMI, após a contração de -5,5% em 2017, a economia encolheu -1,1% em 2018 e recuperou 11,3% em 2019. Esta retomada do crescimento deveu-se principalmente à reabertura de alguns campos petrolíferos, à retomada da produção e à Declaração de Karthoum assinada em 2018 (SOCIETE GENERALE, 2020).

O Sudão do Sul é um dos países mais dependentes do petróleo do mundo, *commodity* responsável por quase totalidade das exportações, 90% da receita e mais de um terço de seu produto interno bruto. O início do conflito em dezembro de 2013, combinado com a queda da produção e dos preços do petróleo bruto, fez com que o PIB caísse significativamente entre 2014 e 2017 (WORLD BANK, 2020). Assim sendo, é possível inferir que o PIB do Sudão do Sul, até 2013, estava em uma trajetória ascendente, provavelmente em função do seu petróleo e de seus recursos naturais, no entanto, após esse ano, em consequência do conflito armado e da crise econômica houve uma queda drástica do PIB, o que prejudicou fortemente o país.

Figura 8. PIB absoluto do Sudão do Sul, 2010-2019

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do World Development Indicators (2016) e International Monetary Fund (2019)

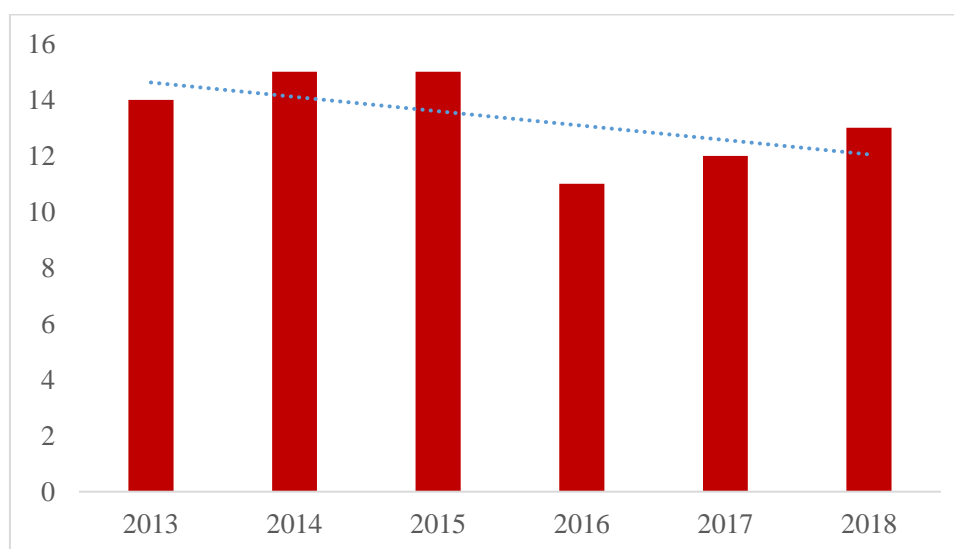
Em relação a figura 3, é possível perceber que o Sudão do Sul possui uma trajetória bastante interessante no que tange à corrupção. O país começou com a corrupção alta no ano de 2013, e essa cresceu e permaneceu constante nos anos de 2014 e 2015. No ano de 2016, a corrupção caiu consideravelmente, atingindo a menor pontuação do recorte temporal, porém, nos próximos dois anos voltou a aumentar de forma significativa. Um motivo que poderia explicar esse alto nível de corrupção no país é a abundância de recursos naturais.

Embora a corrupção possa ocorrer em quase qualquer lugar, é mais comum em lugares que envolvem recursos naturais, especialmente petróleo. Os lucros descomunais associados à extração de recursos naturais são fortes incentivos para o pagamento de subornos em locais onde as políticas públicas e as leis são influenciadas por práticas corruptas para garantir o controle sobre a riqueza natural de um país. Geralmente países ricos em recursos tendem a ser mais corruptos porque lutam com instituições mais fracas e pouca responsabilidade no uso de sua riqueza natural²⁸ (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019).

²⁸ Aqui se torna importante ressaltar que a literatura a respeito da corrupção e economia pode ser bastante controversa e distinta entre si. Apesar de saber que a riqueza, no que tange aos recursos naturais, pode ser responsável pelo aumento da corrupção e enfraquecimento da economia, esta situação não se aplica a todos os casos. Os Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo, cresceram economicamente por causa da abundância de recursos e fortaleceram seu sistema político. Deste modo, é válido ter em mente que a perspectiva apresentada não é a única e não se estende a todas as regiões e países do globo.

A corrupção gera reflexos negativos sobre a economia. E o fundamento para isso está no fato de que índices maiores de corrupção estão atrelados ao maior risco ao país, redução dos investimentos produtivos, internos e externos, menores níveis de produto interno bruto per capita, de competitividade e do crescimento da economia (HAYASHI, 2012). Sendo assim, é possível inferir que a corrupção, atrelada à forte crise econômica presente no Sudão do Sul, pode ter contribuído para a queda significativa do PIB. Analisando as duas figuras, percebe-se que os anos em que o país foi visto com os maiores índices de corrupção, em 2014 e 2015, também foi os anos em que o seu PIB absoluto entrou em uma linha de declínio.

Figura 9. Índice de Percepção da Corrupção do Sudão do Sul, 2013-2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em Transparency International (2018) e Our World in Data (2018)

Tendo como base os indicadores militares e indicadores econômicos, é possível fazer uma associação com as três tarefas básicas do processo de construção do estado delimitadas por Ayoob (2007). Por meio dos indicadores militares, foi possível perceber que o governo do Sudão do Sul deu prioridade às duas tarefas indicadas pelo Ayoob (2007): guerra e policiamento, pois estas representavam não só o monopólio da violência para o estado como também o controle e ordem da população.

É plausível dizer que a guerra e o policiamento foram considerados prioridades para o governo por pelo menos 5 anos, de 2011 a 2015, quando o país mais investiu no âmbito militar. Tal fato marca o início do processo de construção do estado, quando este está mais focado em gastar e investir militarmente do que investir em outras áreas prioritárias para a população, como saúde, educação e infraestrutura.

A terceira tarefa do Estado, a taxaço, pode ser fortemente associada com os índices econômicos. Esta alta taxaço do governo   sociedade está inclusa no PIB do país, porém, também está fortemente associada   corrup o. A corrup o pode limitar a receita do Estado quando prejudica a capacidade dos governos de cobrar impostos de forma justa e eficiente e quando enfraquece a disposi o dos cidadãos de pagar impostos devido   distor o das leis tributárias e   corrup o dos funcionários tributários (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019).

De forma geral, tendo como base os indicadores militares e econômicos escolhidos e as tarefas delimitadas por Ayoob (2007),   possível dizer que o Sudão do Sul está passando pelo processo de constru o do Estado, pois teve, durante muitos anos, como prioridade as tarefas do âmbito militar e o monopólio da violência, deixando de lado muitos aspectos essenciais para a popula o. A partir de 2016, e com a Declara o de Khartoum em 2018, este âmbito militar sofreu uma redu o gradual de investimentos, o que pode indicar uma mudança de dire o do processo de constru o do Estado para outros âmbitos além do militar, como a cria o de fortes institui es estatais.

3.2.3 O bom relacionamento sul-sudanes com atores internacionais

As rela es de Juba com as principais potências assumem grande importância, pois estas são marcadas por papéis políticos, econômicos e humanitários. Juba possui um relacionamento significativo com Washington desde a assinatura do Amplo Acordo de Paz. O principal papel desempenhado pelos EUA durante este período foi pressionar Cartum e apoiar Juba. Após a independência do Sudão do Sul, os EUA declararam que seu papel principal com os dois Sud es seria facilitar as negocia es entre Juba e Cartum, bem como trabalhar pelo desenvolvimento e estabilidade no novo país (LERICHE; ARNOLD, 2013). Os EUA são atualmente o maior doador individual de ajuda humanitária ao Sudão do Sul, com um financiamento superior a 2,1 bilhões de dólares do período de 2014 a 2017 (MUTASA; VIRK, 2017).

A União Europeia e os seus estados-membros também assumem enorme relevância para o Sudão do Sul. A Noruega e o Reino Unido, em conjunto com os EUA, formam a Troika, um importante ator extrarregional que apoiou o processo de paz na região de várias maneiras. A Troika desempenhou um papel significativo na negocia o e implementa o do “Amplo Acordo de Paz”, pressionando os parceiros em conflito a negociar questões particularmente controversas. Em 2017, a Troika emitiu uma declara o conjunta endossando fortemente o fim

imediate de todas as operações militares no Sudão do Sul e apelando ao presidente Salva Kiir para implementar um compromisso de cessar-fogo unilateral. Depois da independência, de forma mais abrangente, o papel dos europeus se concentra bastante nos esforços humanitários (LERICHE; ARNOLD, 2013; MUTASA; VIRK, 2017).

A China é hoje indiscutivelmente o ator bilateral não africano mais influente no Sudão do Sul, e este fato pode ser demonstrado por seu papel no setor petrolífero, o tamanho de seu investimento econômico, na sua presença na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS, na sigla em inglês) e no papel que assume nos acordos de cessar-fogo (CONING; OSLAND, 2020). A política externa chinesa em relação ao país africano pode ser considerada altamente controversa devido ao seu interesse no petróleo. A China é hoje o maior investidor no setor de petróleo do Sudão do Sul, e a estatal *China National Petroleum Corporation* (CNPC) tem uma participação de 40% nos campos de petróleo do país (MUTASA; VIRK, 2017).

A China está provavelmente mais envolvida nos assuntos internos do Sudão do Sul do que com qualquer outro país africano. Pequim usou sua influência para encorajar o governo e os partidos da oposição a negociar, chegar a um acordo e implementar os tratados de cessar-fogo. Também teria usado sua influência econômica para sinalizar que não renovaria e expandiria seu apoio ao governo e à economia do Sudão do Sul enquanto o conflito estivesse em andamento. Essas ações sugerem que, no Sudão do Sul, a China foi além de sua interpretação tradicional do princípio de não-interferência e optou por usar sua contribuição econômica e influência política para ajudar o país e para atingir seus interesses próprios (MUTASA; VIRK, 2017).

Outro relacionamento importante para o Sudão do Sul é com a Organização das Nações Unidas, e em particular com a missão de manutenção da paz da ONU (UNMISS), que possui 16.147 membros e é a principal estrutura organizada para envolvimento externo no Sudão do Sul. Estabelecida em 2011, tem como objetivos principais: proteger os civis; monitorar e investigar abusos de direitos humanos; facilitar a entrega de assistência humanitária; e apoiar o processo de paz da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (VIRK; NGANJE, 2016). Ao longo dos anos as atividades da ONU foram aceitas com suspeita, frustração e confronto frequentes. Apesar de tal insatisfação, para o governo do Sudão do Sul, a ONU é fundamental para manter sua estratégia política mais ampla de apoio e reconhecimento do Ocidente. Assim, o país está disposto a aceitar uma ONU que pode não corresponder a todas as suas esperanças e expectativas (LERICHE, ARNOLD, 2013).

E, por fim, o principal relacionamento do Sudão do Sul com seus países vizinhos faz referência à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês). Este bloco comercial de oito países, com base na África Oriental, possui um importante papel de liderança para acabar com o conflito no Sudão do Sul. Sua atuação se faz presente desde o Amplo Acordo de Paz em 2005. O Sudão do Sul também atrai bastante interesse econômico de seus vizinhos. Atraiu pequenos e grandes investimentos para vários setores de sua economia de países como Uganda, Etiópia, Eritreia, Egito e Quênia. O grande interesse desses países está ligado ao desejo de proteger seus investidores nacionais (KUOL, 2018).

Em vista disso, é possível concluir que, de fato, uma das maiores vantagens que o Sudão do Sul apresenta é a benevolência internacional e a ajuda externa. Esta interferência estrangeira tem sido bastante benéfica para o processo de construção do Estado no país, pois foi responsável por mitigar conflitos, mediar acordos de paz, levar ajuda humanitária e auxiliar nos âmbitos políticos, econômicos e estruturais. É importante ter em mente que o Sudão do Sul é um país que enfrenta inúmeras adversidades e estas não podem ser resolvidas exclusivamente por países e organizações externas, contudo, estes atores foram e ainda são responsáveis por atenuar a conjuntura do conflito armado no país e conseqüentemente ajudaram e ajudam na construção de um ambiente propício para a paz e desenvolvimento, auxiliando assim, direta e indiretamente, no processo de construção do Estado no país africano.

3.3 O CONFLITO ARMADO E A VIOLÊNCIA COMO A REALIDADE DO SUDÃO DO SUL

Para analisar a variável dependente escolheu-se alguns indicadores específicos do conflito armado no Sudão do Sul, assim como indicadores da violência política no país. Para o conflito armado os seguintes dados são analisados: as partes envolvidas, o tipo de conflito, o tipo de violência e o número de mortes. Estes indicadores foram retirados do *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP), pois através dele será possível verificar com mais clareza a gravidade que assume o conflito armado e a violência no Sudão do Sul.

Tendo a tabela como base é possível depreender algumas informações importantes. Os atores destes conflitos sempre são o Governo do Sudão do Sul em oposição aos grupos rebeldes, como o SSDM/A (Movimento Democrático do Sudão do Sul), SSLM/A e SSLM/A – Cobra Faction (Movimento de Libertação do Sudão do Sul/Facção da Cobra) e o SPLM/A-IO (Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição). As exceções são os anos de 2014 e 2015, quando o Governo do Sudão do Sul teve apoio do Governo da Uganda, e o ano de 2019,

quando a oposição do governo foi o NAS (*The National Salvation Front*), um grupo militante que tem como objetivo principal tirar o presidente Salva Kiir do poder.

O tipo de conflito em todos os anos é caracterizado como conflito interno, pois ocorre entre o governo do Sudão do Sul e grupos internos de oposição sem a intervenção de outros estados. As exceções são os anos de 2014 e 2015 que são caracterizados como conflito armado interno internacionalizado, pois ocorreu entre o governo do Sudão do Sul e grupos internos de oposição com intervenção de outro Estado, no caso a Uganda. O tipo de violência é caracterizado ao longo de todos os anos sempre como estatal, não-estatal e unilateral, tal dado significa que a violência provém tanto do governo quanto dos grupos rebeldes ou de algum dos dois grupos quando a violência é direcionada aos civis.

O número de mortes anuais, de forma geral, variou entre 1.100 e 1.200 mortes. Os anos de 2012 e 2019 foram os únicos anos que tiveram mortes abaixo de 1.000, sendo estas 864 e 639 respectivamente. E o ano de 2014 foi o ano mais intenso da guerra civil, totalizando 2.491 mortes. As mortes decorrentes diretamente dos conflitos armados, dos anos de 2011 a 2019, totalizaram 11.178. Deste total, grande parte das mortes vem da violência estatal – 5.436; depois da violência não estatal – 3.701; e por fim, da violência unilateral -2.621 (UCDP, 2020).

Deste modo, tendo como base a tabela e os dados aqui indicados é possível perceber que o Sudão do Sul convive com os conflitos armados desde a sua independência. Estes são extremamente violentos em função do número de mortes e das partes envolvidas. Percebe-se que os anos mais violentos e intensos são os da guerra civil, como o ano de 2014. E que estes diminuíram em intensidade depois de 2018, com o cessar-fogo e a Declaração de Khartoum. Entretanto, apesar deste cessar-fogo, em 2019 outro grupo fez oposição ao governo, indicando que a violência e o conflito armado apesar de menores ainda existem na região.

Tabela 4. Indicadores do Conflito Armado no Sudão do Sul, 2011-2019

Anos	Partes Envolvidas	Tipo de Conflito	Tipo de Violência	Número de mortes
2011	Governo do Sudão do Sul X SSDM/A, SSLM/A	3	1 2 3	1194
2012	Governo do Sudão do Sul X SSLM/A	3	1 2 3	864
2013	Governo do Sudão do Sul X SPLM/A na Oposição, SSDM/A - Facção da Cobra	3	1 2 3	1802

2014	Governo do Sudão do Sul/Governo da Uganda X SPLM/A na Oposição	4	1 2 3	2491
2015	Governo do Sudão do Sul/Governo da Uganda X SPLM/A na Oposição	4	1 2 3	1136
2016	Governo do Sudão do Sul X SPLM/A na Oposição	3	1 2 3	1211
2017	Governo do Sudão do Sul/Governo da Uganda X SPLM/A na Oposição	3	1 2 3	1233
2018	Governo do Sudão do Sul/Governo da Uganda X SPLM/A na Oposição	3	1 2 3	1208
2019	Governo do Sudão do Sul X NAS	3	1 2 3	639

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados presentes em UCDP/GED (2020) e UCDP/PRIO (2020)

3.3.1 A violência política como uma constante na conjuntura Sul-Sudanesa

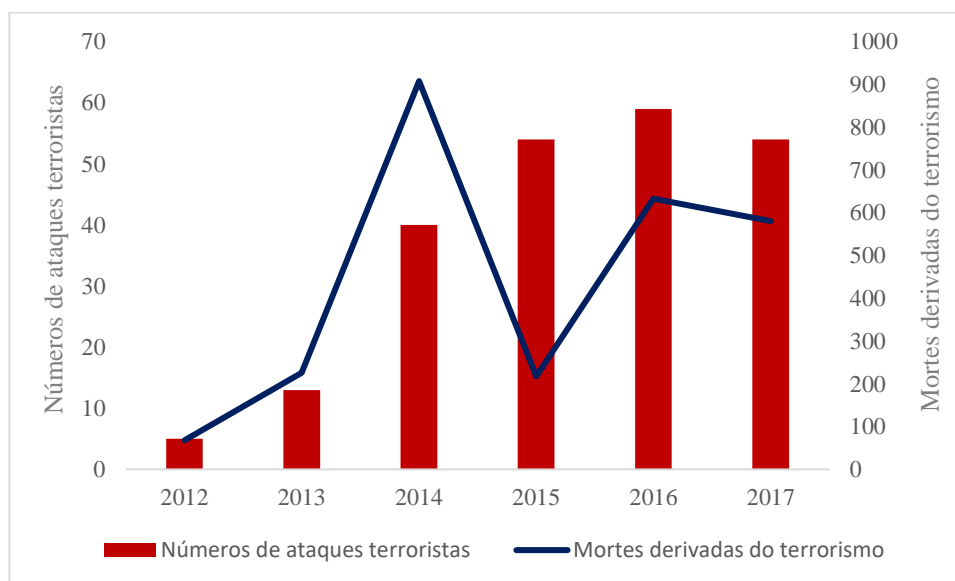
Os indicadores utilizados para medir a violência política são divididos em três categorias: golpes, protestos e terrorismo. Tais dados foram retirados do ACLED e do *Our World in Data* e foram divididos em duas partes diferentes. A primeira parte agrupa as duas primeiras variáveis e o segunda apenas o terrorismo, com seus ataques e números de mortes.

O ACLED não especifica a quantidade de protestos realizados em cada ano, apenas o número total. Do ano de 2011 a 2019, a quantidade de protestos realizados no Sudão do Sul totalizou 237. Já em relação aos golpes de estados, o *Polity IV* especifica que apenas um golpe de estado aconteceu durante este recorte temporal. Esta foi uma tentativa falha de golpe de estado, liderada por Riek Machar contra Salva Kiir, no dia 15 de dezembro de 2013, que acabou resultando em 66 mortes. Mortes estas que aconteceram durante a tentativa de golpe ou que decorreram dela.

A figura 4 indica o número de ataques e o número de mortes decorrentes do terrorismo. A partir deste gráfico, é possível perceber que 2015 e 2016 foram os anos em que ocorreram o maior número de ataques terroristas, com 54 e 59 incidentes, respectivamente. Já o maior número de mortes decorrentes do terrorismo ocorreu em 2014 e 2016, com 908 e 633 mortes, nesta ordem. É possível perceber que o maior número de mortes não, necessariamente, se associa com o maior número de ataques terroristas. Percebe-se também que os maiores ataques

terroristas e a as maiores quantidades de mortes destes ataques ocorreram justamente durante o período de guerra civil no Sudão do Sul, indicando talvez que a meta política desses grupos terroristas era associada ao conflito ou então os ataques eram perpetrados em direção às pessoas e ao governo.

Figura 10. Número de ataques terroristas e mortes decorrentes do terrorismo e do conflito civil no Sudão do Sul, 2012-2017



Fonte: elaborado pela autora com base em Global Terrorism Database (2018) e Our World in Data (2018)

Em síntese, este capítulo apresenta a história do Sudão do Sul, enfatizando a Primeira e a Segunda Guerra Civil Sudanesa, o Amplo Acordo de Paz, que foi essencial para a independência do país, os principais conflitos e também a principal declaração de cessar-fogo. Realiza-se uma análise a respeito do processo de construção do Estado no país, indicando suas principais vantagens e desvantagens. Os dados estatísticos são utilizados para os indicadores militares e econômicos no Sudão do Sul, sendo possível perceber uma clara inclinação para altos gastos militares e transferências de armamentos no ano de 2014 e uma queda significativa a partir de 2016. E a interferência estrangeira é explorada com base na relação do país africano com os EUA, União Europeia, China, ONU e países vizinhos, tendo como conclusão que esta foi e continua sendo benéfica e importante para o processo de construção do Estado no Sudão do Sul.

O capítulo também exhibe os indicadores dos conflitos armados e violência política, incluindo as partes envolvidas no conflito, o tipo de conflito, tipo de violência e os números de mortes. Os eventos classificados como violência política são três e vêm acompanhados de dados

quantitativos. Essa sessão indica a realidade do conflito armado no Sudão do Sul e o quão violento ele é, não só em números de mortes diretas e indiretas da violência armada, como também em eventos que possuem motivações políticas.

De forma geral, é possível fazer conexões entre as três variáveis trabalhadas aqui. A variável dependente se associa fortemente com a variável independente, principalmente tendo como base os indicadores militares. É possível perceber que os gastos militares e as transferências de armamentos estão intimamente ligadas com o conflito armado e sua intensificação, um exemplo disso é o ano de 2014, que possuiu o maior investimento em gastos militares do recorte temporal, assim como uma grande quantidade de compra de armamentos fornecidos pela China, por consequência, este também foi o ano com maior número de mortes ultrapassando a casa dos 2000.

Se feita a análise com as variáveis econômicas percebe-se que o PIB entrou em declínio a partir de 2014, os motivos para este fato estão associados ao conflito armado em adição à crise econômica e à corrupção. Os protestos no Sudão do Sul, ao longo do recorte temporal, totalizaram 237, há uma grande possibilidade de os protestos terem sido feitos em função da intensificação do conflito, mas também pela piora na economia e na qualidade de vida da população ao longo dos anos. Outro ponto bastante significativo faz referência aos gastos militares e ao PIB, é fato que ambos diminuíram consideravelmente a partir de 2016, porém, analisando ambos os gráficos, salienta-se que os gastos militares cresceram em uma proporção bem maior do que o PIB do país.

Em relação à interferência estrangeira, é possível dizer que a grande força do Sudão do Sul é a sua ajuda humanitária, porém, o país também recebe bastante interferência no que tange à mitigação do conflito – como o papel da Troika e a missão de paz da ONU. É possível inferir que esta interferência externa foi importante e significativa para o país, pois pode ter impedido a intensificação do conflito, o que também pode ter contribuído para o processo de construção do estado que está em curso no Sudão do Sul. Deste modo, verifica-se que a variável interveniente acabou atuando – mesmo que discretamente – tanto na variável dependente (devido à mitigação de conflitos e à ajuda humanitária) quanto na variável independente (em função de venda de armamentos, recursos naturais e investimentos estrangeiros).

Consequentemente, levando em consideração o modelo de análise proposto no capítulo um, conclui-se que há uma forte relação entre as variáveis dependentes e independentes e uma ligação – mesmo que ainda estreita – de ambas com a variável interveniente. A literatura do Estado falido pode ser enviesada por considerar que todos os países devem ser iguais e estar no

mesmo nível, porém, como indica Charles Tilly (1975), os países europeus modernos levaram centenas de anos para completar seu processo de construção do Estado e este foi marcado por muita violência e morte, então se torna injusto e errôneo querer classificar o Sudão do Sul como um país falido, pois ele ainda não teve tempo suficiente para completar as tarefas deste processo de construção do Estado e se tornar um Estado moderno.

Por meio da análise qualitativa e dos dados quantitativos presentes neste capítulo, é possível perceber que o Sudão do Sul já deu início as suas tarefas do processo de construção do Estado, pois ele já começou a realizar as três tarefas estabelecidas por Ayoob (2007). O fato é que o processo de construção neste país é complexo devido ao seu passado conturbado e aos seus inúmeros problemas atuais, e estas questões estruturais, econômicas e sociais não fazem do país um Estado falido, e sim um Estado frágil como indicado na classificação do Índice de Fragilidade dos Estados²⁹.

É possível perceber uma queda na prioridade militar a partir de 2016, porém, o número de mortes continuou estável, presumindo-se que os fracassados acordos de paz e cessar-fogo criaram uma expectativa quanto à diminuição do conflito, porém, a realidade, no que tange à violência, se mostrou distante, já que não houve uma diminuição drástica no número de mortes. Talvez a queda nos gastos militares possa indicar o caminhar do Sudão do Sul para outras tarefas existentes no processo de construção do Estado: como a criação e fortalecimento das instituições estatais, porém, o alto número de mortes e a contínua violência pode apontar para um caminho bastante gradativo e intenso.

Posto isso, este capítulo auxilia na confirmação da hipótese já estabelecida, pois entende que o Sudão do Sul já deu início ao seu processo de construção do Estado, porém, este se encontra em suas tarefas iniciais, o que resulta no conflito armado e na violência do país. Deste modo, é possível alegar que o Sudão do Sul ainda vive um cenário bastante negativo e violento, somado a seus inúmeros problemas que podem prejudicar fortemente este processo de construção do Estado nos próximos anos. A expectativa no curto prazo é um cenário desfavorável e complexo para o país africano considerando a sua atual realidade. Contudo, o

²⁹ O “Índice de Fragilidade dos Estados”, produzido pelo Fundo para a Paz (FFP), é uma ferramenta crítica para destacar não apenas as pressões normais que todos os estados experimentam, mas também para identificar quando essas pressões estão superando a capacidade dos Estados de gerenciá-las. É um índice que apresenta a fragilidade do Estado por meio do acompanhamento de suas inúmeras vulnerabilidades. Seus indicadores são divididos em 4 categorias diferentes: coesão (segurança, elites e queixas de grupos); economia (declínio, desenvolvimento econômico e fuga de cérebros); política (legitimidade política, serviços públicos e direitos humanos) e social (pressões demográficas, refugiados e intervenção externa). De 178 países, o Sudão do Sul se encontra na 3ª posição com uma pontuação de 110,8, quanto mais próximo da primeira posição e do total máximo da pontuação (120) mais frágil um país é.

país também tem algumas vantagens como a benevolência internacional, e o fato de já ter dado início as tarefas de construção do estado, o que pode indicar um cenário positivo para um futuro a longo prazo.

CONCLUSÃO

Este trabalho realiza o estudo de caso do Kosovo e do Sudão do Sul, e a partir das informações aqui presentes foi possível concluir que a hipótese foi alcançada apenas de forma parcial. Os motivos para isto são explicados por meio das principais similaridades e diferenças entre os dois países. No que tange ao contexto histórico e à formação do Estado, ambos os países tiveram processos bastante semelhantes, o Kosovo já era considerado um estado autônomo anos antes de sua independência, e o Sudão do Sul (apesar de não ser reconhecido oficialmente por Cartum) já se via como uma identidade regional e autônoma. Ambos vivenciaram conflitos armados com os governos centrais dos quais queriam se separar, o Kosovo por meio do conflito armado com a Sérvia entre 1996 e 1999, e o Sudão do Sul com o Sudão por meio das duas guerras civis sudanesas entre 1955 e 2005.

Os dois países tiveram a intervenção da ONU logo no fim do conflito, e o estabelecimento de um período provisório de governança, antes da decisão final sobre o futuro do país. A maior diferença entre eles neste momento foi a intervenção da OTAN. Esta ocorreu no Kosovo e foi responsável por levar estabilidade ao país, assim como por garantir um processo pacífico de independência, em contraponto com o Sudão do Sul, que não recebeu a intervenção direta desta ou de outra organização e assim atravessou um processo de independência instável e violento, em função do conflito armado que se iniciou um mês após a criação do país. A presença do conflito armado também se mostrou como uma das principais diferenças entre ambos, já que foi uma realidade de todo o recorte temporal do Sudão do Sul e não do Kosovo.

Os principais desafios do processo de construção do Estado para ambos os países fazem referência aos desafios regionais que possuem com a Sérvia e Sudão, assim como problemas internos como a forma de governança e a corrupção no Kosovo, e a marginalização, pobreza, tribalismo e também corrupção e forma de governança no Sudão do Sul. Ambos possuem vantagens e desvantagens em nível internacionais, porém, estes diferem entre si, já que no caso do Sudão do Sul este âmbito é visto de maneira positiva, em função da benevolência internacional e ajuda humanitária, enquanto no Kosovo é visto como adversidade devido ao seu não reconhecimento por alguns países do globo.

As diferenças entre ambos passam a ser marcantes quando se refere aos indicadores estatísticos das variáveis estabelecidas. Em relação aos indicadores militares, no caso do Sudão do Sul, é possível ver altos gastos militares e elevado volume das transferências de armamentos, principalmente nos anos de 2011, 2014 e 2015, que foram os anos mais intensos da guerra civil.

As transferências de armamentos são caracterizadas pela grande quantidade de compras da China em 2014 e pelo poder de letalidade das armas nos anos posteriores, principalmente das armas convencionais adquiridas. Em relação aos gastos militares do Kosovo, estes foram constantes aos longos dos anos – diferente do país africano –, porém, bem pequenos se comparados ao Sudão do Sul. O ano em que o Kosovo mais gastou militarmente totalizou 67,4 milhões de dólares, em contraponto com o maior gasto do Sudão do Sul, de 1,2 bilhões de dólares.

O Kosovo gastou 1 milhão de dólares em 2014 e comprou 10 veículos armados, enquanto o Sudão do Sul gastou apenas neste ano, em armas pequenas, 21 milhões de dólares. Esta enorme diferença entre eles, em relação a gastos militares e importação de armamentos, diz respeito ao fato do Sudão do Sul ser um país que vivenciou o conflito armado em todo o recorte temporal adotado nesta pesquisa, já o Kosovo não. Este também é um país que criou seu exército apenas em 2018, ao passo que o Sudão do Sul tem exército desde a sua independência. A responsabilidade da guerra e do policiamento, duas tarefas essenciais ao processo de construção do Estado, foram terceirizadas à interferência estrangeira no caso do Kosovo e permaneceu sob responsabilidade do governo recém implantado no Sudão do Sul.

No que tange aos indicadores econômicos, é possível perceber que o conflito armado e a grave crise econômica prejudicaram fortemente o Sudão do Sul, tendo em vista o baixo desenvolvimento de sua economia a partir de 2014. A alta corrupção no país também afetou negativamente a economia como um todo, confirmando parte da literatura que afirma haver uma relação de causalidade entre ambos. O Kosovo difere do país africano, na medida em que registrou um bom desempenho da economia ao longo dos anos, que ocorreu em função de suas vantagens comparativas e alta exportação. O Kosovo, apesar de ser um país bastante corrupto – menos corrupto do que o Sudão do Sul –, não teve prejuízos em sua economia, provavelmente porque os atos de corrupção se encontram mais localizados em setores públicos específicos.

A interferência estrangeira no Sudão do Sul foi trabalhada mais no âmbito de suas fortes relações com atores internacionais, como China, EUA, União Europeia e países vizinhos. E esta resultou mais em ajuda humanitária e mitigação de conflitos, contribuindo para o processo de construção do Estado de forma mais leve e menos duradoura. No Kosovo, há uma grande diferença, pois a interferência foi direta por meio da presença das forças de segurança da OTAN no país, assim como a presença de missões internacionais que foram responsáveis por ajudar a consolidar o Estado e a resolver os problemas internos. Aqui, esta interferência é fortemente

atrelada à construção do Estado devido a sua forte atuação e é responsável por afetar as relações causais entre a variável dependente e a independente, o que não ocorre no Sudão do Sul.

No Kosovo não houve a existência de conflitos armados, não tendo também violência política e um alto número de mortes. O único tipo de conflito existente é o conflito político que não causou consequências graves. A violência política no país é bastante baixa, não havendo protestos e golpes de Estados enquanto os ataques terroristas e mortes decorrentes deles são mínimas, pois os ataques foram perpetrados mais contra bens e grupos específicos do que contra a população como um todo. No Sudão do Sul, houve a existência de conflitos armados, assim como uma intensa guerra civil, estes refletem uma alta violência direta em função do número de mortes – 11.178 – e violência indireta no que tange às quase 400.000 mil mortes decorrentes da existência deste conflito.

O país também apresentou altos índices de violência política, com grandes quantidades de protestos e uma tentativa de golpe de Estado, assim como muitos ataques terroristas e um número de mortes decorrentes deles ainda maior, indicando ataques direcionados ao governo, às forças armadas e à população como um todo. A diferença principal entre os dois casos no que tange à violência política faz referência à estabilidade, enquanto o Kosovo tende a ser um país bastante estável e pacífico, o Sudão do Sul se apresenta como instável, violento e não pacífico.

De modo geral, o Kosovo e o Sudão do Sul tiveram um contexto histórico e uma formação similar, porém, resultados bastante distintos e contrastantes entre si. O Kosovo parece estar mais avançado no seu processo de construção do Estado, já que é mais estável militar e economicamente, não possui conflito armado, possui baixa violência política, assim como a presença de uma interferência estrangeira responsável por auxiliar em tarefas como guerra, policiamento, resolução de problemas internos e consolidação de instituições democráticas e governamentais.

Em contraste, o Sudão do Sul possui alto gastos militares, indicando a ausência de investimento em outras áreas essenciais para a população (como saúde e educação, por exemplo), uma economia instável e com baixo desenvolvimento, uma intensa e duradoura lógica de conflito armado responsável por uma grave crise humanitária no país, assim como uma alta violência política com grande incidência de protestos e terrorismo. O país africano não possui uma intervenção estrangeira direta responsável por amenizar seus problemas e auxiliar no processo de construção do Estado.

Assim sendo, é possível perceber que ambos os países estão atravessando o processo de construção do Estado, porém é válido ressaltar que o Sudão do Sul terá mais dificuldade neste processo do que o Kosovo, já que precisará se estabilizar, o que significa acabar com o conflito armado e minimizar os graves problemas de sua crise humanitária. Ambos terão diversos desafios para enfrentar nos próximos anos se quiserem finalizar, o processo de construção do Estado.

Em vista disso, afirma-se que a hipótese inicial proposta foi comprovada parcialmente, pois ela é válida para o Sudão do Sul, porém, não para o Kosovo. Na conjuntura do Sudão do Sul, o conflito armado e a violência estão bastante atrelados a este estágio inicial do processo de construção do Estado – principalmente da guerra e do policiamento –, o que comprova a hipótese, porém, no caso do Kosovo isso não ocorre, pois apesar de estar em um estágio inicial do processo de construção do Estado, o país europeu está livre de conflito e violência. O motivo para o resultado adverso no Kosovo é a variável interveniente.

Em geral, este trabalho apresentou três capítulos. O primeiro foi de enorme importância, pois explicou com detalhe o referencial teórico-metodológico – incluindo o modelo de análise – utilizado, que foi de extrema necessidade para a análise dos estudos de caso, assim como a revisão da literatura, que apresentou definições, conceitos e características essenciais ao processo de construção do Estado, conflito armado e violência política. Os capítulos dois e três apresentaram bastante similaridades entre si, já que foram os estudos de caso dos países. Ambos apresentaram uma linha de tempo de cada país, com uma breve apresentação de seus desafios do processo de construção do Estado e uma análise das variáveis com base em seus indicadores militares e econômicos. O capítulo dois foi voltado para o Kosovo, enquanto o três para o Sudão do Sul, apesar da mesma estrutura é possível encontrar bastantes diferenças entre ambos os casos.

As principais limitações dos trabalhos fazem referência às bases de dados, ao processo de construção do Estado em si e à escolha das variáveis. A base de dados principal utilizada foi o UCDP, porém, este apresenta bastante limitação no que tange às informações relativas ao Kosovo, por isso, foi necessário utilizar uma base de dados complementar, como o HIIK, que só foi citado e não trabalhado mais a fundo em função de sua metodologia distinta daquela proposta. O SIPRI também apresenta limitações sobre dados de transferências de armamentos do Kosovo e também de alguns anos específicos do Sudão do Sul. O UNROCA, *Small Arms Survey* e ACLED não apresentaram informações relativas ao Kosovo. E por fim, o Banco

Mundial apresenta o PIB do Sudão do Sul apenas até 2015, sendo necessário fazer inferências e cálculos a respeito dos anos seguintes.

Acredita-se que se as bases de dados fossem mais completas, mais informações poderiam ter sido coletadas e um resultado mais preciso teria sido alcançado, porém, mesmo com as adversidades, os dados necessários foram coletados, o que contribuiu bastante com a proposta do trabalho. A outra limitação faz referência à escolha da literatura da construção do Estado e as variáveis escolhidas. Este trabalho analisou o processo de construção do Estado com base nas três tarefas estabelecidas por Ayoob (2007) – guerra, policiamento e taxaço – e nos indicadores econômicos, militares e conflitivos.

Entretanto, a teoria de Mohammed Ayoob (2007), os indicadores econômicos, militares e conflitivos, e os bancos de dados conseguiram alcançar com êxito a proposta do trabalho e foram de extrema importância para a hipótese. Acredita-se que a hipótese, mesmo sendo comprovada em parte, é bastante pertinente e ela, em conjunto com o modelo de análise, revisão bibliográfica e estudos de caso, poderão auxiliar em outros trabalhos acadêmicos que buscam trabalhar no âmbito da violência e da construção do Estado. Poderá auxiliar também trabalhos que utilizem outras variáveis e outras perspectivas atreladas ao processo de construção do Estado, como a reconstrução pós-conflito, dando mais enfoque à literatura do *peacebuilding*. Há também a grande possibilidade de a hipótese ser comprovada em outros cenários de conflitos armados e ser influenciada por outra variável além da interferência estrangeira. Foi um trabalho que atingiu sua proposta inicial e que pode servir de inspiração para outros trabalhos nesta mesma linha de concentração ou em linhas semelhantes.

REFERÊNCIAS

ACLED. Armed Conflict Location and Event Data Project. **Full Dashboard**, 2020. Disponível em: <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>. Acesso em: 16 out.2020.

ARMATTA, J. **Twilight of Impunity**: The War Crimes Trial of Slobodan Milosevic. 1. ed. Durham: Duke University Press, 2010.

Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED) Codebook. Wisconsin: Armed Conflict Location & Event Data Project, 2019. [s.n.].

AYOOB, M. State Making, State Breaking and State Failure. In: CROCKER, C. A; HAMPSON, F. O; AALL, P. R. (Eds.). **Leashing the Dogs of War: Conflict Management in a Divided World**. 1. ed. Washington: United States Institute of Peace Press, 2007. p. 95–114.

BEARAK, Mark. South Sudan forges ‘unity government’ in bid to end civil war that has killed 400,000. **The Washington Post**, Washington, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/africa/south-sudan-forges-unity-government-in-bid-to-end-civil-war-that-has-killed-400000-lives>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BENNETT, A. Case Study Methods: Design, Use, and Comparative Advantages. In: SPRINZ, D.; WOLINSKY, Y. (Eds.). **Cases, Numbers, Models**: International Relations Research Methods. [s.l: s.n.]. p. 27–64.

BEREKETEAB, R. Post-Liberation State Building in South Sudan: Potentials and Challenges - Redie Bereketeab. **Journal of African Foreign Affairs**, v. 1, n. 1, p. 25–60, 2014.

BESLEY, T.; PERSSON, T. The Logical of Political Violence. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 126, n. 3, p. 1411–1445, 2011.

BIEZUS, Devlin. Kosovo: por que após 10 anos da declaração de independência sua soberania ainda é limitada? **Medium**, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@devlinbiezus/kosovo-10-anos-declaracao-de-independencia-bbdc466b572>. Acesso em: 02 maio de 2020.

BOAS, M; JENNINGS, K. Insecurity and Development: The Rhetoric of the ‘Failed State’. **The European Journal of Development Research**, v. 13, n. 3, p. 385–395, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Yugoslavia: Peace, War and Dissolution**. 1. ed. Oakland: PM Press, 2018.

CLIONADH, R. et al. Introducing ACLED-Armed Conflict Location and Event Data. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 5, p. 651–660, 2010.

COBRA II. **Army Guide**, 2015. Disponível em: <http://www.army-guide.com/eng/product4113.html>. Acesso em: 07 nov. 2020

COLEMAN, Chloe. Kosovo marks 10 years of independence but its people remain divided. **The Washington Post**, 16 fev. 2018. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/in-sight/wp/2018/02/16/kosovoanniversary>. Acesso em: 02 maio de 2020.

CONING, C. DE; OSLAND, K. M. **China in South Sudan and Mali**. Oslo: [s.n.].

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Civil War in South Sudan**, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/interactive/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-south-sudan/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

Country Risk of South Sudan: Economy. **Societe Generale**, 2020. Disponível em: <https://import-export.societegenerale.fr/en/country/south-sudan/economy-country-risk>. Acesso em: 23 out. 2020.

DEDA, I. The View from Kosovo: Challenges to Peacebuilding and State-building. **Connections**, v. 9, n. 3, p. 87–92, 2010.

DEMI, Agron. The history of the Kosovo-Serbia trade war. **Prishtina Insight**, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://prishtinainsight.com/the-history-of-the-kosovo-serbia-tradewar/#:~:text=Along%20with%20Bosnia%20and%20Herzegovina,goods%20to%20the%20EU%20market.&text=During%20this%2058%20day%20embargo,imports%20from%20Bulgaria%20and%20Macedonia>. Acesso em: 09 nov. 2020.

Diplomatic Recognition. **The Encyclopedia of Diplomacy**, 2018.

DZALTO, D. Yugoslavia: Dreams and Realities. In: DZALTO, D. (Ed.). **Yugoslavia Peace, War, and Dissolution**. 1. ed. Oakland: PM Press, 2018, p. 6-34.

ECK, Kristine. From armed conflict to war: ethnic mobilization and conflict intensification. **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 2, p. 369-388, 2009.

Entenda os fatores envolvidos na independência do Sudão do Sul. **BBC News Brasil**, São Paulo, 08 jul. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110708_sudaosul_q-a_pai. Acesso em: 26 abr. 2020.

ERICKSON, J. L. History and Contemporary Trends in Conventional Arms Export Controls. In: **Dangerous Trade: Arms Exports, Human Rights and International Reputation**. 1. ed. New York: Columbia University Press, 2015. p. 44–72.

FINLAN, Alastair. **The Collapse of Yugoslavia 1991-99**. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

FRAGILE STATES INDEX, 2020. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/methodology/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Fragile States Index. **Indicators**, 2020. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/indicators/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FUKUYAMA, F. **State-building: governance and world order in the 21st century**. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2004.

GLOBAL CONFLICT TRACKER. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/publications/interactive/protest-tracker>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GROMES, T. **NATO's Kosovo Intervention in Overview**. Frankfurt : [s.n.].

GROVOGUI, S. N. Postcolonialism. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 247–265.

GTD. Global Terrorism Database. **Kosovo**, 2020. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?country=1003>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Guerra civil no Sudão do Sul. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**, 2019. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/guerra-civil-no-sudao-do-sul>. Acesso em: 28 jul. 2020.

HAMIDI, Lavdim Kosovo Exports Plunge in Economic Crisis. **Balkan Insight**, 25 nov. 2009. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2009/11/25/kosovo-exports-plunge-in-economiccrisis/#:~:text=According%20to%20Kosovo%20Custom's%20data,of%20about%202%20billion%20euro>. Acesso em: 08 nov. 2020.

HAYASHI, Felipe Eduardo. **O Impacto da Corrupção Sobre o Desenvolvimento Dos Países**. PUC – PR. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d8ab1a52f058358b>. Acesso em 24 out. 2020

HEHIR, Adam. Kosovo is still locked out of the EU ten years after declaring independence – why? **The Conversation**, 16 de fev. 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/kosovo-is-still-locked-out-of-the-eu-ten-years-after-declaring-independence-why-91869>. Acesso em: 02 out. 2020.

HIJK. Heidelberg Institute for International Conflict Research. **Methodology**, 2020. Disponível em: <https://hiik.de/hiik/methodology/?lang=en>. Acesso em: 13 nov. 2020.

HOGBLADH, S_____. UCDP GED Codebook version 19.1. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Uppsala, 2019.

HOGBLADH, S_____. UCDP GED Codebook version 20.1. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Uppsala, 2020.

HOLTOM, P.; PAVESI, I. **Trade Report 2018: Sub-Saharan Africa in Focus**. Switzerland: [s.n.].

IMF Executive Board Concludes Article IV Consultation. **International Monetary Fund**, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/06/04/pr19197-south-sudan-imf-executive-board-concludes-article-iv-consultation>. Acesso em 23. out. 2020.

JAGGERS, K. War and the Three Faces of Power: War Making and State Making in Europe and the Americas. **Comparative Political Studies**, Colorado, v. 25, n. 1, p. 26–62, 1992.

KACOWICZ, A. M. Case Study Methods in International Security Studies. In: SPRINZ, D.; WOLINSKY, Y. (Eds.). **Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods**. [s.l.: s.n.]. p. 91–118.

Khartoum Declaration of Agreement between parties of the conflict in South Sudan. **Office for the Coordination of Humanitarian Affairs**, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/south-sudan/khartoum-declaration-agreement-between-parties-conflict-south-sudan>. Acesso em 17. ago. 2020.

KRAUSE, Keith. On (Political) Violence. **Global Challenges**, abr. 2019. Disponível em: <https://globalchallenges.ch/issue/5/on-political-violence/>. Acesso em: 18 set. 2020.

KUOL, L. **Navigating the Competing Interests of Regional Actors in South Sudan**. Washington: [s.n.].

LAMPE, J. R. Yugoslavia: Former Federated Nation [1929–2003]. **Britannica**, 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-federated-nation-1929-2003>. Acesso em: de nov. 2020.

LERICHE, M.; ARNOLD, M. **South Sudan: From Revolution to Independence**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

MALESEVIC, S. What Is Organised Violence? In: **The Rise of Organised Brutality: A Historical Sociology of Violence**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 9–40.

MARSHALL, M. G.; MARSHALL, G. C. **Global Report 2017: Conflict, Governance, and State Fragility**. Vienna: [s.n.].

MARSHALL, M. G.; MARSHALL, R. **COUP D'ÉTAT EVENTS, 1946-2018**. Vienna: [s.n.]. Mission. **KFOR – NATO**, 2020. Disponível em: <https://jfcnaples.nato.int/kfor/about-us/welcome-to-kfor/mission>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MOMODU, Samuel. First Sudanese Civil War. **Black Past**, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/first-sudanese-civil-war-1955-1972/>. Acesso em: 27 set. 2020.

MOMODU, Samuel. Second Sudanese Civil War. **Black Past**, 23 dez. 2018. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/second-sudanese-civil-war-1983-2005/>. Acesso em: 27 set. 2020.

MUTASA, C.; VIRK, K. **The Role of External Actors in South Sudan**. Cape Town: [s.n.]. https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20190925_What_is_NATO_por_20190808_LD.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

Oito anos após independência, Sudão do Sul ‘viu mais guerra do que paz’, diz ACNUR. **Nações Unidas Brasil**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oito-anos-apos-independencia-sudao-do-sul-viu-mais-guerra-do-que-paz-diz-acnur/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ONU reconhece a independência de Kosovo. **Correio Braziliense**, 23 jul. 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/07/23/interna_mundo,203987/onu-reconhece-a-independencia-de-kosovo.shtml. Acesso em: 21 nov. 2020.

Operational Portal – Refugee Situations. **United Nations High Commissioner for Refugees**, 2020. Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/situations/southsudan#_ga=2.269075509.53416348.1536600562-660995975.1534952835. Acesso em: 28 jul. 2020.

OSCE Mission in Kosovo. **OSCE**, 2020. Disponível em: <https://www.osce.org/mission-in-kosovo>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Corruption**, 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/corruption>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Number of terrorist attacks, 2008 to 2017**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/terroristincidents?tab=chart&time=2012.2017&country=~SSD>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Number of terrorist attacks, 2012 to 2017**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/terroristincidents?tab=chart&time=2012.2017&country=~SSD>. Acesso em: 16 out. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Number of deaths from terrorist attacks, Kosovo, 1970 to 2017**, 2018. Disponível em: https://ourworldindata.org/grapher/deaths-from-terrorist-attacks?country=~OWID_KOS. Acesso em: 02 nov. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Number of deaths from terrorist attacks, South Sudan, 1970 to 2017**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/deaths-from-terrorist-attacks?country=~SSD>. Acesso em: 04 nov. 2020.

PANOVSKI, N. Prelude to a War. **Performing Arts Journal**, v. 18, n. 2, p. 2–12, 1996.

PETTERSSON, Therése; WALLENSTEEN, Peter. Armed conflicts, 1946-2014. **Journal of Peace Research**, v. 52, n. 4, p. 536-550, 2015

PETTERSSON, Therése; WALLENSTEEN, Peter. **UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset Codebook v 19.1**. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Uppsala, 2019

PETTERSSON, Therése; WALLENSTEEN, Peter. **UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset Codebook v 20.1**. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Uppsala, 2019

RICHMOND, O. P. The Legacy of State Formation. In: RICHMOND, O. P. **Failed Statebuilding: Intervention, the State, and the Dynamics of Peace Formation**. 1. ed. London: Yale University Press, 2014. p. 31–61.

REPUBLIC OF KOSOVO. **Kosovo's Economy**, 2020. Disponível em: <https://www.mei-ks.net/en/kosovo/kosovo146s-economy>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Risk and Compliance Portal - Kosovo Corruption Report. **Gan Integrity**, 2020. <https://www.ganintegrity.com/portal/country-profiles/kosovo/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SAMBANIS, N. Poverty and the Organization of Political Violence. In: COLLINS, S.; GRAHAM, C. (Eds.). **Brookings Trade Forum Globalization, Poverty, and Inequality**. 1. ed. Washington: Brookings Institution Press, 2004. p. 165–211.

SARKEES, M.R. The COW Typology of War: Defining and Categorizing Wars. COW War Data, 1816 - 2007 **The Correlates of War Project**, v. 04.

SIKAINGA, Ahmad. South Sudan. **Britannica**, 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/South-Sudan>. Acesso em 21. out. 2020.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Military Expenditure Database**, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 10 out. 2020.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **Trade Registers**, 2020. Disponível em: http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php. Acesso em: 02 nov.2020.

SMALL ARMS SURVEY. **Definitions of Small Arms and Light Weapons**, 2020. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/weapons-and-markets/definitions.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

South Sudan's peace process 'precarious, but progress in being made', Security Council hears. **UN News**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/09/1046682>. Acesso em: 19. abr. 2020.

SPENCER, M. **Separatism: Democracy and Disintegration**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

Srebrenica - Bosnia and Herzegovina. **Britannica**, 2011. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Srebrenica>. Acesso em: 01 nov. 2020.

S Sudan: More than 100 dead on independence anniversary. **Aljazeera**, 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/amp/news/2016/07/south-sudan-scores-dead-independence-anniversary-160709090438275.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Stabilisation and Association Agreement (SAA) between the European Union and Kosovo signed. **European Council**, 2015. Disponível em: [https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/10/27/kosovo-eu-stabilisation-association-agreement/#:~:text=14%3A00Stabilisation%20and%20Association%20Agreement%20\(SAA\)%20between%20the,European%20Union%20and%20Kosovo%20signed&text=%22This%20agreement%20is%20a%20milestone,create%20trade%20and%20investment%20opportunities](https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/10/27/kosovo-eu-stabilisation-association-agreement/#:~:text=14%3A00Stabilisation%20and%20Association%20Agreement%20(SAA)%20between%20the,European%20Union%20and%20Kosovo%20signed&text=%22This%20agreement%20is%20a%20milestone,create%20trade%20and%20investment%20opportunities). Acesso em: 21 nov. 2020.

TILLY, C. Reflections on the History of European State-Making. In: TILLY, C. (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. 1. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1975. p. 3–83.

TILLY, C. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169–191.

The Contact Group. **US Department of State**, 2009. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/p/eur/ci/kv/c13102.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.

The Cost of Corruption. **International Monetary Fund**, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/09/the-true-cost-of-global-corruption-mauro.htm>. Acesso em 24 out. 2020.

The Military Balance: The Annual Assessments of Global Military Capabilities and Defence Economics. Londres, 2020.

THE WORLD BANK. **Arms imports (SIPRI trend indicator values)**, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.MPRT.KD?end=2017&start=1960>. Acesso em: 07. nov. 2020

THE WORLD BANK. **World Development Indicators – GDP (current US\$)**, 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/PopularIndicators#>. Acesso em: 02 nov. 2020.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators – GDP per capita (current US\$)**, 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD/1ff4a498/PopularIndicators>. Acesso em: 02 nov. 2020.

THE WORLD BANK. **South Sudan Overview**, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/southsudan/overview#1>. Acesso em 23 out. 2020.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators – GDP (current US\$)**, 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/PopularIndicators#>. Acesso em: 10 out. 2020.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators – GDP per capita (current US\$)**, 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD/1ff4a498/PopularIndicators>. Acesso em: 10 out. 2020.

THE WORLD FACTBOOK. **Central Intelligence Agency**, 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>. Acesso em: 06 nov. 2020.

TIAN, Nan; KUIMOVA, Alexandra; DA SILVA, Diego Lopes; WEZEMAN, Peter D; WEZEMAN, Siemon. **TRENDS IN WORLD MILITARY EXPENDITURE**, 2019. Estocolmo: [s.n.].

TRADING ECONOMICS. **Kosovo GDP**, 2020. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/kosovo/gdp>. Acesso em: 02 nov. 2020.

TRADING ECONOMICS. **Kosovo GDP per capita**, 2020. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/kosovo/gdp-per-capita>. Acesso em: 02 nov. 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **Government of South Sudan - Government of Sudan**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/statebased/1198>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **Government of South Sudan**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/conflict/11345>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **Kosovo**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/347>. Acesso em: 02 abr. de 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **Serbia (Yugoslavia): Kosovo**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/conflict/412>. Acesso em: 02 maio de 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **South Sudan**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/626>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **South Sudan**, 2020. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/626>. Acesso em: 16 out. 2020.

UCDP. Uppsala Conflict Data Program. **South Sudan: Government**, 2018. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/conflict/11345>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UCDP Definitions. **Uppsala Universitet**, 2019. Disponível em: https://www.pcr.uu.se/research/ucdp/definitions/#tocjump_9846071185659382_53. Acesso em: 30. set. 2020.

United Nations Resolution 1244. **UNMIK**, 2020. Disponível em: <https://unmik.unmissions.org/united-nations-resolution-1244>. Acesso em: 09 nov. 2020.

UNMIK FACT SHEET. **United Nations Peacekeeping**, 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmik>. Acesso em: 09 nov. 2020.

UNROCA – United Nations Register of Conventional Arms. **UNROCA original report - South Africa 2012**, 2012. Disponível em: <https://www.unroca.org/south-africa/report/2012/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

UNROCA. United Nations Register of Conventional Arms. **UNROCA original report - Ukraine 2016**, 2016. Disponível em: <https://www.unroca.org/ukraine/report/2016/>. Acesso em: 27 mai. 2020

VIRK, K.; NGANGE, F. **The Peacebuilding Role of External Actors**. Cape Town: [s.n.].
VISACRO, A. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

VISOKA, Gezim. Intervention and Statebuilding in Kosovo: An Interview with Gëzim Viola. **Oxford Research Group**, 2019. Disponível em:

<https://www.oxfordresearchgroup.org.uk/blog/an-interview-with-gezim-visoka>. Acesso em: 11 nov. 2020.

What is EULEX? **EULEX**, 2020. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,16#:~:text=The%20European%20Union%20Rule%20of,Policy%20of%20the%20European%20Union.&text=EULEX's%20current%20mandate%20has%20been,Council%20Decision%20CFSP%202020%2F792>. Acesso em: 11 nov. 2020.